



n . 4
out-dez
2 0 2 3

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editores Executivos

Marianna Albuquerque e Diogo Ives de Quadros

Editora Adjunta

Kethlyn Winter

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Leticia Pinheiro

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

Beatriz Bandeira de Mello

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Domingues Fritz

Isabella Pereira

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Kethlyn Winter

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



IESP.UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



Sumário

EDITORIAL

G20 E A REFORMA DA COMUNICAÇÃO VIRTUAL

DIOGO IVES, MARIA REGINA SOARES DE LIMA E MARIANNA ALBUQUERQUE.....PÁGINA 04

ARTIGOS

“CRISE DOS 40”: O QUE A ELEIÇÃO DE MILEI REPRESENTA PARA A DEMOCRACIA ARGENTINA

JEFFERSON NASCIMENTO.....PÁGINA 07

UMA TRÉGUA PARTIDÁRIA EM MEIO AO CAOS? ELEIÇÕES ANTECIPADAS E REALINHAMENTO POLÍTICO NO EQUADOR

GHAIO NICODEMOS BARBOSA.....PÁGINA 19

GEOPOLÍTICA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: O TRIÂNGULO ABC DO LÍTIO NA AMÉRICA DO SUL

DIOGO IVES, JEFFERSON NASCIMENTO E MARÍLIA CLOSS.....PÁGINA 33

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: OUTUBRO DE 2023

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 40

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: NOVEMBRO DE 2023

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 49

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: DEZEMBRO DE 2023

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 59

Editorial

G20 e a reforma da comunicação virtual

Em 1º de dezembro de 2023, o Brasil assumiu a presidência pro tempore do G20, com a duração de um ano. É a primeira vez que o Brasil irá presidir o grupo desde que seus encontros passaram a envolver chefes de Estado e governo. Ao longo do período, caberá ao país operacionalizar mais de uma centena de reuniões, envolvendo governos e membros da sociedade civil de algumas das maiores economias do mundo e países convidados, que culminarão na cúpula entre chefes de Estado, marcada para novembro de 2024, no Rio de Janeiro. Três prioridades devem pautar a agenda de trabalho do G20, conforme definido pelo governo brasileiro: combate à fome, pobreza e desigualdade; desenvolvimento sustentável; e reforma da governança global.

Por ser um agrupamento flexível, sem secretariado fixo, cada país na presidência tem liberdade para eleger prioridades, criar ou fundir grupos de trabalho, e propor novas iniciativas em uma agenda temática cada vez mais ampla. Apesar do G20 ter sido criado com o foco em questões macroeconômicas *strictu sensu*, como resposta à crise asiática do final dos anos 1990, a agenda, agora, se estende a temas como turismo, cultura e empoderamento feminino. As atividades são organizadas em torno de duas “trilhas” negociadoras paralelas: a *finance track*, comandada pelo Ministério da Fazenda e dedicada aos temas econômicos per se, e a *sherpa track*, liderada pelo Ministério das Relações Exteriores e responsável pelos temas da agenda ampliada. Por conta da estrutura flexível, o Brasil anunciou a criação de duas Forças Tarefas, uma sobre fome e pobreza, e outra sobre mudanças climáticas, além do lançamento da Iniciativa sobre Bioeconomia.

O país também aproveitou a oportunidade para trazer ao centro da agenda global temas que se tornaram prioritários para o Brasil e para suas relações com os demais países. O jornalista Jamil Chade divulgou em primeira mão, em janeiro de 2024, que o Brasil tentará articular uma ação global para regular plataformas digitais e que o governo Lula já começou a sondar, bilateralmente, os principais pontos de apoio e resistência a tal medida¹. O tema é avaliado como estratégico, dado o potencial que informações virtuais têm para desestabilizar sociedades e regimes hoje, como o próprio Brasil experimentou em 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes bolsonaristas, articulados pela internet, atacaram as sedes dos Três Poderes, na capital federal.

Ainda segundo Chade, o argumento que o Brasil apresentará aos demais países é o de que as *big techs* privadas, que dominam a comunicação virtual atualmente, não mostram disposição em se autorregular e que isto enseja um risco às soberanias nacionais, pois extremismos violentos podem crescer e prejudicar ordens políticas e econômicas. Além de leis nacionais, deve haver, para o governo brasileiro, uma coordenação internacional que aumente a integridade das informações virtuais. Porém, alcançar uma convergência no tema entre Estados Unidos e China, cujas visões contrastam entre o livre mercado e o Estado forte, é avaliado como o principal obstáculo à ideia brasileira.

No âmbito interno, o tema também ganhou destaque ao ser mencionado em cerimônias que marcaram o início do ano de trabalho do Poder Judiciário brasileiro, em 1º de fevereiro. No STF, o presidente Lula defendeu, em discurso, a responsabilização das empresas virtuais pelos crimes que são cometidos em suas plataformas. Por sua vez, Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, listou a regulação das plataformas e da inteligência artificial como uma prioridade do Congresso em 2024². No TSE, o ministro e presidente da corte, Alexandre de Moraes,

1 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/01/09/brasil-vai-propor-acao-global-no-g20-sobre-plataformas-digitais.htm>.

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/02/01/cerimonia-no-stf-marca-reaber->



apoiou a regulação dos algoritmos das plataformas digitais para se evitar disseminações de mentiras e desinformações que manipulam o eleitorado nas eleições deste ano³. Além destas ocasiões, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, apoiou medidas regulatórias das empresas de internet em discursos na Corte Interamericana de Direitos Humanos⁴ e no Fórum Econômico de Davos⁵, também em janeiro.

O alinhamento destas posições encontra, porém, um obstáculo doméstico: a Câmara dos Deputados. Seu presidente, Arthur Lira, não esteve presente nas cerimônias do Judiciário e, em 2023, foi responsável por adiar a votação do “PL das Fake News”, projeto de lei que cria uma série de responsabilidades às empresas provedoras de internet. A decisão ocorreu após uma ofensiva de *big techs*, como Google e Twitter, para criticar publicamente a medida, remover postagens de sites que a defendiam e patrocinar conteúdos que se opunham a ela. A medida foi taxada de “PL da Censura” pela oposição bolsonarista, que se juntou às *big techs* para deslegitimá-las nas redes sociais⁶.

Somam-se, assim, desafios externos e internos consideráveis à intenção do Brasil de fomentar uma ação coletiva no G20 para regular a comunicação virtual global. Será um teste tanto para a diplomacia do país, como para a articulação parlamentar do atual governo. Entretanto, o caso recente de espionagem virtual pela chamada “Abin paralela” reforçou a pertinência da tentativa. No final de janeiro, a Polícia Federal cumpriu mandatos de busca e apreensão em casas de suspeitos de terem recebido, durante o governo Bolsonaro, informações de vigilância ilegal colhidas pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Entre os suspeitos, está um filho do ex-presidente, Carlos Bolsonaro, e o ex-diretor do órgão, Alexandre Ramagem, à época subordinado ao chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno. As informações eram colhidas por meio de rastreamento de celular, sem permissão judicial, e armazenadas em Israel, sede da empresa que desenvolveu o *software* de espionagem. Embora o caso não envolva as *big techs*, ele ilustra a vulnerabilidade da segurança de informações pessoais em meios eletrônicos e os riscos à soberania de um país.

Mesmo em face de novos problemas contemporâneos, a meta de se construir uma política externa brasileira “ativa e altiva” segue tão atual como há 20 anos, ainda que um de seus principais artífices já não nos acompanhe na tarefa. O falecimento do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães no último dia 29 de janeiro, em Brasília, aos 84 anos, nos deixa a responsabilidade de seguir buscando um caminho autônomo para o Brasil na “era dos gigantes”, contexto em que percebia os desafios à democracia, entre outros, postos por uma comunicação de massa cada vez mais intensa.

Samuel, juntamente com Celso Amorim e Marco Aurélio Garcia, compôs o trio intelectual e político que formulou e implementou a política externa “ativa e altiva” do governo Lula no passado. À época, a imprensa criticava a falta de um comando unificado da mesma e denunciava uma suposta divergência entre eles. Na verdade, eles se complementavam no pensamento e na ação diplomática. Depois de amargar um afastamento compulsório do cargo do Diretor do IPRI, no governo de FHC, e permanecer no departamento de “escadas e corredores” do Itamaraty desde então, Samuel foi convidado por Celso Amorim para o cargo de Secretário-Geral da instituição. Nesta função, Samuel comandou a ampliação do número de vagas à carreira diplomática, como uma maneira de democratizar a carreira, e se preocupou em garantir que os diplomatas conhecessem mais o país a quem representavam

[tura-dos-trabalhos-no-judiciario.ghtml](#).

3 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2024/01/recado-de-alexandre-ao-congresso-regular-as-redes-sociais-para-impedir-novo-81.ghtml>.

4 Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=525700&ori=1>.

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/regular-inteligencia-artificial-e-imperativo-diz-barroso.shtml>.

6 LIMA, Maria Regina Soares de; IVES, Diogo. Desafios políticos na implementação da política externa do governo Lula 3. CEBRI Revista, ano 3, n° 9, jan-mar 2024. No prelo.



no exterior. No plano diplomático, foi um feroz crítico da adesão do Brasil à ALCA. Em seus inúmeros escritos, formulou uma justificativa teórica e prática de como e por que o Brasil deveria pautar sua política externa a partir do conceito de autonomia e das oportunidades e desafios que os novos centros de poder no plano internacional representavam para um país como o Brasil.

No centro da política externa “ativa e altiva”, estava a relação do Brasil com os seus vizinhos e a promoção da integração regional. Nesse aspecto, o atual momento é cercado por inúmeros desafios de ordem doméstica e regional em alguns de nossos principais parceiros sul-americanos. Esta edição do Boletim OPSA conta com um artigo de Jefferson Nascimento sobre a eleição e as primeiras semanas do governo argentino de Javier Milei, novo ícone da direita radical que prega um livre mercado exacerbado e enxerga o comunismo em qualquer visão contrária. Em seguida, Ghaio Nicodemos apresenta um panorama do último ano político no Equador, passando pelo fim abrupto do governo de Guillermo Lasso, a realização de eleições antecipadas, o início do governo de centro-direita de Daniel Noboa e os ataques à autoridade do Estado por um crime organizado cada vez mais poderoso.

Na sequência, Diogo Ives, Jefferson Nascimento e Marília Closs descrevem as principais medidas que Argentina, Bolívia e Chile vêm tomando para desenvolver sua produção de lítio, mineral essencial para a fabricação de baterias que desperta interesse geopolítico internacional diante do imperativo da transição energética. Por fim, publicamos os monitores de outubro, novembro e dezembro de 2023 do projeto “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, que, entre outras apurações, identificam os interesses políticos (regionais e extrarregionais) que obstruem uma descarbonização maior das economias amazônicas em favor da exploração de petróleo. Desejamos uma boa leitura.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023.

Diogo Ives
Maria Regina Soares de Lima
Marianna Albuquerque

Coordenadores do OPSA



“Crise dos 40”: o que a eleição de Milei representa para a democracia argentina

Jefferson Nascimento
Pesquisador do OPISA

Introdução

No ano em que comemora quatro décadas ininterruptas de democracia, a Argentina elege Javier Milei, um outsider de extrema direita cujo programa combina elementos ultraliberais na economia e conservadores no campo dos costumes. Durante a campanha, Milei defendeu propostas, como o fechamento do Banco Central, a dolarização da economia e um plano amplo e radical de privatizações. Além disso, já se posicionou em prol do fim do aborto legal e da proibição do casamento homoafetivo, bem como considera as mudanças climáticas uma “farsa da esquerda” e a justiça social uma “aberração”.

A sua vice, Victoria Villarruel, que é filha e neta de militares, tem sido uma das principais vozes que reivindicam a revisão dos julgamentos dos crimes cometidos pelas Forças Armadas durante a ditadura vigente entre 1976 e 1983. Tanto Milei quanto Villarruel negam as estimativas de que por volta de 30 mil pessoas tenham sido vítimas das políticas de repressão à época, alegando que o número é bastante inferior, e procuram equiparar os crimes cometidos pelos grupos guerrilheiros aos crimes cometidos pelo terrorismo de Estado.

O que ocorreu ao longo dessas quatro décadas de democracia que possibilitou a vitória dessa plataforma de governo? E o que a vitória de Milei pode representar para o futuro da democracia? Ao longo deste artigo, buscaremos levantar algumas hipóteses que ajudem a responder tais perguntas. Nosso objetivo é compartilhar algumas reflexões sobre o presente e o futuro da política argentina, a partir de dados acerca da História do país e da sua inserção em um cenário político internacional mais amplo.

O texto está dividido em sete seções, incluindo esta introdução. Na seção seguinte, discutiremos o período que se inicia em 1983, com o fim da ditadura, e vai até 2001, quando estourou um intenso ciclo de protestos que impactou fortemente o sistema político argentino, relacionando-o com os efeitos propiciados pelo avanço do projeto neoliberal. Na terceira seção, debateremos como a dinâmica da política argentina foi se alterando entre 2001 e 2023, período no qual o kirchnerismo se constituiu como uma força política central no jogo político. Em seguida, analisaremos como a vitória de Milei reflete mudanças não somente na política argentina, mas no mundo todo, dialogando com autores que estudam a crise mundial da democracia e o avanço da extrema direita. Na quinta e sexta seções, discorreremos sobre o resultado eleitoral, a montagem do governo, as principais medidas tomadas no primeiro mês de mandato e as perspectivas futuras para o governo e para a democracia argentina. Por fim, teceremos alguns comentários finais a título de conclusão.

A “confluência perversa” entre democratização e neoliberalismo

No dia 27 de outubro de 1983, o primeiro presidente eleito após a ditadura, Raúl Alfonsín, proferiu uma frase que ainda ressoa no imaginário social e político argentino e que é frequentemente lembrada: “com a democracia, se come, se cura e se educa”. Aquelas palavras condensavam um horizonte de expectativas de que o fim do período autoritário representaria não somente a garantia de liberdades fundamentais, mas que a democracia pudesse lhes assegurar uma vida mais digna.

Na esteira das mudanças em curso no sistema internacional na década de 1970,

⁷ Esse texto é uma versão estendida de um artigo publicado na CEBRI Revista, na seção de Análises de Conjuntura, no dia 05 de dezembro de 2023. Disponível em: https://cebri.org/revista/br/artigos?area_id=6. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.



com as crises de petróleo e o advento do neoliberalismo, a ditadura militar adotou uma política econômica que privilegiava setores do capital produtivo, como os empresários do ramo agropecuário e os monopólios internacionais próximos ao ministro da Economia e seus aliados, além de setores do capital financeiro (WALSH, 2012). Para conter a reação da sociedade civil organizada, fortemente afetada pelo aumento da pobreza e das desigualdades, a utilização de métodos repressivos, como a tortura, os desaparecimentos forçados e os assassinatos, se tornaram corriqueiros. Nas palavras de Rinesi, a sociedade foi “duplamente disciplinada”, pelo medo da morte e pelo medo da desocupação e da miséria (RINESI, 2023).

Antes da ditadura de 1976, a sociedade argentina apresentava uma estrutura muito homogênea na sua base (no qual os setores populares tinham níveis parecidos de ingresso, hábitos de consumo, práticas culturais e identidade política) e muito heterogênea no topo da pirâmide (com setores da burguesia divididos entre si no que tange aos seus projetos, identidades e interesses). Em 1983, contudo, o quadro já era diametralmente oposto. Após sete anos de políticas de desindustrialização, arrocho salarial e abertura comercial, o resultado foi a fragmentação da classe trabalhadora e a aglutinação de diferentes setores burgueses em torno de um projeto comum (VILLARREAL, 1985).

É importante acrescentar que a sociedade argentina era reconhecida, ao longo do século XX - mais precisamente, até a década de 1970 -, por seus altos níveis de inclusão, comparados aos dos países desenvolvidos, e por sua capacidade de mobilização social ascendente mediante a ação redistributiva de um Estado forte. Tais transformações, segundo o politólogo Juan Carlos Torres, fizeram com que a Argentina deixasse de ser um país com pobres para ser um país com pobreza (LONGO, 2023).

Nos primeiros anos após a ditadura, prevaleceu, no debate político hegemônico, uma concepção minimalista da democracia segundo a qual, durante esse período de transição, era preciso concentrar esforços para a construção de uma nova cultura política em um país com longo histórico de instituições escassamente democráticas, pluralistas e tolerantes. O movimento em favor dos direitos humanos, com destaque para a atuação das Mães e Avós da Praça de Maio e da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), teve um papel central para convencer a sociedade civil de que, para que história não se repetisse - “*nunca más!*”⁸ - era necessário punir os crimes cometidos ao longo dos anos nefastos que os precederam. Diferentemente de seus vizinhos que também viveram sob regimes militares, como o Brasil, na Argentina, houve investigação e condenação de oficiais das forças armadas, que, após serem desmoralizadas com a derrota na guerra das Malvinas, nunca mais conseguiram recuperar o seu prestígio político.

Nesse contexto, se constituiu um arcabouço democrático no qual colocou-se muita ênfase nas liberdades negativas (ou seja, aquelas que protegem os indivíduos da intromissão do Estado) e na representação, com menor ênfase nas liberdades positivas, vinculadas à participação direta do cidadão no jogo político. Enquanto isso, os direitos sociais, voltados para reduzir as desigualdades e promover o bem-estar, ocupavam espaço marginal no debate público. Em outras palavras, na luta contra a ditadura a prioridade foi dismantelar o seu perverso aparelho repressivo, porém a perversidade da política econômica herdada continuou a causar danos cada vez mais profundos.

Ironicamente, foi em um governo peronista que o neoliberalismo avançou de maneira ainda mais intensa. Carlos Menem, que presidiu o país entre 1989 e 1999, promoveu uma série de reformas do Estado, acelerando bruscamente um processo que dismantelava o modelo econômico construído nos anos 1940, voltado ao mercado interno, e o substituía por um modelo exportador de alimentos (RINESI, 2023). Isso ocorreu, entre outros fatores, por conta de um forte retrocesso na atividade industrial e de um amplo plano de privatizações, ao passo que o setor bancário e financeiro se desenvolvia de forma extraordinária.

A reforma do sistema previdenciário talvez seja o exemplo mais paradigmático das transformações em curso na economia e na sociedade argentina. Um sistema antes

8 *Nunca más*, era o título do relatório emitido pela CONADEP e a expressão passou a ser usada pelos movimentos sociais como uma palavra de ordem que simboliza a luta contra ditadura e a necessidade de lembrar as atrocidades cometidas durante o período para que a História não se repita.

pensado como um direito, no qual os trabalhadores ativos aportavam parte do seu salário para sustentar a remuneração dos trabalhadores passivos, passou a ser regido pela lógica da capitalização, do “cada um por si”, no qual cada trabalhador guardaria individualmente uma parte do seu salário, que é administrado por uma empresa privada (RINESI, 2023).

A promessa de que o encolhimento do Estado resultaria em melhores indicadores econômicos não se concretizou. Ao final de 2001, a desocupação chegou a 18%, enquanto a taxa de informalidade era de 40%. O índice de Gini registrava sua pior medição na história (0,54) e alguns estudos indicam que 50% da população estava abaixo da linha da pobreza (TRUJILLO, 2017). Tudo isso ocorrendo em meio a escândalos de corrupção, que contribuíram para o descrédito da política tradicional, o que ficou notório em 2001. Um intenso ciclo de protestos ganhou as ruas, nos quais jovens bradavam: “*Que se vayan todos!*”. Tal consigna foi retomada pela campanha de Javier Milei, de forma a incorporar esse rechaço aos partidos *mainstream*, mas revestindo-a com sentidos muitos distintos daqueles atribuídos à época.

A Argentina pós-2001

Não é possível entender a ascensão do kirchnerismo ao poder em 2003 sem analisar o fracasso do modelo neoliberal, evidenciado nos protestos de 2001. Em consonância com as reivindicações que vinham das ruas, os governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e o de Cristina Fernández de Kirchner (2008-2015) promoveram uma série de medidas para frear o avanço do neoliberalismo, como a reestatização de algumas empresas privatizadas e a implementação de políticas voltadas à redistribuição de renda e à inclusão de minorias, que reduziram as desigualdades sociais (TRUJILLO, 2017). O contexto internacional possibilitou - ou ao menos favoreceu - tais mudanças. O “boom das commodities” impulsionado pelo crescimento econômico expressivo da China propiciou a elevação do PIB na primeira década do século XX, um fator conjuntural decisivo para a formação de um “ciclo progressista” na América Latina.

Contudo, embora tenha representado uma barreira momentânea de contenção ao avanço do neoliberalismo em alguns aspectos, o kirchnerismo esteve longe de propor um projeto alternativo capaz de superar a lógica econômica vigente. O fim do boom das commodities evidenciou a vulnerabilidade do modelo, com o estancamento do crescimento do PIB. A aposta no “neoextrativismo” foi uma das principais contradições do kirchnerismo, como aponta Maristela Svampa (2019), pois é um modelo de desenvolvimento que afeta fortemente os direitos das comunidades que vivem nos territórios onde esses megaprojetos de extração mineral são implementados, além de serem extremamente deletérios ao meio ambiente. Por fim, cumpre mencionar que as acusações de corrupção cotidianamente noticiadas pela mídia mancharam fortemente a reputação de Cristina Kirchner, contribuindo para salientar a polarização entre kirchneristas e anti-kirchneristas, ainda muito marcante nas disputas políticas desta última eleição e que Milei soube explorar em seu favor na campanha, sobretudo no segundo turno.

O esgotamento do ciclo kirchnerista era claro nas eleições de 2015, que deram vitória a Mauricio Macri, representante da coalizão formada pela direita tradicional. A implementação de uma agenda declaradamente neoliberal provocou a reversão de boa parte das políticas adotadas ao longo do ciclo kirchnerista, bem como o retorno de algumas medidas que pautaram a gestão econômica durante a década de 1990 (CRESPO; FREITAS; GHIBAUDI; 2021). A receita usada para combater voltava a ser a ortodoxia apregoadada no Consenso de Washington: liberalização financeira, cambial e do comércio exterior, regime de metas de inflação e de livre flutuação cambial, cortes de subsídios aos serviços públicos e de gastos com seguridade social etc.

Mais uma vez, não deu certo: o poder aquisitivo do salário-mínimo caiu 20%, a inflação duplicou, ultrapassando os 50% e a mais de 1/3 da população voltou a viver abaixo da linha da pobreza (MACHADO, 2021). O aumento exorbitante da dívida levou o presidente a recorrer ao FMI, contraindo um empréstimo bilionário, que obrigava o país a se submeter a rígidas regras que restringiam sobremaneira a autonomia fiscal da administração pública.



Diante da piora na qualidade de vida dos cidadãos argentinos, foram organizados diversos protestos ao longo dos quatro anos de governo. Incapaz de oferecer alternativas viáveis às demandas populares, o presidente respondia endurecendo os métodos de repressão exercidos pelas forças de segurança (RINERI, 2023).

Diante do fracasso do governo Macri, que terminou o governo com 58,5% de desaprovação, o peronismo se rearticulou e, nas eleições de 2019, apresentou dados convincentes de que o passado recente sob as administrações kirchneristas tinha sido mais próspero para maior parte da população do que os quatro anos sob a administração macrista. No entanto, diante do avanço dos processos judiciais contra Cristina Kirchner e do forte sentimento anti-kirchnerista compartilhado por uma parcela significativa do eleitorado, o peronismo adotou uma fórmula curiosa: escolheu para o cargo de presidente Alberto Fernández, um político experiente, mas que havia tido fortes desavenças com Cristina, que por sua vez ocuparia o cargo de vice-presidenta.

Essa era uma maneira de retirar os holofotes da ex-mandatária, que poderia terminar impugnada pelo Judiciário, e de transmitir uma mensagem de união da coalizão acima das disputas internas. Era uma estratégia que reativava indiretamente uma frase clássica dita pelo general e ex-presidente Juan Domingo Perón: “os peronistas são como gatos, parece que estamos brigando, mas na verdade estamos nos reproduzindo”. Isto é, a despeito das diferenças, o que marca os membros dessa força política é o senso de pertencimento e o respeito às decisões tomadas coletivamente.

É óbvio que a realidade não é sempre assim, e diversas dissidências já ocorreram ao longo da História, mas, no caso da chapa formada por Alberto e Cristina, a narrativa de um objetivo comum a despeito das diferenças convenceu uma parte importante do eleitorado, frustrado com o governo anterior. Passadas as eleições, o que ficou evidente é que as diferenças entre os dois eram irreconciliáveis e a própria vice-presidenta se tornou uma das principais críticas das decisões tomadas pelo chefe do Executivo. A renegociação da dívida com o FMI foi um dos principais pontos de discórdia.

Além das disputas internas, Fernández teve que lidar com os efeitos econômicos e sociais da pandemia e enfrentou uma das piores secas da História. O resultado dessas contingências somadas à incapacidade de conter o avanço da crise econômica foi desastroso. A inflação disparou, ultrapassando os 140% ao ano; a pobreza chegou ao nível de 40%; e o PIB pode ter caído por volta de 2,3% em 2023, segundo estimativas (GLOBAL AMERICAS, 2023).

Diante disso, como convencer uma população empobrecida e desacreditada de que a força política que estava há quatro anos no poder e que tinha como candidato o ministro da Economia seria capaz de, nos anos seguintes, resolver problemas de tamanha dimensão? Essa foi a “missão impossível” perseguida pelo peronismo nas eleições presidenciais de 2023. Em contrapartida, o que explica a escolha de um outsider da extrema-direita como Milei? Por que os argentinos o elegeram, tendo em vista que havia outras opções?

Crise da democracia, neoliberalismo e extrema-direita: um fenômeno mundial

Para entender a ascensão de Javier Milei, além de analisar questões domésticas, precisamos observar como a conjuntura política internacional impactou essas eleições. Na última década, foram lançados alguns trabalhos acadêmicos que convergem no diagnóstico que estaríamos vivendo uma “crise da democracia”. Destaco os livros “Como as democracias morrem”, de Robert Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), e “O povo contra a democracia”, de Yascha Mounk (2018), que, a partir de análises de surveys, observam que passamos por um processo mundial de perda progressiva da legitimidade das instituições políticas. Os autores chamam atenção para o fato de esse descrédito ser maior entre os jovens. Esse cenário facilitaria a ascensão de líderes de extrema direita, muitos dos quais conseguem se eleger de forma legítima, por meio do voto, mas, uma vez no poder, adotam estratégias para dismantelar as instituições.

Entretanto, a baixa legitimidade da democracia não pode ser entendida como o ponto

de partida desse processo de regressão democrática. Há algo anterior a isso que é a baixa efetividade das instituições em promover uma melhora nas condições de vida da maior parte da população. Ao avaliar que, o regime democrático-liberal, pautado no modelo de democracia representativa e com pouco espaço para a participação direta, não atendeu a grande parte de suas demandas, os indivíduos tendem a se desconectar dos valores fundamentais que sustentam o convívio democrático.

Os jovens tendem a ser o grupo que mais facilmente adere a ideologias com viés autoritário justamente porque muitos deles nunca viveram sob um regime ditatorial, além de terem a tendência de ser menos resistentes a mudanças, sobretudo em um cenário no qual é muito difícil vislumbrar um futuro melhor no curto prazo. As redes sociais se tornam um terreno fértil largamente utilizado por líderes extremistas para atrair esse segmento do eleitorado. Na recente eleição presidencial na Argentina, 69% dos jovens entre 16 e 24 anos votaram em Milei⁹.

Para compreender o processo de regressão democrática pelo qual estamos passando, é necessário observar a relação íntima entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Na sua obra intitulada “Nas ruínas do neoliberalismo”, Wendy Brown (2019) defende que a racionalidade neoliberal, ao reduzir o espaço para o exercício da democracia, preparou o caminho para a ascensão de forças conservadoras na segunda década do século XXI. Segundo a autora estadunidense, o neoliberalismo¹⁰ e o neoconservadorismo, embora emanem de diferentes fontes e tenham propósitos distintos, se complementam e se misturam, formando uma espécie de “hibridismo genealógico”.

As medidas de austeridade, em uma frente, destroem o “social”, ou seja, “o local onde somos mais que indivíduos ou famílias” e onde, “em meio às nossas diferenças e distâncias, experimentamos a possibilidade de um destino comum”, enquanto povo de uma nação. Isso se dá, por exemplo, com a “privatização mercadológica da seguridade social” e a transferência da responsabilidade de prover educação e saúde do Estado para as famílias, em decorrência do desfalecimento do bem-estar social.

Em outra frente, a desregulação do mercado e a integração financeira são acompanhadas pelo encolhimento do “político”, “o teatro de deliberações, poderes, ações e valores no qual a existência comum é pensada, moldada e governada” (BROWN, 2019, p. 68), o espaço garantidor de que o governo não é apenas para o povo, mas pelo povo, partilhando o poder com a burocracia estatal. A precarização do político pode ser ilustrada pela forma como são organizadas instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Apresentadas como neutras e despolitizadas, transmitem a imagem de serem gestadas por um modelo pautado na tecnocracia. Dessa maneira, cálculos racionais e leis universais e supranacionais tomam o lugar da deliberação e da contestação. Portanto, a baixa legitimidade da democracia está intimamente atrelada ao espraiamento da ideologia neoliberal por todos os âmbitos da vida social, o que corrói pilares fundamentais para a sustentação da democracia.

Para ilustrar a diferença da argumentação de Levistky e Ziblatt (2018) e de Mounk (2018) com a argumentação formulada por Brown, podemos utilizar de forma metafórica alguns termos da Biologia. O diagnóstico dos três primeiros autores é o de que esses líderes “populistas” ou “iliberais” vinculados à extrema-direita seriam como “agentes cancerígenos” que se infiltram no “corpo democrático” e vão debilitando as suas funções levando-o gradualmente à morte. Brown (2019) não discorda dessa análise, entretanto a autora diagnostica que há um problema crônico no “sistema imunológico” desses “corpos democráticos”, que os torna extremamente vulneráveis à ação desses “agentes cancerígenos”. O neoliberalismo seria a condição que fragiliza a capacidade do corpo democrático de reagir a esses agentes pelo fato de as “células” desse organismo (os indivíduos) enfrentarem obstáculos cada vez maiores para agirem de maneira coletiva e coordenada. Por conseguinte,

9 Disponível em: <https://elpais.com/argentina/2023-11-21/mapa-quien-ha-votado-a-milei-asi-son-sus-apoyos-por-edad-genero-o-territorio.html>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

10 Segundo a autora, “o neoliberalismo é mais do que um conjunto de políticas econômicas, uma ideologia ou nova configuração da relação entre estado e economia. É uma ordem normativa racional desenvolvida ao longo de décadas, que faz com que todas as esferas da existência humana sejam medidas em termos econômicos”. (BROWN, 2017, p.9, tradução nossa).



não adianta combater somente tais organismos nocivos, sem combater a condição prévia que propicia a proliferação dos mesmos.

No caso da América Latina, em particular, a politóloga Evelina Dagnino identifica que, com o fim das ditaduras militares, ocorreu uma “confluência perversa” entre o projeto de redemocratização e o de implementação do neoliberalismo. Disso resultou que diversos acordos democráticos firmados no processo de transição foram sendo paulatinamente ignorados ou marginalizados, e a sociedade civil se tornou colonizada pela lógica de mercado, em detrimento do avanço do projeto democrático (DAGNINO, 2004).

Alvaro García Linera (2023), por sua vez, acrescenta a esse debate uma crítica aos governos progressistas de esquerda da América Latina no século XXI e a sua “incapacidade para compreender as novas expectativas, aspirações e formas organizativas que adquirem (...) [os] setores populares emergentes”. O sentimento da frustração com esses governos contribuiu para a erosão da democracia e o crescimento da extrema-direita:

As pessoas apoiam as esquerdas e os progressismos porque experimentaram na própria carne o abuso e o empobrecimento neoliberal. Mas, se o progressismo que chega ao governo prometendo bem-estar e proteção não cumpre o que prometeu ou piora as condições de vida das classes populares, o que se produz inicialmente é um colapso cognitivo de adesões e esperanças. O estupor se apodera de tudo; as crenças se diluem, o desânimo e o descontentamento inundam tudo. Os humildes se sentirão traídos e, então, buscarão agarrar-se a qualquer nova solução que lhes devolva a certeza imaginária de um futuro e que permita punir aqueles que os defraudaram. O apoio dos setores populares a soluções autoritárias de direita será a via para exteriorizar essa raiva coletiva (GARCÍA LINERA 2023).

Portanto, podemos entender a vitória de Milei na Argentina como resultado de um processo de construção democrática muito centrado na promoção de liberdades individuais e na representação, que não mudou de forma substantiva as condições socioeconômicas da vida da maior parte da população argentina. As mobilizações de 2001 foram o primeiro grande sintoma de mal-estar gerado por esse modelo. Algumas das demandas das ruas foram atendidas pelos governos kirchneristas nos anos subsequentes, promovendo uma maior redistribuição da renda e um maior controle do Estado sobre a economia. Contudo, o progressismo foi se esgotando, conforme se acirraram as suas contradições, que se tornavam cada vez mais evidentes.

A aposta no retorno à fórmula neoliberal clássica com Mauricio Macri em 2015 e a adoção de um progressismo tardio e débil com Alberto Fernández em 2019 fizeram com que a Argentina entrasse em uma progressiva e exorbitante crise socioeconômica, que terminou de corroer as possibilidades tanto da direita tradicional anti-peronista quanto do peronismo em conseguir se re-eleger em 2023.

A vitória de Milei e a formação do gabinete ministerial

Javier Milei foi eleito presidente da Argentina com 55,7% dos votos contra 44,3% do candidato peronista e então ministro da Economia, Sergio Massa. 76,3% dos eleitores foram às urnas e o total de votos brancos e nulos somados foi de 3,2%. Milei venceu em 21 das 24 províncias do país. Logo após a divulgação do resultado, Massa reconheceu a legitimidade do resultado e felicitou o novo presidente pela vitória.

A história de Milei na política é bastante recente. Começou a ganhar fama em 2014, quando passou a ser convidado frequentemente por canais de televisão para fazer análises econômicas, haja vista que é economista de formação, e se destacou pelo seu jeito eloquente e por seu viés ultraliberal. Em 2021, fundou o partido *Libertad Avanza* e surpreendeu nas eleições primárias de setembro daquele ano, ao ficar em terceiro lugar na cidade de Buenos Aires, com 13,66% dos votos.

Em seus discursos, Milei encarna o rechaço da sociedade argentina aos políticos tradicionais, a quem o novo presidente se refere como “a casta”. As suas propostas, em convergência com as estratégias de lideranças de extrema-direita como Jair Bolsonaro e Donald Trump, põem ênfase no desmantelamento das instituições. Na campanha, Milei



prometeu fechar o Banco Central; acabar com o peso e dolarizar a economia; e reduzir o gabinete ministerial a apenas oito pastas. Disse, ainda, que a “justiça social” é uma “aberração” e que, portanto, é necessário encerrar os programas sociais, na esteira de um amplo plano de redução do tamanho do Estado, que inclui também a privatização de diversas empresas estatais. No plano internacional, prometeu cortar relações com países que considera “comunistas”, incluindo Brasil e China, os dois maiores parceiros comerciais da Argentina.

No início da campanha, muitos intelectuais argentinos acreditavam que Milei iria crescer, mas que ainda não teria força suficiente para vencer este pleito. Talvez não tivessem se dado conta das transformações sociais que estavam ocorrendo subjacente ao funcionamento institucional. Muitas análises se baseavam na relativa estabilidade do sistema partidário que marcou esses 40 anos de democracia, que dividiu o cenário político entre peronistas de um lado e direita tradicional, antiperonista, de outro. Ao comparar a Argentina com o Brasil, onde a extrema-direita já havia sido vitoriosa, normalmente salientavam algumas diferenças que poderiam obstaculizar o avanço do projeto mileiista. Argumentava-se que, diferentemente do país vizinho, na Argentina, os militares e os evangélicos, dois grupos fundamentais para o bolsonarismo, não tinham uma grande projeção política.

Além disso, acreditava-se que o enraizamento social que o peronismo ainda possui poderia servir como uma barreira de contenção à candidatura de Milei, muito embora a probabilidade de Sergio Massa vencer as eleições era pequena, em decorrência da crise inflacionária. O que a realidade mostrou é que tais análises eram pautadas mais em desejos pessoais do que em elementos concretos.

Contudo, em que pese a vitória de Milei com uma diferença significativa de mais de 10 pontos percentuais, é grande a chance de que o projeto niilista proposto por Milei não possa se concretizar com a intensidade e celeridade que deseja e que prometeu. Passada a euforia da vitória, a realidade já vem se apresentando de forma hostil ao novo governo, que conta com um apoio legislativo muito reduzido. A sua coalizão possui somente 37 dos 257 assentos na Câmara dos Deputados e elegeu apenas oito dos 72 senadores para esta legislatura.

Diante disso, o apoio de Mauricio Macri e de Patricia Bullrich, aliada do ex-presidente e que ficou em terceiro lugar nas eleições presidenciais, será essencial para sustentar o mínimo de governabilidade. Os dois são as principais lideranças dentro da coalizão *Juntos por El Cambio* (JxC), porém a decisão unilateral de Bullrich e de Macri de apoiarem Milei a partir do segundo turno, sem consultar a agremiação, gerou uma tremenda divisão que pode provocar a implosão do JxC¹¹. Isso fará com que dificilmente o novo presidente consiga atrair uma parcela significativa de parlamentares da coalizão para a sua órbita. Entretanto, ao incorporar Bullrich no seu ministério e atribuir a Macri um papel estratégico na montagem do gabinete ministerial, o novo presidente sinalizava, de início, uma moderação em relação ao que foi proposto ao longo da campanha, o que poderia assegurar uma maior confiança dos meios de comunicação tradicionais e do mercado.

A influência de Macri no novo governo ficou evidente na escolha de dois dos oito ministros que formam o gabinete. Além da escolha de Bullrich para o cargo de ministra da Segurança, foi nomeado para liderar a pasta da Economia Luis “Toto” Caputo, antigo ministro das Finanças no governo de Macri, que, logo após a indicação, descartou a dolarização imediata da economia. Chama atenção também o fato de Milei ter recuado na nomeação de Emilio Ocampo para a presidência do Banco Central. Ocampo é uma das principais vozes no meio intelectual a favor da dolarização da economia argentina como solução para retirar o país da crise, tendo inclusive escrito um livro sobre o tema. Essas movimentações pareciam indicar que as mudanças aventadas ao longo da campanha poderiam ocorrer de forma muito mais gradual do que o prometido.

Outra nomeação ministerial que merece destaque é a de Diana Mondino para o cargo de chanceler. Mondino é especialista em Administração de empresas e Finanças, tendo

11 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/aliados-de-bullrich-rejeitam-apoio-a-milei-no-2o-turno-e-escancaram-racha-na-centro-direita-argentina/> Acesso em: 17 de janeiro de 2024.



construído sua carreira no setor privado. Se tornou mais conhecida por suas falas polêmicas e conservadoras, por vezes homofóbicas, do que por seu conhecimento na área de Relações Internacionais. Desde que foi indicada, duas ações de Mondino tiveram forte repercussão. A primeira foi a declaração de que a Argentina não ingressaria nos BRICS, conforme Milei já havia prometido na campanha, o que veio a ser oficializado mais tarde¹².

A segunda foi o encontro oficial com o chanceler brasileiro Mauro Vieira, no qual entregou um convite oficial para que o presidente Lula comparecesse à posse de Milei¹³. Esse gesto, por sua vez, aponta para um distanciamento em relação ao que foi prometido na campanha, quando o então candidato esbravejava que cortaria relações com o Brasil, por ser um país “comunista”. Igualmente, Milei amenizou o seu discurso crítico em relação à China, ao agradecer em redes sociais a carta enviada pelo presidente chinês Xi Jinping na qual o parabenizou pela vitória no pleito¹⁴.

O equilíbrio entre a moderação e a radicalização do discurso será crucial para que o novo governo alcance determinada estabilidade política para governar. Se radicalizar demais, tal qual prometeu na campanha, as chances de governabilidade no âmbito institucional serão mínimas. Em contrapartida, se moderar demais, pode ser acusado por seus eleitores de estelionato eleitoral, fazendo com que o índice de confiança popular ao seu governo rapidamente despenque. Isso poderia inclusive ter efeitos drásticos para o próprio sistema político já bastante debilitado e desacreditado.

Cumprir esclarecer, ainda, que uma parcela importante dos votos dados a Milei foi motivada pelo rechaço à administração anterior e às contradições históricas apresentadas pelo peronismo. Esses eleitores que não têm tanta identificação com a persona de Milei podem facilmente voltar-se contra o governo, caso as expectativas de mudança não se concretizem com a intensidade ou a rapidez que desejavam. Uma pesquisa com eleitores de Milei feita ainda durante a campanha mostra que a adesão a determinadas propostas do então candidato de desmantelamento do Estado era baixa. Embora três quartos desses eleitores consideram que o Estado deve ter mínima presença, 60% acreditam que o Estado deve garantir saúde e educação públicas; e 79,5% concordam que é dever do Estado garantir aposentadorias dignas (CIGP, 2023). Isso demonstra que, quando a ideia de redução do Estado sai da abstração e ganha concretude em temas específicos, a adesão ao projeto de Milei se reduz significativamente.

O primeiro mês de governo e as perspectivas futuras

Se, no momento da montagem do governo, Milei parecia caminhar em direção à moderação, os primeiros dias de governo mostraram que tudo não passava de um “alarme falso”. Já no discurso de posse, dois fatos pouco usuais chamaram a atenção. O primeiro foi o ato simbólico de discursar de costas para o Congresso e de frente para o povo que lhe assistia, rompendo com o protocolo seguido por seus antecessores, o que foi interpretado por alguns como uma demonstração de desprezo às instituições. O segundo fato a ser destacado foi a ênfase dada aos indicadores negativos da economia e o tom pessimista com relação aos dois próximos anos. Milei afirmou que, de início, haverá uma combinação de estagnação e inflação, o que impactará negativamente o emprego e a pobreza, mas esse seria o “último gole amargo para reconstruir a Argentina”. Tal discurso dava o tom das propostas de reestruturação do Estado que viriam logo em seguida, combinando um neoliberalismo extremado com restrição à liberdade de protestos nas ruas. Com isso, Milei parece repetir a receita de Macri em 2015, porém de modo muito mais intenso e célere.

De um lado, o ministro da Economia apresentava medidas impopulares, que vêm

12 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/29/milei-formaliza-intencao-de-deixar-brics-em-carta-enviada-ao-brasil.ghtml>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

13 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/milei-envia-carta-a-lula-e-convida-para-a-posse/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

14 Disponível em: <https://www.infobae.com/politica/2023/11/23/xi-jinping-le-envio-una-carta-a-javier-milei-para-felicitarlo-por-el-triunfo-electoral/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

aumentando momentaneamente a inflação¹⁵, como a redução de subsídios aos setores de energia e transporte e a desvalorização do peso em mais de 50%¹⁶. De outro, a ministra da Segurança anunciava que as forças de segurança federais passariam a ter o poder de interromper os protestos caso houvesse cortes de vias, conhecidos como piquetes, que ocorrem quase cotidianamente no país, sobretudo na capital nacional¹⁷.

Poucos dias depois, o presidente anunciou mais um conjunto de medidas polêmicas. Por meio de um Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) com 366 artigos¹⁸, Milei revogou diversas normas, com o objetivo de flexibilizar o regime trabalhista, em favor dos empresários; de dismantelar o sistema de controle de preços; e de suspender as regras que limitavam a concentração de terras e a possibilidade de estrangeiros adquirirem terras em território nacional. Além disso, o “super decreto” transforma as empresas estatais em sociedades anônimas, abrindo o caminho para futuras privatizações, e acaba com a Lei dos Aluguéis, aprovada em 2021, que prevê medidas que protegem os inquilinos.

O DNU, contudo, precisa ser apreciado por uma comissão bicameral, composta por oito senadores e oito deputados, que deve revogá-lo, o que seria um fato inédito nos 40 anos de democracia na Argentina. Mesmo que o presidente consiga reunir os votos suficientes, o Judiciário já vem sendo acionado, pois há acusações de que o decreto é inconstitucional. Em resposta a uma ação movida pela *Central General del Trabajo* (CGT), por exemplo, a Justiça do Trabalho determinou a suspensão temporária da reforma trabalhista contida no DNU, alegando que tais mudanças não poderiam ser aplicadas sem o consentimento do Poder Legislativo¹⁹. As iniciativas de Milei vêm sendo contestada não apenas no âmbito institucional, mas principalmente nas ruas. Centenas de argentinos vêm se manifestando em diversas cidades em todo o país²⁰.

Outra estratégia para levar a cabo a sua empreitada autoritária foi a apresentação ao Congresso do projeto de lei intitulado *Bases y Puntos de Partida para la Libertad de los Argentinos*, que ficou popularmente conhecido como “Lei Ônibus”, por abarcar 664 artigos²¹. A aprovação do projeto resultaria na declaração de emergência pública nas áreas econômica, financeira, fiscal, de segurança e de defesa, dando ao presidente superpoderes para governar com escassos mecanismos de contrapeso até 2025, podendo ser renovado por mais dois anos²².

No que concerne à relação civil-militar, Milei renovou 2/3 do comando do Exército, colocando 22 generais na reserva. Foi a maior renovação feita nos últimos 20 anos, tendo o mandatário completado apenas um mês na presidência. Além disso, Milei nomeou oficiais militares para cargos importantes dentro do Ministério da Defesa, bem como defende a equiparação dos salários dos funcionários das forças armadas aos salários dos funcionários das forças policiais, uma demanda antiga dos militares. O presidente também se mostrou

15 A Argentina terminou 2023 com a maior taxa de inflação da América Latina, ultrapassando a Venezuela. Disponível em: <https://www.ambito.com/economia/inflacion-argentina-supero-venezuela-y-lidero-el-ranking-regional-2023-que-pais-tuvo-deflacion-n5923829>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

16 Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/dec/21/argentina-president-javier-milei-economic-policies-protests>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

17 Disponível em: <https://elpais.com/argentina/2023-12-14/milei-lanza-un-plan-para-reprimir-las-protetas-si-se-toman-las-calles-habra-consecuencias.html>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

18 A íntegra do Decreto está disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/697286-el-decreto-nacional-de-urgencia-que-firmo-javier-milei-y-sus>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

19 Disponível em: https://www.clarin.com/politica/justicia-laboral-suspendio-parte-mega-dnu-javier-milei-rechazaba-cgt_0_7JN6R4agYO.html. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

20 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/22/argentina-protestos-em-varias-cidades.ghtml>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

21 No dia 2 de fevereiro, quando este artigo já havia sido finalizado, a Câmara aprovou o texto base do projeto de lei por 144 votos a favor contra 109 contrários. Isso só foi possível depois de o governo ter cedido e retirado da discussão quase dois terços dos artigos, restando apenas 224. Na segunda semana de fevereiro, os deputados ainda precisão debater o teor de determinados artigos separadamente, o que pode resultar em um enxugamento ainda maior da proposta inicial do presidente. Em frente ao Congresso, ocorreram protestos todos os dias em que o projeto tramitava, com confrontos violentos entre policiais e manifestantes.

22 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c13yjdkr0kzo>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.



inclinado a ampliar o orçamento destino ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica²³. Tais medidas visam empoderar a instituição castrense, ao passo que os militares buscam recuperar certo prestígio no meio político.

Diante dos fatos acima narrados, notamos que, no momento da montagem do governo, parecia que, ao incorporar quadros do macrismo no gabinete ministerial e ao abandonar pelo menos, momentaneamente - as pautas da dolarização da economia e do fechamento do Banco Central, o governo caminhava para uma moderação em relação ao discurso de campanha. Sem embargo, a rapidez, a intensidade e o modo autoritário com que Milei tenta reformar o país demonstra que o presidente adota uma “estratégia maximalista”, apostando no “tudo ou nada”. Afinal, o mandatário argentino sabe que terá dificuldade de manter alto índice de aprovação ao longo do governo, diante de tantas medidas impopulares.

Sendo assim, Milei calcula que precisa correr contra o tempo e tirar proveito dos 56% dos votos conquistados recentemente nas urnas para conseguir implementar a maior parte das suas pautas o mais rápido possível. Quanto mais fresca estiver na memória dos argentinos a experiência fracassada dos peronistas na gestão econômica, maior será a legitimidade para promover transformações, ainda que elas resultem na piora momentânea das condições de vida das classes baixa e média e ainda que viole alguns preceitos constitucionais. Tal como fez o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, Milei procura testar o limite das instituições. Até que ponto o Judiciário e o Legislativo vão permitir violações das regras constitucionais?

Até o momento, parece que haverá forças de contenção nos dois poderes, o que impediria Milei de cumprir muitas de suas promessas de campanha. Não obstante, caso metade das propostas pelo novo presidente consigam se tornar realidade, a Argentina já será um país completamente distinto do ponto de vista social e político. Caso fracasse, Milei deve culpar a “casta” por “não o deixar governar”.

No Legislativo, a parcela da direita tradicional representada principalmente pelo Partido Radical e pela ala do partido *Propuesta Republicana* (PRO)²⁴ vinculada ao ex-prefeito de Buenos Aires, Horacio Larreta, será o fiel da balança. Apesar de discordarem da decisão de Macri e Bullrich de aderirem ao novo governo, esse setor tende a contrapor Milei muito mais na forma do que no conteúdo, isto é, embora não apoiem o perfil autoritário que o presidente vem adotando, estão de acordo com uma série de medidas voltadas para desregulamentar a economia. Por conseguinte, esse segmento da direita liberal, mesmo que possa impor um freio ao ímpeto de Milei em concentrar poder nas mãos do Executivo, deve impulsionar a agenda econômica ultraliberal.

Diante disso, podemos aventar três cenários possíveis. O primeiro seria o avanço de um projeto neoliberal e abertamente autoritário, no qual o Legislativo daria ao presidente a prerrogativa de governar com superpoderes, com o aval ou omissão do Judiciário. Este seria o cenário mais perigoso para a democracia, mas até o momento parece improvável. O segundo cenário – e que parece o mais provável - seria o avanço de um projeto neoliberal e parcialmente autoritário, no qual a direita tradicional conseguiria conter parte da ambição tirânica de Milei, com o aval de setores do Judiciário, mas apoiaria o projeto do presidente no que tange à restrição do direito de manifestação e em grande parte da sua agenda ultraliberal no âmbito da economia. O terceiro cenário seria o de ingovernabilidade, no qual os movimentos sociais de oposição organizados conseguiriam demonstrar grande capacidade de resistência, com o apoio de setores do Judiciário, impedindo a concretização das transformações prometidas por Milei e impulsionando a interrupção do mandato ou impedindo a sua reeleição.

Fato é que, caso uma das duas primeiras alternativas se tornem a realidade da Argentina nos próximos anos, a democracia deve seguir erodindo, uma vez que os fatores principais que a afetam devem se agravar. Alacuna entre Estado e sociedade tende a se tornar cada vez maior, pois a capacidade das instituições políticas em garantir uma vida digna aos

23 Disponível em: <https://elpais.com/argentina/2024-01-02/milei-barre-a-22-generales-del-ejercito-en-la-mayor-renovacion-militar-en-20-anos.html>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

24 Maurício Macri é o principal representante desse partido e Patricia Bullrich segue sendo a presidente dessa agremiação

cidadãos será cada vez mais limitada. Além disso, as liberdades individuais asseguradas pela constituição, ao contrário do que vocifera o novo presidente, que se intitula o defensor da liberdade, serão fortemente afetadas. Esse processo provavelmente terá efeito negativo no grau de confiança que os argentinos possuem em relação às instituições democrático-liberais.

Com relação ao terceiro cenário – o da ingovernabilidade –, ele pode se concretizar, de duas maneiras, levando a resultados diametralmente opostos. (1) Poderia haver o aumento das tensões em níveis alarmantes, instaurando um clima de caos, especialmente se as ruas fossem tomadas por um embate violento entre mileiistas e opositores do presidente, com a intervenção das forças policiais. Isso também aceleraria o processo de des-democratização em curso. Em contrapartida, (2) caso os grupos opositores consigam conquistar certa hegemonia nas ruas, mantendo os apoiadores de Milei à margem da disputa, a mobilização gerada no combate ao projeto autoritário poderia provocar uma sinergia coletiva em favor da democratização do Estado.

Considerações finais

Podemos concluir que, ao longo desses 40 anos de democracia na Argentina, apenas parte das expectativas e demandas em torno do novo regime político foram atendidas. Por um lado, cumpriu-se a promessa de reduzir consideravelmente a intromissão do Estado na vida dos indivíduos, desmontando grande parte do aparelho repressivo e produzindo um conjunto de instrumentos institucionais voltados para assegurar as liberdades negativas e para garantir a liberdade de escolha de seus representantes.

Por outro, a transição e a rotinização da democracia liberal não foram acompanhadas por um processo de expansão de direitos que pudesse resultar em um aprofundamento da democracia de modo sustentado no que tange à redução das desigualdades socioeconômicas e à melhora na qualidade de vida da maioria dos cidadãos. A confluência perversa entre neoliberalismo e democracia em sua versão minimalista gerou um mal-estar coletivo generalizado, especialmente no momento em que a crise econômica no país ganha feições cada vez mais dramáticas.

Disso resulta a eleição de um político que se projetou à margem dos partidos tradicionais, fortemente desmoralizados. Milei chega ao poder, ironicamente, propondo a radicalização de um programa de encolhimento do Estado que vem obstaculizando a democratização da democracia liberal estabelecida em 1983. A novidade, contudo, é que agrega a essa fórmula elementos discursivos que relativizam as atrocidades cometidas no regime militar e desmoralizam os movimentos de direitos humanos que foram cruciais para transição democrática, algo que nenhum governo ao longo desses 40 anos se atreveu a fazer. Além disso, o primeiro mês demonstra que o novo presidente apresenta traços autoritários na sua maneira de governar, procurando concentrar poderes em suas mãos e restringir a mobilização dos grupos de oposição nas ruas.

Contudo, é importante ressaltar que esse não é um fenômeno particular da Argentina. É preciso compreender a ascensão de Milei na esteira de um processo global de retração do apoio à democracia liberal, sobretudo entre os mais jovens, e de crescimento dos movimentos políticos de extrema-direita, que se elegem legitimamente por meio do voto, mas adotam medidas que visam a corroer as instituições, rebaixando a qualidade da democracia. Tal fenômeno é precedido pelo avanço do neoliberalismo e do desmantelamento do “social” e do “político” decorrente disso, o que amplia a lacuna entre Estado e sociedade.

Em suma, a eleição de Milei resulta da corrosão dos valores fundamentais sobre os quais a democracia liberal vem se sustentando, e o seu governo deve contribuir para acelerar esse processo, contando com o apoio de setores da direita tradicional, que vem perdendo espaço no jogo político. Além disso, a fórmula econômica apregoada pelo novo presidente não resolve o problema central da democracia argentina; ao contrário, deve servir para acentuá-lo. É possível, no entanto, que os equívocos e as contradições de Milei acabem por fortalecer as forças sociais de oposição que vêm se articulando nas ruas, especialmente se



considerarmos que há, na Argentina, um longo histórico de lutas sociais e mobilização da sociedade civil organizada.

Referências Bibliográficas

BROWN, Wendy. **Nas runas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente.** São Paulo. Editora Politéia, 2019.

CIGP. 2023. **Analysis del votante de Javier Milei.** Consultora de Imagen y Gestión Política, setembro de 2023. Disponível em: <http://cigp.com.ar/estudio-el-votante-de-javier-milei/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

CRESPO, Eduardo; FREITAS, Alexandre; GHIBAUDI, Javier. **Promessas de um liberalismo tardio: uma análise das políticas econômicas do Governo Macri (2015-2019).** In: Revista de Economia Contemporânea, nº 25, volume 2, 2021.

DAGNINO, Evelina. **Conflukncia Perversa, Deslocamento de Sentido, Crise Discursiva.** In: GRIMSON, A (Org.). La cultura en las crisis latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2004.

GARCÍA LINERA, Alvaro. **Por que a extrema direita cresce no mundo.** Tradução: Roberto Santana dos Santos. Adaptação da conferência na Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade Nacional de La Plata, Argentina: 22 de setembro de 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/11/por-que-a-extrema-direita-cresce-no-mundo/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

GLOBAL AMERICANS. **Analyzing Argentina's Presidential Elections.** In: Global Americans Explainer, edição: novembro de 2023. Disponível em: <https://theglobalamericans.org/reports/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018.

LONGO, Francisco. **Argentina: elecciones, crisis e incertidumbres.** In: Revista Nueva Sociedad, maio de 2023. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/Argentina-peronismo-elecciones/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

MACHADO, Pedro. **A economia política da dívida externa da Argentina.** In: Boletim OPSA, ISSN 1809-8827, volume 4, 2021.

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia.** SP: Cia. Das Letras, 2018.

RINESI, Eduardo. **Democracia: las ideas de una época.** 1ª edição, Buenos Aires. Editora: Imprenta del Congreso de la Nación (ICN), ISBN 978-987-48643-5-2, 2023.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina.** Conflictos socioambientales y nuevas dependencias. Universidad de Guadalajara: Colección CALAS, 2019.

TRUJILLO, Lucía. **La Argentina kirchnerista: Alcances y límites de una experiencia democrática sobre la distribución del ingreso (2003-2015).** In Polis Revista Latinoamericana, volume 46, URL: <http://journals.openedition.org/polis/12289>, ISSN: 0718-6568, 2017.

VILLARREAL, Juan. **Los hilos sociales del poder.** In: JOZAMI, E., PAZ, P. y VILLARREAL, J., Crisis de la dictadura argentina. Política económica y cambio social, Buenos Aires, Siglo XXI, 1985.

WALSH, Rodolfo. 2012. **Carta abierta de un escritor a la Junta Militar.** In: Luzzi, Mariana (coord.), Problemas socioeconómicos de la Argentina contemporánea, 1976-2010, Los Polvorines, UNGS.

Uma trégua partidária em meio ao caos? Eleições antecipadas e realinhamento político no Equador

Ghaio Nicodemos Barbosa
Pesquisador do OPISA

Introdução

Este artigo pretende analisar o desenrolar do recente processo eleitoral equatoriano, ocorrido em maio de 2023, após a dissolução da Assembleia Nacional do Equador, declarada pelo presidente Guillermo Lasso, com base no artigo 148 da Constituição do país. Com o uso do dispositivo, foram realizadas eleições nacionais para Presidência da República e para os cargos legislativos. Os eleitos em 2023 contarão com um mandato curto de vinte meses, até maio de 2025, quando as eleições regulares serão realizadas.

Como objetivo secundário, este trabalho interpreta a reconfiguração nas relações políticas entre os partidos equatorianos que ocorreu após a vitória presidencial de Daniel Noboa. Desde a eleição de Rafael Correa, em 2006, a política equatoriana se equilibrava entre um grupo político alinhado ao ex-presidente, de centro-esquerda, e um grupo político neoliberal, anteriormente alinhado a Álvaro Noboa, pai do atual presidente eleito, e mais recentemente ao ex-presidente Guillermo Lasso. Com o estabelecimento do novo governo, Daniel Noboa conseguiu costurar uma aliança com os correístas (contando com o apoio de Luiza González, sua adversária nas eleições deste ano), com os conservadores do Partido Social Cristiano (PSC) e com liberais anteriormente alinhados a Guillermo Lasso.

O texto se divide em seis partes a seguir. A primeira analisa os antecedentes que levaram às eleições antecipadas de 2023. A segunda e a terceira descrevem o 1º e o 2º turno, respectivamente, do processo eleitoral atribulado e permeado por casos de violência política, incluindo o assassinato do presidenciável Fernando Villavicencio. A quarta seção descreve os arranjos políticos feitos entre o Executivo e o Legislativo no pós-eleição para definir a dinâmica do breve governo Noboa, que tem a melhoria da segurança pública e a distensão política como desejos prioritários. A quinta seção analisa alguns atos de Noboa nos seus primeiros 40 dias como presidente e aponta algumas tendências que sua gestão pode ter. À luz da explosão de uma onda de violência comandada por grupos de narcotráfico, no dia 7 de janeiro de 2024, considerou-se relevante acrescentar, ao artigo que já estava no prelo, uma seção de epílogo sobre este novo episódio na crise crescente de segurança pública vivida pelo Equador há alguns anos.

Queda de popularidade, ausência de apoio legislativo e piora na segurança pública: antecedentes de uma crise anunciada no governo Lasso

Em 1971, os EUA romperam unilateralmente com o padrão dólar-ouro, instituído no final de 1970 pelo partido de centro-direita *Creando Oportunidades* (CREO), em fevereiro de 2021, o banqueiro Guillermo Lasso enfrentou, desde o início do mandato, o desafio de estabelecer governabilidade para seu projeto político liberalizante, diante de um Congresso cujas maiores bancadas eram de partidos de centro-esquerda. Com apenas 12 legisladores eleitos pelo CREO, o então presidente obteve apoio de diversos pequenos partidos de direita e centro-direita que faziam oposição ao correísmo e que, somando-se ao seu partido, reuniam 24 parlamentares, isto é, 17,5% das 137 cadeiras da Assembleia Nacional²⁵. Além disso, Lasso obteve um apoio frágil junto aos partidos *Pachakutik* e *Izquierda Democrática* (ID), ambos de centro-esquerda e de oposição ao correísmo, para estabelecer alguma governabilidade, obtendo o apoio de 34 parlamentares.

Por sua vez, a coalizão correísta *Unión por la Esperanza* (que uniu os partidos *Centro Democrático* – CD e *Revolución Ciudadana* – RC5), com 49 parlamentares, colocou-se no 25 Ives, Diogo. Monitor eleitoral – As eleições de 2021 no Equador. Boletim OPISA, n. 1, Jan./Mar. 2021. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Boletim_OPISA_2021_n1_jan-mar.pdf.



papel de oposição ao governo Lasso, assim como o PSC, partido conservador, que, por motivo de brigas entre suas lideranças, também optou pela oposição ao novo governo, com 12 parlamentares²⁶. Dada esta correlação de forças, a bancada oficialista reunida por Lasso foi insuficiente para a aprovação de medidas ordinárias, tendo apenas 58 dos 70 votos exigidos para constituir maioria simples e distante dos 92 votos para votações extraordinárias, como emendas constitucionais²⁷.

Assumindo a presidência no contexto de pandemia da Covid-19, Lasso aproveitou as medidas de combate à crise sanitária, como a campanha de vacinação nacional, para reunir apoio popular, o que lhe assegurou, no início do mandato, uma aprovação nacional de 74,1%²⁸. Apesar de bem-sucedido na agenda de saúde, o presidente deu seguimento a uma agenda de austeridade econômica iniciada pelo seu antecessor, Lenín Moreno, e a um pacote de estímulos para expandir a exploração de petróleo por empresas estrangeiras e avançar projetos de mineração.

Os incentivos extrativistas colocaram o governo Lasso em rota de coalizão com a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE), principal organização indígena que dá sustentação ao Pachakutik, visto que as principais áreas de exploração de petróleo e minerais são próximas de reservas indígenas e territórios de conservação ambiental. A CONAIE reivindicava, ainda, políticas mais rígidas para o controle da emissão de gases poluentes e outras medidas de mitigação das mudanças climáticas²⁹. A continuidade de uma agenda econômica de austeridade também enfrentou resistência de outras organizações sociais, como o *Frente Unitario de los Trabajadores* (FUT), organização sindical que demandava subsídios para combustíveis e melhoria da legislação trabalhista; e a *Federación de Estudiantes Universitarios del Ecuador* (FEUE), organização estudantil importante na organização de protestos contra o governo em junho de 2022³⁰.

Com um apoio social decrescente e uma frágil coalizão legislativa, Lasso optou por ações de securitização na relação com a oposição das ruas, reprimindo fortemente protestos e postergando ao máximo negociar com os manifestantes, como no Paro Nacional de 2022, quando foram registradas a morte de 7 manifestantes, além de 331 feridos e 158 presos. Entre os presos políticos, estava o líder indígena Leonidas Iza, vinculado ao CONAIE e ao Pachakutik, que foi detido de maneira irregular, sem que lhe fossem asseguradas as devidas garantias legais, e liberado por decisão judicial dois dias depois³¹.

Apesar dos frequentes toques de recolher e estados de emergência estabelecidos, a segurança pública do país, em franca deterioração, não viu indicadores de violência urbana e rebeliões em presídios retraírem. Pelo contrário, os dois anos e meio de governo Lasso foram marcados pelo fortalecimento das redes de narcotráfico e pelo crescimento das taxas de homicídio no país. Grandes rebeliões no sistema carcerário, com agentes de segurança feitos de reféns e gangues de narcotraficantes executando opositores, aumentaram a sensação de insegurança no país, elemento que acabaria ganhando destaque nas eleições antecipadas de 2023. Desde 2021, foram registradas mais de 10 mil mortes no país em decorrência da violência, 110 mil pessoas detidas, 14 grandes massacres em presídios e dois grandes atentados terroristas (um em agosto e outro em novembro de 2022). Quando comparado a 2019, último ano antes da pandemia da Covid-19, os indicadores de violência no país quadruplicaram, e, no ano de 2022³², o país esteve sob estado de exceção, nacional ou local, por 165 dias³³.

26 *Idem.* Ver também: GK. <https://gk.city/2021/05/15/bancadas-asamblea-nacional-ecuador/>.

27 *Idem.*

28 IVES, Diogo; Nicodemos, Ghaio. Um ano de governo Lasso: crise ampla, escalada autoritária e busca de um Plano Equador com os Estados Unidos. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Boletim_OPISA_2022_n2_v2-1.pdf.

29 *Idem.*

30 *Idem.*

31 *Idem.*

32 Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/seguridad/carceles-hacinamiento-violencia-ecuador-s-nai/>.

33 Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2023-08-13/ecuador-de-pais-tranquilo-a-uno-de-los-mas-violentos-de-la-region.html>.

Somados aos problemas na condução da política doméstica, os vazamentos dos *Panama Papers*, em outubro de 2021, começaram a suscitar argumentos políticos favoráveis à destituição de Lasso na Assembleia Nacional. Contas *offshore* e suspeitas de favorecimento de familiares em contratos públicos fizeram com que membros do PSC, do Pachakutik e da ID se dividissem quanto a seguir apoiando ou se distanciar completamente do presidente da República, enquanto a oposição do RC5 aumentava a pressão contra o governo.

A oposição fracassou, por duas ocasiões, em aprovar um julgamento político contra Lasso: o trâmite do primeiro foi iniciado em novembro de 2021 e engavetado em dezembro do mesmo ano³⁴; o outro começou em junho de 2022 e foi abandonado após ameaças do presidente de utilizar o artigo 148 da Constituição para dissolver a Assembleia Nacional, convocando eleições antecipadas. No início de 2023, porém, um maior desgaste do governo fez com que fosse iniciado um novo processo contra o presidente, desta vez mais próximo de reunir o mínimo de 92 votos necessários para a sua destituição.

Este desgaste foi resultado de uma sequência de eventos. Em fevereiro de 2023, Lasso sofreu uma importante derrota política após ter reprovadas oito sugestões de emendas constitucionais em um referendo nacional. Os tópicos da consulta à população incluíam a ampliação da participação de militares na segurança pública, a diminuição do número de congressistas, restrições para o estabelecimento de partidos e movimentos políticos, a extradição de cidadãos para outros países, o enfraquecimento do Conselho de Participação Popular e uma maior independência do Ministério Público³⁵. Estas emendas integravam um pacote de medidas que o governo acreditava serem convenientes para o enfrentamento do crime organizado e para o enxugamento do orçamento nacional, além de criar obstáculos para o estabelecimento de novas organizações político-partidárias através de quantidades mínimas de filiados. O referendo apresentava, também, duas emendas vinculadas ao meio ambiente: uma sobre a criação de um mecanismo de proteção específico para águas e outra sobre a remuneração para povos originários e organizações por serviços prestados em atividades de proteção e preservação. Estas emendas tampouco foram aprovadas pelos eleitores equatorianos, em um sinal político de insatisfação com o governo.

Simultaneamente ao referendo, a população votou em eleições subnacionais. No pleito, o CREO, partido de Lasso, sofreu uma derrota ao não eleger nenhum governador provincial e apenas 25 prefeitos. Em contrapartida, tanto o RC5 quanto o Pachakutik tiveram bons resultados, elegendo juntos 15 dos 24 governadores provinciais e 75 dos 221 prefeitos, sendo 9 governadores e 50 prefeitos do primeiro partido e 6 governadores e 25 prefeitos do segundo³⁶. Com isso, a oposição a Lasso tomou fôlego para iniciar a terceira tentativa de afastamento do presidente, fortalecida com a comoção causada pelo assassinato do líder indígena Eduardo Mendua, do CONAIE, e de novas demandas sociais da FUT e da FEUE³⁷.

Enfim, no dia 9 de maio, próxima de reunir os 92 votos necessários para destituir Lasso, a Assembleia Nacional decidiu, por 88 votos favoráveis, 23 contrários e 5 abstenções, dar seguimento ao terceiro julgamento político contra ele³⁸. Sob a acusação de haver cometido irregularidades em um contrato conduzido pela estatal Frota Petroleira do Equador junto à empresa privada Amazonas Tanker, estabeleceu-se que o julgamento político teria atividades entre 16 e 20 de maio, iniciando com o depoimento do presidente. Na ocasião, Lasso se defendeu publicamente de todas as acusações. Contudo, no dia seguinte, o presidente assinou o decreto nº 741/2023, por meio do qual acionava o artigo 148 da Constituição Nacional (apelidado de “morte cruzada”), notificava o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da realização de eleições antecipadas e dissolvia a Assembleia Nacional, exonerando todos

34 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2021/12/07/asamblea-niega-la-propuesta-de-destitucion-del-presidente-lasso-y-lo-exhorta-a-acudir-al-pleno/>.

35 Conjuntura Latitude Sul. Governo Lasso sofre derrota eleitoral em referendo e volta a ser pressionado por oposição. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/03/ConjunturaLATSUL_Jan-Fev2023.pdf.

36 Disponível em: <https://app01.cne.gob.ec/resultados2023>.

37 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2023/02/28/protestas-organizaciones-contr-gobierno/>.

38 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2023/05/14/el-juicio-politico-contr-el-presidente-guillermo-lasso-comenzara-el-proximo-martes/>.



os legisladores eleitos em 2021³⁹. A decisão, que só pode ser executada nos primeiros três anos do mandato, a pretexto de crise política e institucional, permitiu que o presidente incumbente pudesse, por tempo limitado, governar por meio de decretos executivos⁴⁰.

Um processo eleitoral atribulado: o 1º turno e os arranjos partidários

Em 17 de maio, imediatamente após a assinatura do decreto presidencial, o CNE apresentou um cronograma eleitoral, que definiu a realização do 1º turno presidencial e da eleição de congressistas para 20 de agosto de 2023; o 2º turno presidencial, se necessário, para 15 de outubro; e a posse dos eleitos para 20 de novembro. Entre as regras eleitorais para a constituição das chapas, estava a necessidade de paridade de gênero nos binômios de presidente e vice-presidente e a formação de alianças partidárias na construção de listas para a Assembleia Nacional, igualmente baseada na exigência da paridade de gênero. Além das eleições para Presidência da República e Assembleia Nacional, o CNE incluiu dois referendos: um nacional, questionando sobre a continuidade da exploração de petróleo na região amazônica de Yasuní, e outro local, restrito ao distrito de Quito, sobre a mineração na região do Choco Andino⁴¹.

Com isso, teve início o processo de definição de candidaturas para a presidência, no qual os principais partidos de oposição a Lasso se dividiram, inicialmente, sobre seus possíveis candidatos. O partido correísta, RC5, iniciou com três pré-candidatos: o ex-presidenciável Andrés Arauz, derrotado por Lasso em 2021; Carlos Rabascall, candidato a vice-presidente no mesmo pleito; e Jorge Glas, ex-vice-presidente nas gestões de Rafael Correa⁴². Com a desistência de Glas, a legisladora e ex-ministra do Trabalho, Luisa González, reuniu apoio do partido e se consolidou como candidata correísta, contando com Andrés Arauz como vice da sua chapa. Com um projeto político de centro-esquerda, González estabeleceu uma plataforma orientada para a retomada da economia com estímulo do Estado, garantias sociais aos trabalhadores e combate ao desemprego⁴³. Seu programa político também incluiu bandeiras conservadoras nos costumes, como oposição à legalização do aborto e das drogas, e também na economia, como a continuidade da exploração de petróleo na região amazônica.

Por sua vez, o Pachakutik se dividiu entre dois nomes para a presidência: Salvador Lozano, ex-integrante do Legislativo, e Leonidas Iza, presidente da CONAIE e protagonista dos protestos contra Lasso desde 2021. Apesar do sucesso eleitoral nas eleições de fevereiro, o partido indígena desistiu de concorrer às eleições nacionais, não apresentando candidatos à presidência e nem lista nacional para Assembleia Nacional, concorrendo apenas nas eleições locais⁴⁴. A decisão, alinhada a uma postura de radicalização iniciada pela CONAIE, surpreendeu o eleitorado e foi seguida da ausência de apoios formais a quaisquer candidaturas presidenciais tanto no 1º quanto no 2º turno, apesar de acenos discretos a Yaku Pérez por parte de algumas lideranças do partido.

Pérez, líder indígena e ativista ambiental, foi o terceiro colocado na eleição presidencial de 2021, quando era candidato pelo Pachakutik. Em 2023, lançou candidatura independente, apoiada pela coligação estabelecida entre os partidos *Democracia Sí*, *Unidad Popular* e *Partido Socialista Ecuatoriano*, visto que o seu novo movimento político, *Somos Agua*, não cumpriu os requisitos necessários para concorrer às eleições. Em favor da candidatura de Pérez, a candidata do *Partido Socialista Ecuatoriano*, Elsa Guerra Rodríguez, desistiu de

39 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/este-es-el-texto-del-decreto-presidencial-con-el-cual-guillermo-lasso-mando-a-muerte-cruzada-nota/>.

40 Conjuntura Latitude Sul. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/06/Conjuntura-LATSUL_Mai23.pdf.

41 Disponível em: <https://www.ecuavisa.com/elecciones-ecuador/elecciones-ecuador-2023-calendario-electoral-recta-final-fechas-mas-importantes-LG5778418>.

42 Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/rafael-correa-sera-encargado-anunciar-binomio-revolucion-ciudadana-162721.html>.

43 Disponível em: <https://ecuador-decide.org/wp-content/uploads/2023/08/LUISA-GONZALEZ-5.pdf>.

44 Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/pachakutik-no-presentara-candidato-presidencial-elecciones-anticipadas.html>.

sua candidatura. A chapa de Pérez contou com a professora universitária e administradora de empresas Nory Pinela Morá, também independente, como candidata a vice. Pérez seguiu com o programa eleitoral de 2021, alinhado a uma visão de desenvolvimento sustentável, renovação ética da política e capitalismo verde⁴⁵.

No dia 20 de maio, frente à queda de popularidade, Guillermo Lasso decidiu que não concorreria à presidência e que seu partido, o Movimiento CREO, não lançaria candidatura própria, indicando que apoiaria uma candidatura alinhada ao projeto político do partido⁴⁶. Outros partidos, como o CD e a ID, também renunciaram a candidaturas próprias, o primeiro optando por formar uma aliança como PSC e com o *Partido Sociedad Patriótica* (PSP), denominada '*Por un país sin miedo*'⁴⁷, e o segundo dando apoio discreto à aliança *Actuemos*, composta pelos partidos *Avanza* e SUMA (*Sociedad Unida Más Acción*)⁴⁸.

Em 12 de junho, foram oficialmente homologadas as candidaturas presidenciais, com oito binômios formalmente inscritos. Além das candidaturas de González e Pérez, outras seis candidaturas cumpriram os requisitos eleitorais necessários⁴⁹. Pela aliança '*Acción Democrática Nacional*' (ADN), foi apresentada a candidatura de Daniel Noboa Azin, empresário de Guayaquil e ex-assembleísta, filho de Álvaro Noboa, conhecido como o empresário mais rico do país. Com uma plataforma orientada para os eleitores mais jovens, evitando ser rotulado como um candidato de direita e afirmando um tom moderado, Noboa destacou, em seu programa, políticas de primeiro emprego, reconhecimento de direitos da população LGBTQIA+, expansão do setor de tecnologia, respeito ao meio ambiente e combate às mudanças climáticas. Ademais, seu programa incluiu medidas liberalizantes, estímulo aos setores produtivos e a promessa de um gabinete ministerial com paridade de gênero⁵⁰.

Outras duas candidaturas presidenciais se destacaram: a do ex-sindicalista e jornalista investigativo Fernando Villavicencio, independente, apoiado pelo *Movimiento Construye*, partido de centro-direita; e a de Jan Topic, empresário do setor de segurança e mercenário privado, da aliança de direita '*Por un País sin Miedo*', liderada pelo PSC. Villavicencio tinha, como principais propostas, uma reforma tributária, políticas de assistência social e de saúde pública, proteção do meio ambiente e reforço da segurança pública⁵¹. Por sua vez, o direitista Jan Topic apresentou um programa de governo amplo⁵², mas seus pronunciamentos públicos foram quase sempre monotemáticos, centrados exclusivamente na segurança pública, a qual, na sua visão, seria melhorada através do porte irrestrito de armas aos cidadãos, da construção de grandes complexos prisionais e do emprego de militares em ações de combate ao crime. Eventualmente, Topic se manifestou em defesa de pautas como a liberalização irrestrita da economia e o uso de criptomoedas, buscando aproximações com o presidente salvadorenho, Nayib Bukele, referência de uma nova geração de lideranças da extrema-direita⁵³.

As outras candidaturas, alinhadas a partidos e movimentos políticos menores, como a do ex-vice-presidente Otto Sonnenholzner, pelo *Actuemos*, do político Bolívar Velasco, pelo *Movimiento AMIGO*, e do empresário Xavier Hervas Mora, do *Movimiento RETO*, não

45 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2023/07/04/yaku-perez-ofrece-una-tercera-via-fuera-de-las-derechas-e-izquierdas/>; <https://ecuador-decide.org/wp-content/uploads/2023/08/YAKU-PEREZ-2-17-20.pdf>.

46 Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2023-06-02/guillermo-lasso-declina-ir-a-la-reeleccion-por-la-presidencia-de-ecuador.html>.

47 Disponível em: <https://www.larepublica.ec/blog/2023/06/07/maruri-declina-la-candidatura-presidencial-por-centro-democratico/>.

48 Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/izquierda-democratica-bacigalupo-declina-candidatura.html>.

49 Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/candidatos-elecciones-presidenciales-ecuador-inscripciones-cne.html>.

50 Disponível em: <https://ecuador-decide.org/wp-content/uploads/2023/08/DANIEL-NOBOA-4-35.pdf>.

51 Disponível em: <https://ecuador-decide.org/wp-content/uploads/2023/08/FERNANDO-VILLAVICENCIO-25.pdf>.

52 Disponível em: <https://ecuador-decide.org/wp-content/uploads/2023/08/JAN-TOPIC-6-3-1.pdf>.

53 Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2023-06-19/jan-topic-el-empresario-millonario-que-busca-emular-a-bukele-en-ecuador-al-ritmo-top-gun.html>.



ganharam grande visibilidade. Com a exceção de Sonnenholzner (empresário que foi ex-vice-presidente de Lenín Moreno e é próximo de Guillermo Lasso), que esteve em segundo lugar em diversas pesquisas eleitorais, os outros dois candidatos figuravam com menos de 3% nas pesquisas eleitorais realizadas ao longo do primeiro turno⁵⁴.

No mês de agosto de 2023, às vésperas da realização do 1º turno, uma série de incidentes violentos promovidos por narcotraficantes colocaram a melhoria da segurança pública e a reforma carcerária como promessas consensuais nos discursos dos oito presidenciáveis. A questão se agravou após o atentado que causou a morte de Fernando Villavicencio, em 9 de agosto, durante um comício em Quito⁵⁵. O candidato já havia sofrido outro atentado, em setembro de 2022, atribuído ao cartel mexicano de Sinaloa, que passou a atuar no país durante a pandemia da Covid-19. Em decorrência do homicídio, sete suspeitos foram presos e um oitavo foi encontrado morto em decorrência da troca de tiros com a escolta do presidenciável, sendo seis destes de nacionalidade colombiana⁵⁶.

Villavicencio, que chegou a figurar como segundo colocado em algumas pesquisas de intenção de voto, foi substituído na chapa presidencial pelo jornalista investigativo Christian Zurita, amigo do falecido candidato. A demora na homologação da candidatura de Zurita acabou impedindo que ele participasse dos debates eleitorais. Sua indicação sofreu resistências dentro do *Movimiento Construye*, que desejava que a candidata a vice-presidenta, Andrea González, assumisse a cabeça de chapa, ideia descartada por incertezas da adequação desta opção junto à Justiça Eleitoral⁵⁷.

Para assegurar a segurança das eleições que se aproximavam, Guillermo Lasso decretou estado de segurança por sessenta dias e acionou policiais e militares para proteger seções eleitorais e candidatos no 1º turno. Apesar disso, as votações do dia 20 de agosto transcorreram com incidentes violentos por todo o país, brigas entre eleitores de diferentes candidatos e ataques violentos por criminosos. Os principais candidatos compareceram às seções eleitorais sob escolta e, em alguns casos, como o de Christian Zurita, equipados com colete e capacete a prova de balas. Outra ocorrência eleitoral foi o uso do voto telemático para assegurar que equatorianos no exterior fossem capazes de votar, mas, dos mais de 400 mil eleitores no exterior, pouco mais de 35 mil conseguiram atender aos requisitos exigidos pelo CNE.

No dia 21 de agosto, após mais de 12 horas de contagem dos votos, foram divulgados os resultados do 1º turno. Para a presidência, a candidata correísta, Luisa González, e o candidato liberal Daniel Noboa, da coligação *Acción Democrática Nacional*, assumiram, respectivamente, a primeira e a segunda colocação, com 33,6% e 23,5% dos votos, qualificando-se para o 2º turno. Noboa, que não havia performado bem na maioria das pesquisas eleitorais, foi uma grande surpresa para boa parte da mídia equatoriana, visto que a maioria das pesquisas indicava Otto Sonnenholzer, Fernando Villavicencio, Jan Topic e Yaku Pérez como mais bem colocados. Zurita ficou em terceiro lugar, com 16,4%, seguido de Topic, com 14,7% e Sonnenholzner, com 7,1%. A sexta colocação de Yaku Pérez, com apenas 4% dos votos, também causou surpresa, visto que o candidato havia recebido 19% na eleição de 2021 e performou entre a segunda e a quarta colocação na maioria das pesquisas. Hervas e Armijos receberam, juntos, menos de 1% dos votos⁵⁸.

Para a Assembleia Nacional, o correísmo foi bem-sucedido, com a lista do *Revolución Ciudadana* ganhando 39,7% dos votos, percentual superior aos 32,12% da eleição de 2021, o que assegurou ao partido a maior bancada legislativa, com 52 assembleístas, três a mais do que possuía antes da dissolução da Assembleia. A *Alianza Gente Buena/Movimiento*

54 Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/candidatos-elecciones-presidenciales-ecuador-inscripciones-cne.html>.

55 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/informes/quien-era-fernando-villavicencio-candidato-presidencial-que-fue-asesinado-en-ecuador-nota/>.

56 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/fernando-villavicencio-y-sus-260-investigaciones-en-contra-de-rafael-correa-y-otros-gobernantes-nota/>.

57 Disponível em: <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20230813-ecuador-el-periodista-christian-zurita-sucesor-de-villavicencio-en-candidatura-a-la-presidencia>.

58 Disponível em: <https://resultados.cne.gob.ec/>.

Construye, que apoiou Villavicencio e Zurita, ficou com 20,4% dos votos e elegeu a segunda maior bancada, com 29 congressistas eleitos. Foi seguida pela ADN, com 14,8% dos votos, e pelo PSC, com 11,9%, ambos com 14 parlamentares eleitos. A aliança Actuemos elegeu oito assembleístas, com 4,5% dos votos nacionais, e o Pachakutik, que optou por concorrer apenas localmente, elegeu quatro parlamentares pelo voto provincial. Os demais partidos, unidos, elegeram 16 legisladores⁵⁹.

Os referendos sobre exploração de petróleo, na região de Yasuní, e de mineração, no Choco Andino, resultaram no apoio majoritário à proibição das atividades extrativistas. A primeira consulta, de caráter nacional, questionava se a população concordava que o governo mantivesse inexplorado o petróleo presente no chamado bloco 43, na região amazônica de Yasuní, com opções de resposta ‘sim’ e ‘não’. O ‘sim’ ganhou com 59% dos votos e, na campanha, havia sido apoiado pelas principais organizações indígenas do país (que se opõem à exploração do bloco há anos) e por movimentos sindicais. A segunda consulta, de caráter local, perguntou sobre a autorização de mineração na reserva ambiental do Choco Andino, região importante para o abastecimento de água para a região metropolitana de Quito. O ecossistema é uma zona intermediária entre os Andes e a Amazônia. O referendo questionava sobre a proibição de quatro níveis de exploração na região, da escala do garimpo individual a grandes operações de exploração industrial. Todas as quatro perguntas do referendo receberam mais de 68% dos votos no ‘sim’, proibindo totalmente a atividade mineradora na reserva⁶⁰.

Os plebiscitos dividiram a posição dos principais candidatos à presidência, embora nenhum destes tenha assumido campanha formal por nenhuma das posições. Daniel Noboa, Fernando Villavicencio e Yaku Pérez demonstraram apoio moderado pela interrupção das explorações, enquanto Luisa González e Jan Topic defenderam a continuidade das ações extrativistas. González chegou a declarar, após o resultado do 1º turno, que, se eleita, atuaria pela reversão do resultado do referendo de Yasuní, território que guarda cerca de 1/5 das reservas de petróleo do país.

2º turno: o alinhamento anticorréista e a continuidade da violência política

No dia 31 de agosto de 2023, dois carros-bomba explodiram em Quito, nas primeiras horas do dia, o que foi seguido por outro atentado terrorista, executado com granada, no mesmo dia. Não houve vítimas em nenhum dos casos. A candidata presidencial Luisa González, que vinha recebendo ameaças anônimas, solicitou apoio às Forças Armadas para fortalecer sua escolta pessoal⁶¹. No dia seguinte, o país passou por uma grande rebelião no sistema carcerário, envolvendo seis penitenciárias diferentes, onde dezenas de agentes de segurança foram feitos reféns⁶². As autoridades policiais declararam supor que todas estas ocorrências foram reações a uma operação conduzida em 30 de agosto, no presídio de Latacunga, em busca de armas, munição e explosivos.

Em 7 de outubro, sete dos suspeitos presos pelo atentado fatal contra Fernando Villavicencio foram encontrados mortos no Presídio do Litoral, em Guayaquil, onde cumpriam prisão preventiva⁶³. A família do ex-candidato também abriu uma representação junto à *Fiscalía General* (equivalente ao Ministério Público no Brasil) contra o governo Lasso por omissão dolosa frente às sucessivas ameaças sofridas pelo candidato antes do

59 *Idem.*

60 *Idem.*

61 Disponível em: <https://www.eltiempo.com/mundo/latinoamerica/ecuador-candidata-presidencial-luisa-gonzalez-denuncia-amenazas-de-muerte-801960#:~:text=Luisa%20Gonz%C3%A1lez%2C%20quien%20gan%C3%B3%20la%20primera%20vuelta%20presidencial,electoral%20ensombrecida%20por%20el%20asesinato%20de%20un%20candidato>.

62 Disponível em: <https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20230831-coches-bomba-y-ataques-con-granadas-sacuden-la-capital-de-ecuador>.

63 Disponível em: <https://efe.com/mundo/2023-10-07/hallan-muertos-a-los-seis-imputados-por-asesinato-de-villavicencio/>.



atentado fatal⁶⁴. Em 9 de outubro, a Fiscalía revelou o teor do depoimento de um suspeito que confessou que 200 mil dólares foram oferecidos pelo homicídio, planejado desde junho de 2023⁶⁵. Frente aos assassinatos no sistema carcerário, Lasso prorrogou o estado de segurança no Equador por mais trinta dias.

Apesar da sensação de insegurança, a votação do 2º turno da eleição presidencial ocorreu de acordo com o cronograma do CNE, no dia 15 de outubro. Daniel Noboa, ao longo do 2º turno, recebeu apoio dos presidenciáveis Jan Topic, Otto Sonnenholzner e Yaku Pérez, beneficiando-se do anticorrêismo. Mesmo em casos em que não foi oficialmente apoiado, recebeu o benefício de discursos em oposição à eleição da candidata do *Revolución Ciudadana*. Luisa González, por sua vez, não recebeu apoio de nenhum partido no 2º turno, ficando dependente da impopularidade de algumas propostas de seu adversário em diferentes nichos políticos, como a defesa de uma agenda de abertura econômica, entre os mais pobres, e posicionamentos a favor de minorias, como os LGBTQIA+, entre setores religiosos.

Apuradas as urnas, o candidato liberal, Daniel Noboa, foi eleito presidente do Equador, com 51,8% dos votos, contra os 48,2% recebidos pela sua adversária. Com a divulgação preliminar do resultado, a candidata correísta fez seu discurso de derrota, reconhecendo o resultado das urnas e cobrando do presidente eleito o cumprimento de propostas de campanha, como a promoção de políticas para a juventude e a criação de novos postos de trabalho no país⁶⁶. Por sua vez, Noboa prometeu, em seu primeiro discurso como presidente eleito, que daria seguimento à proposta de construir um gabinete com paridade de gênero e iniciaria viagens ao exterior para preparar o terreno para cumprir propostas de campanha dependentes de financiamento e cooperação estrangeira, sobretudo na área de segurança.

Busca por governabilidade e construção do novo governo Noboa

O período entre o resultado da eleição de Noboa, confirmado em 16 de outubro, e sua posse oficial, em 23 de novembro, foi marcado por dois importantes desafios: estabelecer alianças na Assembleia Nacional, garantindo a governabilidade pelos 18 meses de seu curto governo; e buscar fontes de financiamento para viabilizar a implementação de políticas públicas prometidas durante a campanha. Como havia expressado em seu discurso de vitória, o presidente eleito fez uma série de viagens internacionais para buscar apoio ao audacioso plano de reformar a segurança pública do país, apelidado de ‘Plano Fênix’. Também foi incluído no Conselho de Segurança e passou a ser atualizado por Guillermo Lasso, ainda incumbente, das medidas e acordos que o país buscava durante sua gestão para captar cooperação e financiamento junto aos EUA e à União Europeia.

No âmbito da governabilidade, Noboa buscou construir pontes com as principais legendas dentro do Legislativo e foi beneficiado por mudanças nos vínculos partidários dos legisladores eleitos. O novo presidente foi bem recebido por lideranças do PSC e do RC5, que mostraram interesse em compor com o Executivo em troca de apoio para ocupar espaços na mesa diretora da Assembleia Nacional⁶⁷. Luisa González, adversária nas eleições e recém-eleita para a presidência nacional do *Revolución Ciudadana*, converteu-se na principal aliada de Noboa para conquistar apoio no correísmo ao novo governo e formar uma maioria legislativa. Entre os arranjos entre Noboa e González, ficou definido que o RC5 assumiria a presidência da Comissão de Fiscalização e Controle Político da Assembleia Nacional, responsável por iniciar investigações e julgamentos políticos contra membros do Executivo, do Judiciário e do CNE, incluindo o processo de afastamento do presidente Lasso. Entre as prioridades declaradas do RC5 na comissão, estão a retomada do julgamento contra

64 Disponível em: <https://www.eltiempo.com/mundo/latinoamerica/ecuador-familia-de-fernando-villavicencio-denuncia-al-presidente-guillermo-lasso-797565>.

65 Disponível em: <https://www.elpais.com.co/mundo/caso-fernando-villavicencio-fiscalia-revelo-detalles-sobre-el-testimonio-del-unico-testigo-sobreviviente-tras-masacre-en-carcel-de-ecuador-0955.html>.

66 Conjuntura Latitude Sul. Após segundo turno, Daniel Noboa é eleito Presidente do Equador. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/ConjunturaLATSUL_Out23.pdf.

67 Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/politica/noboa-asamblea-correistas-socialcristianos/>.

Lasso e de uma investigação contra Diana Salazar, chefe da Fiscalía (por razões explicadas adiante), ambos interrompidos pela dissolução da Assembleia Nacional⁶⁸.

A aproximação com o correísmo, entretanto, fez com que o *Movimiento Construye* (de Villavicencio e Zurita) declarasse que seria oposição ao novo governo. Porém, tal posição foi assumida apenas formalmente até o momento, pois o partido sofreu a deserção de 11 legisladores, que assumiram a posição de independentes. Sua bancada eleita foi reduzida de 29 para 18 parlamentares. Dos 10 parlamentares egressos do *Construye*, 7 formaram uma nova bancada, autodenominada *Movimiento Gente Buena*, alinhada aos ideais do falecido Villavicencio de afastar-se dos grupos políticos tradicionais de situação ou oposição⁶⁹. O RC5 também perdeu um legislador, enquanto a coligação oficialista ADN subiu de 14 para 17 parlamentares, recebendo três parlamentares do SUMA⁷⁰. Com os arranjos feitos com as lideranças partidárias, Noboa assegurou o apoio de 94 parlamentares, número confortável para aprovar medidas que exigem maioria simples (70 votos) e ligeiramente maior que o necessário para aprovar medidas que exigem maioria qualificada (92 votos)⁷¹.

Com uma bancada governista bastante heterogênea, com parlamentares de um amplo espectro político, da extrema-direita à centro-esquerda, a Assembleia Nacional, em 17 de novembro, elegeu Henry Kronfle, do PSC, para presidir a casa legislativa; Viviana Veloz, do RC5, para a 1ª vice-presidência; e Ecknner Recalde, independente, para a 2ª vice-presidência. Assegurar boas relações com o Legislativo e preservar o apoio da maioria promete ser o principal desafio de Noboa para os seus 18 meses de mandato. Uma possível pretensão de concorrer à reeleição em 2025, para um mandato de 4 anos, dependerá da manutenção destas boas relações.

No âmbito internacional, Noboa priorizou três destinos antes de tomar posse: a vizinha Colômbia, que serve de referência na aspiração equatoriana de estabelecer cooperação no combate ao narcotráfico com os EUA; a Espanha, país com quem o empresariado do Equador tem laços estreitos; e a Itália, referência em combate a redes de crime organizado⁷². Outros destinos, como os EUA e Israel, importantes para o projeto de segurança pública almejados pelo país, foram adiados: o primeiro foi reagendado para o início de novembro, e o segundo foi delegado para a vice-presidenta, nomeada como embaixadora no país (gesto que será explicado na seção seguinte), em um contexto de conflito intenso entre as forças de defesa de Israel e o Hamas.

O roteiro de viagens começou com uma passagem pela Colômbia, em 18 de outubro, onde Noboa se encontrou, na capital do país, com o chanceler Álvaro Leyva e convidou o presidente colombiano, Gustavo Petro, para a sua posse⁷³. De Bogotá, Noboa viajou para Madri, onde se encontrou com empresários, a portas fechadas, e se reuniu com membros da Secretaria Geral Iberoamericana para discutir a realização da próxima Cúpula Iberoamericana, que ocorrerá no Equador, em 2024. Ainda em Madri, o presidente eleito agendou reuniões com membros da LaLiga, liga de futebol espanhola, e com representantes da LigaPro, equivalente equatoriana, para a criação de escolas de futebol no Equador, seguindo um modelo similar ao estabelecido com El Salvador.

Antes de embarcar para a Itália, Noboa recebeu uma carta de felicitações do presidente francês, Emmanuel Macron, na qual expressava votos de que seu país seguisse comprometido com políticas ambientais, respeito aos direitos humanos e cumprimento da

68 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/juicios-politicos-asamblea-nacional-daniel-noboa-azin-guillermo-lasso-mendoza-diana-salazar-movimiento-revolucion-ciudadana-rafael-correa-comision-de-fiscalizacion-acuerdos-nota/>.

69 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/gente-buena-que-era-parte-de-una-alianza-con-construye-armo-un-grupo-aparte-de-siete-legisladores-nota/>.

70 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/asamblea-nacional-se-registran-bajas-en-las-bancadas-legislativas-revolucion-ciudadana-y-construye-nota/>.

71 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/asi-esta-conformada-la-asamblea-nacional-del-ecuador-para-el-periodo-2023-2025-nota/>.

72 Conjuntura Latitude Sul. Presidente eleito do Equador realiza primeira viagem ao exterior. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/ConjunturaLATSUL_Out23.pdf.

73 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/daniel-noboa-se-reunio-con-el-canciller-colombiano-antes-de-viajar-a-espana-nota/>.



carta da Organização das Nações Unidas⁷⁴.

Na Itália, a agenda do presidente eleito focou em encontros capazes de viabilizar a concretização do Plano Fênix, tendo uma reunião com a secretária geral do Instituto Ítalo-Latino-americano (ILLA) para negociar projetos de cooperação para o combate ao crime organizado, lavagem de dinheiro e manejo de prisioneiros. A secretária geral do ILLA ofereceu suporte para iniciativas de combate ao tráfico de drogas e a troca de experiências sobre controle portuário e alfandegário⁷⁵.

Depois de dois adiamentos, em 4 de novembro, Noboa viajou para Washington, onde se reuniu com o Secretário-Geral da Organização de Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, e com representantes do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional. O presidente eleito também teve encontros com empresários, para discutir investimentos no Equador e exportações para os EUA⁷⁶, e com membros da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), para obter ajuda internacional e financiamento para projetos de políticas públicas⁷⁷.

Em paralelo às negociações com lideranças partidárias e viagens ao exterior, Noboa começou a anunciar a composição de sua equipe ministerial, bastante diversa e composta majoritariamente por figuras que o auxiliaram durante a campanha eleitoral. Na extensa lista de ministros, secretários e diretores de organizações com status ministerial, Noboa buscou construir um gabinete com equilíbrio de gênero, formado majoritariamente por membros de diversos setores do empresariado, ativistas de causas sociais diversas e influenciadores digitais. Priorizando a identificação como ‘presidente eleito mais jovem’ do Equador com uma agenda orientada para a juventude, seu gabinete é composto majoritariamente por pessoas com menos de 50 anos de idade, com algumas exceções, como o secretário de comunicação Iván Carmigniani, de 63 anos, que acompanhou o pai de Noboa em suas campanhas para presidência no passado⁷⁸.

As primeiras ministras anunciadas, ainda em outubro de 2023, foram Gabriela Sommerfeld, empresária do setor aéreo, para o ministério de Relações Exteriores, e Sonsoles García, jovem advogada e lobista, para o ministério de Produção e Comércio Exterior. Além delas, foram escolhidos o exportador de bananas Franklin Palacios, para a pasta da Pecuária e Agricultura, e Roberto Luque Nunes, empresário do setor de engenharia, construção civil e geotecnia, para Obras Públicas. Como ministra de governo (e ministra interina do Interior), foi nomeada a advogada penalista e empresária Monica Palencia, cidadã mexicana que precisou ser naturalizada por decreto presidencial (o primeiro da gestão de Noboa) para assumir o cargo. As ativistas ambientais Sade Fritschi e Andrea Arrobo foram designadas para Meio Ambiente e para Minas e Energia, enquanto o empresário, comunicador esportivo e apresentador de televisão Andres Guschmer foi nomeado para o ministério dos Esportes. Para o Ministério da Defesa, o influenciador digital e professor de artes marciais especializado em defesa pessoal e segurança, Giancarlo Loffredo, foi indicado⁷⁹.

Em 23 de novembro, após discussões sobre a data da posse entre o CNE (que declarou que só daria uma data após avaliar todos os recursos eleitorais) e Guillermo Lasso (que indicou que gostaria de transmitir o cargo tão logo fosse possível), ocorreu a posse de Daniel Noboa como presidente do Equador. A cerimônia foi bastante discreta, sem grandes presenças internacionais, contando apenas com um chefe de Estado, o colombiano Gustavo Petro, e

74 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2023/10/24/daniel-noboa-el-presidente-electo-de-ecuador-viaja-a-europa-para-sumar-apoyos-y-tecnologia-para-la-lucha-contr-el-crimen/>.

75 Disponível em: <https://elmercurio.com.ec/2023/11/08/noboa-regresa-ecuador-gira-internacional/>.

76 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/daniel-noboa-azin-presidencia-de-la-republica-viajes-oficiales-europa-estados-unidos-elecciones-presidenciales-ecuador-2023-posesion-presidencial-nota/>.

77 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/a-su-regreso-de-estados-unidos-daniel-noboa-se-reunira-con-la-representante-de-usaid-nota/>.

78 Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2023/11/20/quienes-conformaran-el-gabinete-de-daniel-noboa-millennials-generaciones-x-y-z-y-algunos-experimentados-se-alistan-para-gobernar/>.

79 Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/daniel-noboa-queda-conformado-gabinete-ministerial-180382.html> e <https://www.infobae.com/america/america-latina/2023/11/24/daniel-noboa-nombro-gran-cantidad-de-jovenes-y-mujeres-para-su-gabinete-de-gobierno-en-ecuador/>.

dois vice-presidentes, o brasileiro Geraldo Alckimin e o hondurenho Renato Florentino. O presidente boliviano, Luis Arce, cancelou sua presença de última hora. Com exceção do atraso de Lasso para a transmissão da faixa presidencial, a cerimônia transcorreu sem outros imprevistos⁸⁰.

O que esperar após os primeiros 40 dias de governo?

A aproximação entre Noboa e o correísmo foi acompanhada do gradativo distanciamento da vice-presidenta, Veronica Abad, que acabou sendo nomeada como embaixadora do Equador em Tel Aviv e enviada especial para a paz entre Israel e Palestina⁸¹. Abad, alinhada a setores de direita e extrema-direita, vinha auxiliando Noboa a estabelecer pontes com atores estrangeiros de extrema-direita, como o partido espanhol Vox, o governo salvadorenho de Nayib Bukele e o presidente eleito argentino Javier Milei. Apesar disso, Israel é avaliado como aliado importante para o *Plan Fenix*, pois o governo equatoriano espera adquirir tecnologia sensível para a área de segurança produzida por empresas do país, como sistemas de identificação facial, escuta telefônica e monitoramento de aparelhos celulares.

Após a posse, as principais iniciativas do novo presidente foram a participação, em 7 de dezembro, de uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas em Nova York, onde destacou a importância de iniciativas para o combate a redes internacionais de crime organizado, que, segundo o presidente declarou em discurso, vitimam mais pessoas do que os conflitos armados entre nações em curso no momento. Em 10 de dezembro, Noboa participou da posse do presidente argentino Javier Milei e teve encontros paralelos com o presidente ucraniano, Volodímir Zelenski, a quem endossou a manutenção do apoio equatoriano ao país frente à invasão russa e manifestou interesse em estabelecer acordos de cooperação na área de segurança.

Os primeiros atos internacionais de Noboa como chefe de Estado parecem evidenciar que, ao menos no curto prazo, a agenda internacional do Equador seguirá monotemática, focada em temas de combate ao narcotráfico e busca por cooperação na área de segurança pública. No âmbito regional, Noboa parece que preservará a posição equatoriana de seu antecessor, alinhando-se ao governo estadunidense e aos governos sul-americanos com posições mais alinhadas à direita, mas sem adotar sectarismos extremistas.

No campo doméstico, a agenda do novo governo parece acenar para uma atuação errática, existindo dúvidas sobre os limites entre a conciliação entre setores da direita e o correísmo. Um dos primeiros êxitos da nova gestão foi a aprovação legislativa de uma reforma tributária, com 107 votos, que parece indicar que, por hora, a aliança com o PSC e com o RC5 se sustenta⁸². Na mesma linha, foram articuladas pequenas reformas constitucionais, com mudança dos requisitos para a candidatura a cargos públicos, regras para a realização de comícios e campanhas eleitorais⁸³ e ampliação do papel das Forças Armadas na segurança pública⁸⁴.

Apesar disso, a deflagração da recente *Operação Metástasis*, investigação pela Fiscalía contra políticos e funcionários públicos beneficiados por redes de crime organizado, fortaleceu a figura da procuradora geral Diana Salazar, o que coloca o presidente e a bancada correísta em lados opostos. Membros do RC5 enxergam em Salazar uma adversária, com posições parciais e persecutórias contra importantes figuras do governo de Rafael Correa, como o próprio ex-presidente. A *Operação Metástasis*, focada em casos de corrupção e favorecimento

80 Disponível em: <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20231123-ecuador-daniel-noboa-a-sume-la-presidencia-y-enfrenta-desaf%C3%ADos-inmediatos-en-seguridad-y-econom%C3%ADa>.

81 Disponível em: <https://elpais.com/america/2023-11-29/noboa-toma-su-primera-medida-presidencial-rompe-con-su-vicepresidenta-y-la-envia-a-israel.html>.

82 Disponível em: <https://www.ecuavisa.com/noticias/politica/daniel-noboa-reforma-tributaria-FA6507654>.

83 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/asamblea-nacional-enmienda-constitucional-requisitos-para-ser-asambleista-corte-constitucional-nota/>.

84 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/expresidente-guillermo-lasso-celebra-que-asamblea-haya-aprobado-reforma-constitucional-sobre-rol-de-ff-aa-en-combate-al-crimen-organizado-nota/>.



a narcotraficantes, já prendeu 29 pessoas, como juízes, fiscais e conselheiros de organizações governamentais, e segue investigando, sob sigilo, outros 900 agentes públicos⁸⁵. A recente fuga para o México do ex-vice-presidente correista Jorge Glas, investigado por corrupção em contratos de obras públicas e com ordem de prisão expedida, pode reavivar os ânimos de grupos anticorreistas e degradar as relações entre o governo e a bancada do RC5⁸⁶.

Por sua vez, a CONAIE já vem se colocando como organização protagonista nos protestos contra o governo Noboa. A entidade manifestou seus primeiros agravos ao novo governo, como na aprovação da reforma tributária, que classificou como benéfica apenas a interesses corporativos⁸⁷. Durante a assembleia nacional da organização, realizada no fim de dezembro de 2023, Leonidas Iza buscou reunificar as entidades indígenas que compõem a confederação. O movimento indígena equatoriano tende a se colocar também contra a consulta popular proposta pela presidência⁸⁸ para ampliar o papel das Forças Armadas na segurança pública e aumentar os poderes de agentes de segurança para atividades repressivas, reapresentando tópicos propostos pela reforma constitucional de Guillermo Lasso, reprovada em fevereiro de 2023⁸⁹. Buscando evitar grandes protestos sociais, como os que ocorreram em 2019 e 2022, o governo anunciou a manutenção de subsídios sobre os combustíveis, política que tem sua revisão adiada constantemente desde a gestão anterior⁹⁰.

O tempo, no entanto, é o maior adversário de Daniel Noboa, que conta com apenas um ano para executar um programa de governo capaz de render resultados perceptíveis antes de entrar em campanha por sua reeleição no início de 2025. Em agosto de 2024, devem ter início os anúncios das pré-candidaturas e os arranjos entre os partidos políticos para apoiar os pretendentes à presidência. A realização de consultas populares servirá de termómetro para o atual governo, que pode repetir o fracasso de Guillermo Lasso em modificar a legislação sobre segurança pública ou ser bem-sucedido onde o antecessor falhou. A expectativa é de que Noboa siga evitando agendas capazes de reduzir seu apoio político, evitando atritos desnecessários com o correísmo, adiando proposição de pautas impopulares e focando na única pauta consensual que une todo o espectro político do país hoje: a segurança pública⁹¹.

Epílogo: um novo episódio na crise de segurança

Em 7 de janeiro de 2024, o Equador viveu a ocorrência mais grave na crise de segurança pública que marca o país há alguns anos: uma onda de atos violentos perpetrados por membros do crime organizado, sobretudo da gangue Los Choneros, liderados por José Villamar (vulgo Fito), que fugiu do presídio onde se encontrava encarcerado, em Guayaquil⁹². Outros presídios, em diferentes regiões do país, registraram motins de prisioneiros, inclusive liderados por membros da gangue Los Lobos, adversária de Los Choneros, que teve seu líder Fabricio Colón Pico preso em 5 de janeiro, por planejar o assassinato da procuradora Diana Salazar⁹³. Membros da Los Lobos acusaram o governo Noboa de se aliar aos Los Choneros, após a fuga de Fito, e ameaçaram o governo do país com demonstrações de violência tanto

85 Disponível em: <https://www.ecuavisa.com/la-noticia-a-fondo/caso-metastasis-jueces-policias-fiscales-ex-general-involucrados-corrupcion-narcotrafico-AL6481750>.

86 Disponível em: <https://elpais.com/america/2023-12-20/el-exvicepresidente-de-ecuador-jorge-glas-pedira-asilo-a-mexico.html>.

87 Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/conaie-ecuador-reforma-tributaria-gobierno-daniel-noboa-rechazo-20231221-0020.html>.

88 Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/politica/pachakutik-consulta-popular-daniel-noboa/>.

89 Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/subsidios-focalizar-gasto-combustibles-diesel-gasolina/>.

90 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/daniel-noboa-gobierna-a-contrarreloj-que-debe-priorizar-este-2024-nota/>.

91 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/01/08/caos-en-ecuador-motines-en-las-prisiones-tras-la-fuga-del-cabecilla-de-los-choneros-y-la-captura-de-otro-jefe-criminal/>.

92 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/01/08/caos-en-ecuador-motines-en-las-prisiones-tras-la-fuga-del-cabecilla-de-los-choneros-y-la-captura-de-otro-jefe-criminal/>.

93 *Idem.*

nas ruas quanto dentro do sistema penitenciário.

Em 8 de janeiro, Daniel Noboa declarou o primeiro estado de exceção nacional de sua gestão, por sessenta dias⁹⁴. Com isso, o governo passa a ser autorizado a utilizar as Forças Armadas para auxiliar na repressão, e direitos como a inviolabilidade de domicílio e de correspondência e a livre associação ficam suspensos. O país também passou a adotar um toque de recolher entre às 23h e às 5h⁹⁵.

No dia seguinte ao estabelecimento do toque de recolher, membros da gangue Los Tiguerones invadiram as instalações da rede de televisão TC Televisión, fazendo funcionários da emissora de reféns durante uma transmissão ao vivo. Após duas horas de ameaças transmitidas em cadeia nacional, a polícia de Guayaquil invadiu as instalações e deteve treze criminosos, que foram detidos sob acusação de terrorismo. No mesmo dia, o governo equatoriano reforçou que as manifestações violentas de narcotraficantes seriam tipificadas sob crime de terrorismo e que recursos extraordinários poderiam ser utilizados pelas forças de segurança para enfrentar grupos de narcotraficantes⁹⁶. Assim, com a autorização do uso livre de armamento letal para coibir criminosos sob o estado de exceção, no dia 11 de janeiro foram registradas 300 prisões de criminosos e, até o dia 14 de janeiro, cerca de 1.327 prisões⁹⁷.

Em 10 de janeiro, os onze países sul americanos que aderiram ao Consenso de Brasília (comunicado final de uma cúpula presidencial ocorrida em maio de 2023) demonstraram apoio ao governo equatoriano e repudiaram a violência do crime organizado, expresso em comunicado conjunto divulgado pela chancelaria do Peru⁹⁸. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) também demonstrou apoio ao governo do país, solidarizando-se com a população e demonstrando interesse em cooperar com Noboa para o enfrentamento da crise⁹⁹.

A morte do promotor de justiça César Suárez, no dia 17 de janeiro, foi mais um episódio de violência da recente escalada. Suárez investigava o incidente na TC Televisión, traficantes foragidos e casos importantes de corrupção de agentes governamentais¹⁰⁰. Cerca de seis suspeitos são investigados pelo homicídio, dos quais dois foram detidos pelas forças policiais no dia 19 de janeiro e tiveram prisão preventiva decretada¹⁰¹.

Em 22 de janeiro, duas semanas após os acontecimentos violentos e diversas disputas entre as Forças Armadas e a Polícia Nacional contra membros de gangues, alguns resultados começaram a ser observados, como a queda de mortes violentas diárias, que passaram de 28, em 9 de janeiro, para 6, em 21 do mesmo mês¹⁰². Além disso, ainda em janeiro, a Comunidade de Países Andinos se reuniu, convocada pelo presidente Noboa, e divulgou um acordo de segurança de fronteiras para o estabelecimento de uma rede de segurança fronteiriça que atuará 24 horas por dia¹⁰³. Além do narcotráfico, a rede de segurança da Comunidade Andina

94 Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-01-09/daniel-noboa-decreta-su-primer-estado-de-excepcion-en-ecuador-ante-la-grave-crisis-de-seguridad.html>. Ver também: <https://www.expreso.ec/actualidad/excepcion-declarado-noboa-incluye-toque-queda-significa-185143.html>.

95 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/01/08/violencia-en-ecuador-daniel-noboa-declaro-el-estado-de-excepcion/>.

96 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/01/09/violencia-en-ecuador-una-banda-armada-tomo-un-canal-de-television-y-tiene-secuestrados-a-los-empleados/>.

97 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/articulos/cjeggd9vqv3o>. Ver também: <https://www.eluniverso.com/noticias/seguridad/sentenciados-delito-terrorismo-medidas-sustitutivas-coip-violencia-ecuador-nota/>.

98 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/internacional/once-paises-de-sudamerica-muestra-energico-rechazo-a-violencia-en-ecuador-nota/>.

99 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/cidh-y-rele-condenan-la-violencia-en-ecuador-e-istan-al-estado-a-investigar-y-sancionar-los-hechos-nota/>.

100 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/seguridad/tenemos-una-linea-clara-de-quien-seria-el-mentalizador-dice-jefe-policial-sobre-asesinato-del-fiscal-cesar-suarez-nota/>.

101 Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/seguridad/juez-dicta-prision-preventiva-para-dos-procesados-por-el-asesinato-del-fiscal-cesar-suarez-nota/>.

102 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/01/22/ecuador-en-menos-de-dos-semanas-las-muertes-violentas-bajaron-de-28-a-6-por-dia/>.

103 Disponível em: <https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20240122-pa%C3%ADses-andinos-crean-primera-red-de-seguridad-fronteriza-por-violencia-narco-en-ecuador>.



buscará coibir atividades de garimpo ilegal. O presidente equatoriano também anunciou a extradição de criminosos de nacionalidade estrangeira, como colombianos e peruanos. Finalmente, Noboa aumentou os esforços diplomáticos para alcançar um acordo efetivo de cooperação para treinamento e fornecimento de equipamentos modernos pelo governo dos EUA ao Equador¹⁰⁴. Apesar da insistência, seu antecessor, Guillermo Lasso, não conseguiu mais do que um acordo de intenções junto ao governo estadunidense neste sentido.

A despeito da consternação internacional com a recente crise de segurança no Equador, os prognósticos ainda não são conclusivos. Embora o governo demonstre um senso de urgência desencadeado pelos incidentes de janeiro de 2024 e pela piora de 60% dos indicadores de segurança pública em 2023, na comparação com 2022, o histórico de repressões episódicas e toques de recolher que não resolvem efetivamente o problema, somados à carência de recursos para o fortalecimento das forças de segurança via “Plano Fênix”¹⁰⁵ e à imprevisibilidade de uma base partidária heterogênea de sustentação, deixam dúvidas sobre a capacidade de Noboa de enfrentar o crescimento do crime organizado violento no país, no curto prazo.

104 Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/01/22/daniel-noboa-dijo-que-ecuador-recibira-armamento-tecnologia-y-entrenamiento-de-estados-unidos-para-combatir-la-violencia/>.

105 Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/plan-fenix-emerger-falta-dinero-182489.html>.



Geopolítica da transição energética: o Triângulo ABC do lítio na América do Sul

Diogo Ives, Jefferson Nascimento e Marília Closs
Pesquisadores do OPISA

Introdução

Ao longo do último meio século, a elevação da temperatura global decorreu, em grande medida, do aumento da queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás) para geração de energia. Um caminho que vem sendo perseguido por alguns países para atenuar este problema é a eletrificação de veículos, de modo a substituir motores a combustão por grandes baterias, nas quais o lítio é um componente fundamental. Além de estratégicas para o setor de transportes, baterias com elevada capacidade de armazenamento também são fundamentais para estocar energia produzida por geradores solares e eólicos, cujas demandas também vêm crescendo na esteira da crise climática e do imperativo da transição energética.

A importância crescente do lítio desperta, por sua vez, movimentos geopolíticos importantes. O governo chinês de Xi Jinping, tem planos declarados de se converter na maior fabricante de automóveis elétricos do mundo. Por sua vez, a administração Biden, nos Estados Unidos, anunciou, em junho de 2022, a criação da *Minerals Security Partnership*, grupo formado com aliados da OTAN e outros parceiros que pretendem assegurar para si a oferta de minerais críticos na produção de energia limpa. Diante desta competição entre grandes potências, a América do Sul aparece com relevância no tema, posto que as maiores reservas mundiais de lítio estão concentradas na Argentina, na Bolívia e no Chile, em uma região conhecida como Triângulo ABC. Neste artigo, descrevemos e avaliamos as medidas que os governos respectivos de Alberto Fernández (2019-2023), Luis Arce (2020-hoje) e Gabriel Boric (2022-hoje) implementaram para gerir a oferta do chamado “ouro branco” do século XXI.

Argentina

Segundo dados do Serviço Geológico dos Estados Unidos, a Argentina detém a terceira maior reserva de lítio no mundo, compreendendo em seu território aproximadamente 25% do total das reservas existentes¹⁰⁶. No que tange à produção do minério, embora esteja na quarta posição no ranking mundial, as projeções indicam que, em poucos anos, o país se tornará o segundo maior produtor, à frente da China e do Chile¹⁰⁷. Nos últimos anos, a importância do lítio na pauta de exportações vem crescendo de forma significativa: enquanto, em 2021, representava apenas 6% das exportações totais de minérios, em 2022, representou 18%, rendendo US\$ 696 milhões ao país¹⁰⁸. Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, a tendência é que a produção de lítio siga crescendo em virtude da alta demanda no mercado mundial. Para 2023, a Secretaria de Mineração espera que a produção tenha aumentado em pelo menos 50% e que, em 2024, com a execução de novos projetos de exploração, a Argentina possa triplicar a produção em relação a 2022¹⁰⁹.

No momento, já foram investidos cerca de US\$ 6 bilhões em 35 projetos, dos quais três já estão na fase de operação comercial: o Salar de Olaroz, conduzido pela empresa australiana

106 Disponível em: <https://www.universidad.com.ar/litio-en-argentina-presente-y-futuro-en-la-revolucion-de-las-baterias25>.

107 Disponível em: <https://www.infobae.com/economia/2023/09/19/la-argentina-se-encamina-a-convertirse-en-el-segundo-productor-mundial-de-litio/>.

108 Disponível em: <https://www.ambito.com/opiniones/la-potencialidad-del-litio-y-el-sector-minero-argentina-n5814070>.

109 Disponível em: <https://www.ambito.com/economia/litio-la-produccion-trepara-50-2023-nuevos-proyectos-y-ampliaciones-n5773593>.



Allkem; o Fénix, de responsabilidade da estadunidense Livent; e o Olaroz Caucharj, da firma argentina Exar¹¹⁰. As reservas minerais do lítio se concentram principalmente nas províncias de Catamarca, Jujuy e Salta. O método de extração consiste na evaporação de águas das salmouras e na transformação do minério em carbonato de lítio, que é a matéria-prima usada na fabricação de baterias.

Na Argentina, o controle da exploração dos recursos naturais presentes no subsolo é prerrogativa das províncias, e as empresas transnacionais precisam se submeter à jurisdição destes entes subnacionais. Isto não significa que o Estado nacional esteja ausente dos espaços de negociação. Em abril de 2021, por exemplo, o ministro de Desenvolvimento Produtivo, Matías Kulfas, conformou a Mesa Nacional do Lítio, junto aos governadores de Catamarca, Jujuy e Salta, com o objetivo de alinhar os interesses locais com os interesses nacionais e de desenvolver a industrialização do minério¹¹¹. Entre os pontos consensuados na primeira reunião da Mesa, estava o apoio dos governadores à Lei de Mobilidade Sustentável, proposta pelo presidente Alberto Fernández, que propunha incentivos e metas para a utilização de tecnologias de menor impacto ambiental¹¹². A lei, contudo, não foi apreciada pelo Congresso até o momento.

Procurando aumentar o protecionismo sobre a produção e a comercialização do lítio, a Mesa Nacional enviou ao Congresso, em março de 2023, um projeto de lei que define uma cota de 5% a 20% para que o lítio produzido seja industrializado dentro do território nacional, incentivando assim a produção de baterias, um produto de maior valor agregado que o carbonato de lítio. Além disso, os membros da Mesa concordaram que é necessário elevar a taxação às empresas transnacionais que atuam nas províncias¹¹³.

Outra iniciativa importante voltada para a industrialização do lítio no território nacional foi o acordo firmado em dezembro de 2021 entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Universidade Nacional de La Plata e a Y-TEC, empresa fundada em 2015, fruto da parceria entre a YPF, empresa estatal petrolífera, e o CONICET, uma agência estatal de fomento à pesquisa. O acordo previu o desembolso de 500 milhões de pesos para desenvolver a produção de baterias no país¹¹⁴. Um dos primeiros resultados concretos desse investimento foi anunciado recentemente: em outubro de 2023, foi inaugurada a primeira planta de produção de bateria de lítio da Argentina e de toda a América Latina¹¹⁵.

Já no último mês para o fim do mandato de Fernández, mais precisamente no dia 10 de novembro de 2023, a Argentina e o Chile assinaram um memorando de entendimento voltado para aumentar a integração binacional em torno das questões envolvendo a exploração e a industrialização do lítio. O documento prevê a cooperação não apenas para alavancar a produção, mas também para lidar com os efeitos econômicos, sociais e ambientais dessa atividade extrativista¹¹⁶.

A despeito da importância do lítio para a transição energética, o modo como está se desenrolando este processo vem causando sérios danos socioambientais. Um dos principais problemas é a grande quantidade de água usada na extração. A Agência Internacional de Energia calcula que, para produzir uma tonelada de lítio a partir de salmouras, são necessários 330 mil litros de água¹¹⁷. Outrossim, muitos projetos estão em áreas abaixo das planícies de sal e, para coletar os depósitos minerais, é preciso perfurar o solo. Além disso, as substâncias químicas usadas na atividade extrativista podem causar poluição da água

110 Disponível em: <https://litio.com.ar/argentina-se-encamina-a-convertirse-en-el-segundo-productor-mundial-de-litio/>.

111 Disponível em: <https://litio.com.ar/el-gobierno-de-argentina-y-las-provincias-conformaron-la-mesa-nacional-del-litio/>.

112 Disponível em: <https://tn.com.ar/politica/2022/07/22/diputados-trabajan-en-un-proyecto-sustentable-de-electromovilidad/>.

113 Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/531682-una-ley-para-el-que-el-litio-no-sea-ajeno>.

114 Disponível em: <https://y-tec.com.ar/avanza-la-construccion-de-la-primera-planta-argentina-de-desarrollo-de-baterias-de-litio/>.

115 Disponível em: <https://www.infobae.com/inhouse/2023/10/17/argentina-tiene-la-primera-planta-de-baterias-de-litio-de-latinoamerica-asi-trabajan-los-cientificos/>.

116 Disponível em: <https://www.ambito.com/energia/litio-argentina-y-chile-firman-acuerdo-binacional-promover-la-industrializacion-n5869788>.

117 Disponível em: <https://www.climatica.lamarea.com/litio-oro-blanco-transicion-energetica/>.

e do ar¹¹⁸.

Diversas comunidades que habitam áreas próximas, em sua maioria indígenas, vêm se manifestando contra os projetos. Jujuy, em particular, tem sido palco de intensos protestos, sobretudo após uma reforma da Constituição da província aprovada no dia 16 de junho de 2023. Os manifestantes argumentam que as mudanças flexibilizam as regras para as atividades mineradoras, o que compromete a biodiversidade das áreas onde se concentram os projetos, bem como a qualidade de vida de seus residentes. Para lidar com as mobilizações, o governo subnacional, então chefiado por Gerardo Morales, passou a usar métodos repressivos¹¹⁹.

Com a chegada de Javier Milei à presidência, pode haver mudanças nas políticas em torno da exploração do lítio, tendo em vista o seu projeto econômico ultraliberal. Por meio de um decreto assinado no dia 20 de dezembro de 2023, Milei revogou a Lei de Terras, que estabelecia limites à titularidade e à posse de terras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, além de proibir a venda de zonas ribeirinhas¹²⁰. A medida facilita o acesso de corporações transnacionais aos recursos naturais argentinos. Não é coincidência, pois, que, em entrevista recente, o novo presidente tenha revelado que tem mantido conversas com o empresário estadunidense Elon Musk e com representantes do governo dos Estados Unidos acerca da comercialização e produção do lítio. Segundo Milei, eles demonstraram estar “extremamente interessados” nas reservas contidas em território argentino¹²¹.

Além disso, a plataforma ultraliberal de mandatário inclui a privatização de diversas estatais, entre elas a YPF¹²². Caso isso se concretize, a iniciativa de produzir baterias em território nacional, protagonizada pela empresa, provavelmente sofreria forte retrocesso, podendo, inclusive, ser abortada. Cumpre ressaltar, contudo, que muitas das propostas do atual presidente dependeriam de uma reforma constitucional que retirasse das províncias a prerrogativa de administrar os recursos naturais presentes no subsolo. Como o novo governo possui um apoio bastante reduzido no Congresso, não será fácil avançar nesta direção.

Bolívia

A Bolívia tem a maior reserva global de lítio do mundo. De acordo com estatísticas divulgadas pelo governo boliviano, em julho de 2023, trata-se de cerca de 23 milhões de toneladas, sendo cerca de 21 milhões localizadas no Salar de Uyuni, no departamento de Potosí, e o restante dividido entre os salares de Pastos Grandes, também em Potosí, e de Coipasa, no departamento de Oruro. No entanto, quando comparado com o ritmo de extração e produção do recurso em outros países, os números bolivianos ainda são baixos. Isto se deve, em grande medida, ao modelo de exploração do recurso que o país tem adotado há mais de uma década.

Entre os países detentores de reserva de lítio, a Bolívia se destaca por ter um planejamento estratégico mais amplo para o recurso, que vem sendo chamado de *modelo soberano de industrialização* do lítio. O objetivo é que o país consiga, para além da extração do recurso, utilizá-lo para desenvolver uma cadeia produtiva com desenvolvimento nacional de ciência e tecnologia. Para isso, o lítio hoje é considerado um recurso estratégico e, portanto, não tem no país a natureza de *commodity*.

Isto está amparado em termos de legislações. O Decreto Supremo 29.496, de 2008, declarou a industrialização do Salar de Uyuni como prioridade nacional para o desenvolvimento produtivo, econômico e social do departamento de Potosí, onde o salar está localizado. No ano seguinte, foi aprovada a Constituição Política, cujo artigo 369 declarou o

118 Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-66520097>.

119 *Idem.*

120 Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2023/12/24/milei-quer-entregar-de-bandeja-o-litio-da-argentina-para-musk-e-eua/>.

121 Disponível em: <https://buenosairesherald.com/politics/milei-elon-musk-extremely-interested-in-argentin-lithium>.

122 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/milei-prepara-aerolineas-e-ypf-para-privatizacao-na-argentina.shtml>.



caráter estratégico, para o país, dos recursos naturais existentes nos salares e evaporíticos (entre outros). Por sua vez, o artigo 351 da Constituição declara que o Estado tem poder sobre todas as reservas fiscais e controle sobre a direção, a exploração, a industrialização, o transporte e a comercialização dos recursos naturais estratégicos (CEPAL, 2023).

Com isso, o Estado boliviano controla e promove toda a cadeia de valor, que vai desde a produção de carbonato de lítio à produção de baterias. O governo boliviano estabeleceu uma estratégia que, para além da extração e exploração do recurso, deve ser desenvolvido um projeto de industrialização e desenvolvimento de ciência e tecnologia. Para isso, estabeleceu, em 2010, a *Estrategia Nacional de Industrialización de los Recursos Evaporíticos*, financiada pelo Banco Central de Bolivia. A estratégia de industrialização do lítio foi dividida em três fases, com o objetivo de chegar “do salar à bateria”: a primeira é a fase de garantia da extração e da exploração do carbonato de lítio e do cloreto de potássio, mas ainda em pequena escala. A segunda é a exploração em maior escala destes e outros recursos. Por fim, a terceira é a fabricação de baterias e outros materiais tanto da cadeia de baterias quanto da indústria automotiva como um todo. Enquanto a primeira e a segunda contariam com recurso e capital local, a terceira já poderia contar com parcerias internacionais – com o objetivo de o Estado boliviano garantir transferência de tecnologia, sempre em associação com o Estado, que deverá ter condição majoritária (FORNILLO, 2019).

Em 2017, por meio da lei número 928, o governo boliviano criou a *Yacimientos de Litio Bolivianos* (YLB), que ganhou o caráter de empresa pública estratégica. Desde então, a YLB virou o ator central da política de industrialização do lítio na Bolívia e tem operado em diversos setores. Alguns dos elementos mais importantes são a construção de uma planta-piloto de carbonato de lítio, em 2013, a inauguração de uma planta de cloreto de potássio, em 2018, e a criação do *Centro de Investigación, Desarrollo y Pilotaje* (CIDYP), além da construção de uma planta em escala industrial de carbonato de lítio. Esta última está 92% pronta, de acordo com a declaração de maio de 2023 de Carlos Ramos, presidente da YLB. No entanto, a estratégia de industrialização do lítio encontra-se com atrasos em relação ao seu planejamento inicial. A YLB¹²³, sozinha, ainda não tem as condições infraestruturais e tecnológicas para a exploração do recurso em grande escala. Por isso, tem aberto licitações para corporações estrangeiras participarem do processo.

Em janeiro de 2023, a YLB assinou parceria para exploração no salar de Uyuni com a CBC, conglomerado chinês composto por CATL Brunp e pela CMOC. A assinatura previu a instalação de duas plantas com tecnologia de extração direta de lítio (EDL), que, em teoria, é mais rápida, consome menos água e, por isso, teria menos impactos socioambientais, nos salares de Potosí e Oruro, com um investimento de cerca de 1 bilhão de dólares. Em junho de 2023, a YLB firmou convênio no total de US\$1,4 bilhões, que garante direitos às empresas da China (*Citic Guoan*) e da Rússia (*Uranium One Group*) na exploração do lítio nas reservas de Uyuni e Pastos Grandes. A parceria direcionou recursos para a construção de duas fábricas para acelerar a produção e a exportação de lítio até 2025¹²⁴. Em dezembro de 2023, um novo acordo com a Uranium One Group, no valor de US\$ 450 milhões, foi assinado, com vistas a um projeto-piloto de extração direta de lítio na região de Colcha K, em Potosí, para a produção de carbonato de lítio¹²⁵.

Ainda que a Bolívia tenha adotado o que chama de modelo soberano de industrialização do lítio, a exploração do recurso no país também carrega consigo o aprofundamento de uma série de conflitos socioambientais. Para além do uso intenso de água, a extração de lítio tem deslocado populações de seus territórios, sobretudo populações indígenas aymaras em solo boliviano (TROTTE, LOPES & CLOSS, 2023).

123 Mais informações em: <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/economia/presidente-destaca-avance-del-92-en-la-planta-de-carbonato-de-litio>.

124 Para mais informações sobre os acordos com as companhias russas e chinesas, ver as edições de janeiro/fevereiro e de junho de 2023 do Conjuntura Latitude Sul. Disponíveis em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/03/ConjunturaLATSUL_Jan-Fev2023.pdf e http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/07/ConjunturaLATSUL_Jun23.pdf.

125 Mais informações em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/12/13/bolivia-assina-acordo-com-estatal-russa-para-exploracao-de-litio.htm>.

Chile

Conforme dados oficiais, o Chile possui 36% das reservas mundiais de lítio e produziu, em 2022, 30% da oferta global do minério, atrás apenas da Austrália¹²⁶. A principal zona de exploração está localizada no deserto do Atacama, onde existem dois projetos de extração em salares, sob regime de concessão à iniciativa privada: um projeto de 81 mil hectares, executado pela mineradora chinesa-chilena SQM, e outro de 16 mil hectares, conduzido pela mineradora estadunidense Albemarle¹²⁷. No final de 2021, o governo de Sebastián Piñera lançou uma licitação para outra área na região, que foi vencida pela *Servicios y Operaciones Mineras del Norte*, subsidiária da multinacional chinesa de veículos elétricos BYD. Contudo, a licitação foi paralisada pela Justiça chilena devido a demandas de maior proteção ambiental por parte de comunidades locais¹²⁸.

No dia em que ascendeu à Presidência da República, em março de 2022, Gabriel Boric declarou, em discurso, que perseguiria um crescimento econômico com sustentabilidade e que o enfrentamento à crise energética seria uma de suas prioridades em política externa¹²⁹. Poucos meses depois, em junho de 2022, sancionou a Lei Marco das Mudanças Climáticas, que prevê a neutralidade do país na emissão de gás carbônico até 2050 e estabelece responsabilidades para 17 ministérios, governos regionais e municípios neste esforço¹³⁰. O Ministério de Mineração foi elencado como uma das autoridades principais da ação e encarregado de elaborar medidas específicas para o tema.

A consequente formulação de uma política pública para o lítio não se restringiu ao âmbito doméstico e passou a envolver conversas com países vizinhos. Ainda em junho de 2022, durante a IX Cúpula das Américas, realizada nos Estados Unidos, Boric e o presidente argentino, Alberto Fernández, lançaram um Grupo de Trabalho Binacional sobre Lítio e Salinas, como foco em cooperação técnica-científica. Em seguida, em agosto de 2022, Boric encontrou-se com o presidente boliviano, Luis Arce. Ambos discutiram a possibilidade de os dois países trabalharem juntos em um projeto sobre exploração de lítio que envolveria a Argentina também¹³¹.

Em entrevista à imprensa¹³², Gonzalo Gutiérrez, assessor do governo chileno para lítio e professor na Universidade do Chile, explicou que a cooperação regional visa a melhorar o entendimento da administração chilena sobre questões de *royalties*, cuidado com o meio ambiente e geração de valor do minério. Segundo Gutiérrez, haveria uma enorme assimetria de informações em relação ao conhecimento detido por empresas privadas que atuam no setor, inclusive sobre o tamanho das reservas chilenas, deixando o Estado em desvantagem na elaboração de uma política pública para o assunto.

Os meses de diálogo e aprendizado resultaram na Estratégia Nacional do Lítio, anunciada por Boric em abril de 2023. O plano estipulou o objetivo de criar regulações estatais para todos os aspectos envolvidos na produção do minério, como extração, fabricação de produtos de valor agregado, reinvestimento, sustentabilidade e consulta a comunidades locais. Também estabeleceu que o Estado teria envolvimento em todas as etapas da produção, por meio de parcerias público-privadas. Para tanto, um projeto de lei que cria uma empresa estatal de lítio seria submetido ao Congresso. Ao setor privado, caberia aportar capital, tecnologia e redes de comércio¹³³.

126 Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2023/04/21/gabriel-boric-anuncia-estrategia-nacional-del-litio-en-chile-orix/>.

127 *Ibid.*

128 Disponível em: <https://dialogochino.net/en/climate-energy/51014-challenges-chile-new-ecologist-government/>.

129 Disponível em: <https://prensa.presidencia.cl/lfi-content/uploads/2022/03/11.03.2022-primer-discurso-p-dte-boric-transcripcion.pdf>.

130 Disponível em: <https://www.gob.cl/noticias/un-hito-en-la-historia-medioambiental-de-chile-partir-de-hoy-contamos-con-nuestra-primer-ley-marco-de-cambio-climatico/>.

131 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/08/07/chile-e-bolivia-concordam-em-enfrentar-a-crise-migratoria-em-sua-fronteira.htm?cmpid=copiaecola>

132 Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/industrias-extrativistas-pt-br/57203-triangulo-do-litio-a-america-latina-discute-novas-estrategias-regionais/>.

133 Disponível em: <https://www.gob.cl/litioporchile/#:~:text=El%20objetivo%20de%20esta%20Estrategia,e>



A Estratégia Nacional do Lítio, porém, não foi bem recebida pelo empresariado. A *Sociedad de Fomento Fabril* (Sofofa), entidade do setor industrial, queixou-se de que o setor privado ficava em segundo plano¹³⁴. Nos meses seguintes, a estratégia não avançou concretamente, em meio a uma perda de força crescente dos setores mais à esquerda dentro do governo Boric. Em agosto de 2023, o presidente chileno decidiu substituir a ministra da Mineração, Marcela Hernando, por Aurora Williams Baussa, quem já havia ocupado o posto durante o segundo governo de Michele Bachelet (2014-2018), quando SQM e Albemarle ganharam permissão para atuar nos salares do Atacama. Sua substituição foi celebrada pelo *Consejo Minero*, que reúne as principais mineradoras do país. O presidente da entidade, Joaquín Villarino, afirmou que esperava que Williams fosse mais pró-ativa no enfrentamento de uma agenda ambiental que estaria impedindo o êxito dos projetos de mineração no Chile¹³⁵.

Em dezembro de 2023, a afinidade de Williams com o setor privado garantiu a formulação de uma primeira parceria público-privada para extração de lítio no Atacama, sem, porém, envolver a criação de uma estatal exclusiva para a atividade. Em vez disso, a Codelco (tradicional empresa estatal de cobre) foi mobilizada para atuar em parceria com a SQM, na qual deterá 50% + 1 das ações, a partir de janeiro de 2025. O empreendimento será chamado de “Projeto Salar Futuro” e marcará a entrada do Estado chileno na produção de lítio. Além disso, Codelco e SQM formarão uma mesa tripartite com a *Asociación Consejo de Pueblos Atacameños* para desenhar regulações do projeto que garantam sustentabilidade, transparência e participação social durante sua execução¹³⁶.

Considerações finais

Na Argentina, diferentemente da Bolívia e do Chile, a administração das reservas de lítio não é prerrogativa do Estado nacional, mas sim das províncias. Uma série de empresas transnacionais atua na região onde estão concentradas tais reservas, e não existe a expectativa de que elas possam ser nacionalizadas no curto ou médio prazo. Ao contrário, o presidente recém-empossado, Javier Milei, está empenhado em facilitar o controle de empresas privadas transnacionais sobre a exploração do lítio. As projeções acerca do crescimento da produção e da exportação de carbonato de lítio são bastante positivas. Estima-se que, nos próximos anos, a Argentina possa superar o Chile e ocupar a segunda posição no ranking mundial de maiores produtores. No entanto, há dois desafios que se impõem para os próximos governos: avançar na produção de baterias e conter os impactos socioambientais. São duas tarefas bastante complexas, mas que serão essenciais para uma transição energética justa, que consiga romper com o longo histórico de dependência das exportações de recursos naturais e de intensos conflitos mineiros.

A Bolívia, detentora da maior reserva de lítio do mundo, tem adotado, há mais de uma década, uma estratégia de nacionalização dos recursos evaporíticos e, especificamente para o lítio, uma política de industrialização a partir do mineral. O objetivo do Estado Plurinacional é ter conteúdo nacional “do salar à bateria”. No entanto, a Bolívia ainda não tem o desenvolvimento tecnológico para conduzir este processo sem parcerias internacionais. Para isto, o país tem estreitado laços com potências globais como a China e a Rússia, seguindo um padrão tradicional de sua política externa. Como discutido nas seções anteriores, em 2023, as políticas direcionadas à extração de lítio avançaram de forma significativa no país. No entanto, isto tem andado conjuntamente com a complexificação de conflitos socioambientais ao redor do recurso, principalmente no departamento de Potosí.

No Chile, o destino das reservas de lítio está diretamente ligado aos rumos políticos do governo Boric. As intenções iniciais de aumentar a atuação do Estado na produção do minério e elaborar uma estratégia de longo prazo para o seu uso ainda não se materializaram como

[onom%C3%ADa%20verde%20a%20nivel%20global.](#)

134 Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2023/04/21/gabriel-boric-anuncia-estrategia-nacional-del-litio-en-chile-orix/>.

135 Disponível em: <https://www.economista.com.mx/empresas/Se-estanca-plan-de-litio-en-Chile-y-Boric-releva-a-Ministra-de-Mineria-20230817-0116.html>.

136 Disponível em: <https://www.miningreporters.com/noticia/news/2023/12/codelco-sqm-agreement-public-private-partnership-lithium-salar-atacama>.

esperado. O governo não tem maioria no Congresso e encontra dificuldades frequentes para aprovar seus interesses. Além disso, o país atravessa um lento e difícil processo de reelaboração da sua Constituição, desde 2019. A primeira versão de uma nova Carta, liderada por forças progressistas, previa a ampliação de um Estado de bem-estar social, porém foi rejeitada em referendo realizado em 2022. Uma segunda versão, formulada com maior protagonista de forças conservadoras, assumiu a responsabilidade fiscal como base constitucional, porém também terminou rejeitada pela população, em 2023. Diante do impasse entre modelos de desenvolvimento no Chile, a via das parcerias público-privadas para produzir lítio terminou prevalecendo, no final de 2023, com participação praticamente paritária entre Estado e grandes empresas privadas, sem que haja uma empresa estatal especialmente dedicada a este fim. Há pouco espaço, assim, para o Chile evitar um papel subordinado e dependente na economia da transição energética, pois o grande peso e know-how do setor privado nas parcerias pode levá-lo a reproduzir a função clássica de exportador de matérias-primas cobiçadas pelo Norte.

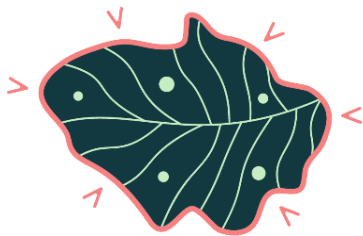
Referências bibliográficas

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). **Extracciyn e industrializaciyn del litio**: Oportunidades y desafíos para América Latina y el Caribe. CEPAL, Junio de 2023. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/5c1c160a-557d-42d9-bfa8-929142d2fa21/content>. Acesso em: 26 set. 2023.

FORNILLO, Bruno (coord). **Litio en Sudamérica**: geopolítica, energía y territorios. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

TROTTE, Alyssa. LOPES, Deborah. CLOSS, Marília. Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama dos conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do TIPNIS, Chepete-El Bala e da extra o de lítio. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v.11, n.19, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/sociologicos/article/view/6003/5811>. Acesso em: 26 set. 2023.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Outubro de 2023

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em outubro de 2023. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPISA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. A série de monitores faz parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de outubro, a Amazônia boliviana foi pauta de diversas agendas políticas ligadas aos incêndios florestais (criminosos e naturais) que se alastraram nos países que abrigam a Pan-Amazônia. Os efeitos da crise ambiental foram especialmente dramáticos na Bolívia, já que foram acompanhados por secas profundas em departamentos como Santa Cruz, Beni e La Paz (na parte norte). No total, a Bolívia registrou mais de 118 focos de incêndio durante o mês, sendo 47 concentrados em Santa Cruz, 32 em Beni e 19 no departamento de La Paz [1].

Os níveis altíssimos de desmatamento criminoso se somaram à temporada de secas e de incêndios naturais. Segundo dados divulgados pela Defesa Civil, mais de 210.809 famílias foram atingidas e mais de 158 municípios decretaram emergência por conta de crise hídrica [2]. A expansão da agroindústria e dos *avasallamientos* na região contribuíram para agravar o quadro. Ao mesmo tempo, o governo boliviano não parece ter um projeto bem delineado para a situação. O país vem passando, assim, por um cenário complexo e desastroso em termos de gestão da floresta amazônica.

Por conta deste cenário, ao longo do mês, aconteceram protestos em regiões como Yucumo e El Pamar, no departamento de Beni, organizados pela *Federación de Productores Agropecuarios de Yucumo* (Fepay), pela *Federación de Juntas Vecinales* e pela *Federación Regional de Comerciantes*. Os manifestantes pediam medidas de combate aos incêndios florestais, investimentos em projetos de infraestrutura para garantia de água, a construção de um centro de saúde integral na região, entre outras. Para que seus pedidos fossem atendidos, os manifestantes interditaram estradas por tempo indefinido e exigiram a presença de autoridades, como do Ministro do *Desarrollo Rural y Tierras* e do Ministro de *Medio Ambiente y Agua*, para tratarem dos temas relacionados com a produção e o abastecimento de água [3].

O governo de Luis Arce, por meio de seu *Ministerio de Medio Ambiente y Agua*, reagiu com algumas medidas: lançou o *Plan Nacional de Servicios Contra Incendios* e o *Plan de Atención Inmediata para Combatir la Sequía*. Além disso, a Defesa Civil, em conjunto com as Forças Armadas bolivianas, organizou atividades para minimizar os incêndios e patrulhar terrenos para evitar o surgimento de novos focos. Segundo informações divulgadas por Juan Alberto Calvimontes, Vice-Ministro da Defesa Civil, com o trabalho do Comando Conjunto foram extintos 111 incêndios e mobilizados 3.954 bombeiros florestais de três unidades militares. O Exército empregou 23 unidades militares; a Força Aérea, 17; e a Marinha, 9. Ademais, Calvimontes acrescentou a esses números as 342 operações de descarga de água, somando mais de 376.450 litros usados para o combate às queimadas [1].

Entretanto, esforços maiores para o combate aos incêndios e à seca na Amazônia não se concretizaram na política externa. Pelo contrário, não houve manifestações contundentes a respeito do tema por parte da chancelaria boliviana ou proposição de medidas de cooperação com os países vizinhos. O Ministro da Defesa, Edmundo Novillo, afirmou não haver necessidade de solicitar ajuda internacional ou declarar estado de emergência nacional. Sua fala repercutiu entre grupos opositores e ativistas, inclusive na fala de Evo Morales, que disse que “deveriam deixar o cálculo político e começar a ajudar as famílias que sofrem as consequências destas catástrofes” [4].

Para além desta crise, ganhou institucionalidade o acordo para a construção da ponte Guayaramerin-Guajará Mirim, negociado entre Bolívia e Peru ainda no mês de setembro de 2023 e reportado no monitor correspondente àquele mês. Ademais, Rogelio Mayta, chanceler boliviano, participou da inauguração da oficina “*Adaptación transformadora y robusta para la escasez de agua y el cambio climático bajo alta incertidumbre-TRANSCEND*”, convocada pela Autoridad Binacional Autónoma del Lago Titicaca, Río Desaguadero, Lago Poopó y Salar de Coipasa (ALT), administrada coletivamente pela Bolívia e pelo Peru. Em sua declaração, Mayta afirmou que a Bolívia está comprometida em avançar no combate à crise climática [5].

Por fim, a representação permanente da Bolívia no Conselho de Direitos Humanos nas Nações Unidas colocou, na agenda de discussão, a proposta de criação de um grupo de trabalho para a promoção da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais [6]. No entanto, não houve sinalizações de que a Amazônia boliviana seria item prioritário do país nesta agenda. Além disso, em sua declaração sobre o Dia Mundial da Alimentação, Freddy Mamani, Vice-Ministro de Relações Exteriores, brevemente mencionou a seca no país, mas não fez menções à floresta ou ao estado de calamidade pelo qual o país passa [7].

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

No mês de outubro, o território amazônico brasileiro sofreu com altas temperaturas, o que produziu secas em oito estados, com uma intensidade que não era registrada há cerca de 40 anos [8]. Dezenas de cidades decretaram situação de emergência. Segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) [8], a situação climática afetou áreas destinadas à produção agropecuária em estados como Pará e Roraima. O motivo do evento climático extremo foi uma combinação entre o fenômeno El Niño (aquecimento das águas do Oceano Pacífico) e o acúmulo de queimadas na floresta. Os efeitos do El Niño provocaram cenas semelhantes em 2015 e 2016, porém o cenário atual foi mais grave, segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) [8]. Em relação às queimadas, houve um recorde de ocorrências no Amazonas, nos primeiros dez dias de outubro (2.684 registros, contra 1.503 em todo o mês no ano passado), o que deteriorou a qualidade do ar em Manaus [9].

O evento climático extremo na região Norte reverberou na política brasileira. No dia 5 de outubro, o presidente Lula (que se recuperava de uma cirurgia) enviou uma comitiva



de diversos ministros a Manaus, encabeçada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Três medidas foram anunciadas na visita: o uso de aviões da FAB para transporte de insumos básicos, a compra de uma aeronave pelo Ministério da Justiça para auxiliar no combate a incêndios e obras de dragagem de rios para facilitar a navegação [10]. O governador do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil), aproveitou o momento para pressionar o governo federal a concluir a construção da rodovia BR-319, pois, por conta das secas, a locomoção hidroviária foi inviabilizada, prejudicando tanto o abastecimento de algumas regiões com água e outros insumos básicos, quanto o transporte de insumos industriais para o polo de Manaus [8]. No dia 18 de outubro, o governo federal liberou R\$ 647,8 milhões para serem usados em ações na região Norte através de ministérios e emendas parlamentares [11].

Na política externa, o presidente Lula participou de um telefonema com seu homólogo colombiano, Gustavo Petro, no dia 19 de outubro, para discutir a seca amazônica, que se estende para além do Brasil. Petro propôs uma reunião de Colômbia e Brasil com Equador e Venezuela para formularem um plano conjunto para enfrentar o problema. Segundo o Palácio do Planalto, a data ainda será definida [12].

Para além da crise na Amazônia, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, esteve na Indonésia, em 9 de outubro, para participar do seminário “Mobilidade Sustentável: Diálogos sobre Etanol” [13]. O evento discutiu a produção e a difusão de etanol como combustível para transportes. Ainda que Vieira não tenha mencionado a Amazônia em sua intervenção, convém entender o evento como um reforço na aproximação entre Brasil e Indonésia, que, junto com a República Democrática do Congo (RDC), são os maiores detentores de florestas tropicais do planeta. Os três países vêm costurando uma cooperação estratégica na agenda ambiental que pretende mitigar as degradações climáticas e a defesa de suas florestas tropicais. Em agosto último, representantes da Indonésia, da RDC e também da República do Congo participaram da Cúpula da Amazônia, em Belém, onde assinaram uma declaração conjunta com os países membros da OTCA em favor de uma “união pelas nossas florestas”.

Por sua vez, entre 26 e 28 de outubro, foi organizada a 2ª Cúpula das Três Bacias pelo governo do Congo (a 1ª ocorreu em 2011), na capital do país, Brazzaville. O nome do evento fez referência às bacias hidrográficas da Amazônia, do Congo e de Bornéu-Mekong-Sudeste Asiático. Cerca de dez chefes de Estado africanos participaram presencialmente do evento, mas nenhum presidente da América do Sul ou da Ásia compareceu. O presidente Lula participou através de videoconferência, assim como o presidente da França, Emmanuel Macron, e o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres. Colômbia e Venezuela enviaram seus Ministros de Relações Exteriores [14].

A declaração final da cúpula destacou que o evento significou o relançamento de um processo de cooperação Sul-Sul em biodiversidade, liderado pelos Estados das três bacias e baseado nas prioridades e necessidades específicas de cada qual, respeitando a sua soberania. Entre os compromissos de cooperação assumidos, constam: “desenvolver conjuntamente soluções *ad hoc* a nível institucional, diplomático, jurídico, científico, técnico e tecnológico”, “envolver todos os Estados e autoridades nacionais, incluindo os povos indígenas, as comunidades locais, os jovens, as mulheres, a sociedade civil, as organizações não-governamentais, a academia e o setor privado” e “estabelecer um sistema sustentável de remuneração pelos serviços ecossistêmicos prestados pelas três bacias”. Os países desenvolvidos foram cobrados a repassar US\$ 100 bilhões por ano em financiamento climático e US\$ 200 bilhões por ano em apoio a projetos de biodiversidade aos países em desenvolvimento [15].

Ainda na política externa, o presidente Lula concedeu permissão (publicada no Diário Oficial da União, em 19 de outubro) para que, entre os dias 24 de outubro e 20 de novembro, cerca de 294 militares estadunidenses participem de um exercício em conjunto com o Exército brasileiro nos estados do Amapá e Pará, na Amazônia oriental. A operação é chamada de Combined Operation and Rotation Exercise (Core 23) e visa ao intercâmbio de experiência sobre técnicas, táticas e procedimentos de defesa. A dinâmica faz parte de um acordo de defesa que Brasil e Estados Unidos assinaram em 2015 [16].



Por fim, cabe destacar que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) anunciou que mudanças climáticas passarão a ser uma questão prioritária no seu trabalho, ao lado de extremismo político e segurança cibernética. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, no dia 4 de outubro, o diretor-geral do órgão, Luiz Fernando Corrêa, declarou que estratégias conjuntas serão buscadas com países sul-americanos, especialmente os amazônicos. Nas suas palavras: “Se temos problemas comuns na região e somarmos as capacidades instaladas, vamos nos sair melhor. [...] O crime foi para a Amazônia porque tem possibilidade de retorno rápido. Por isso temos que somar e agir com os demais” [17].

Colômbia

Por Isabella Pereira e Julia Furtado Reis

No dia 19 de outubro, o presidente colombiano Gustavo Petro e o presidente brasileiro Lula conversaram por telefone com a intenção de encontrar soluções para a seca extrema que atinge a Amazônia. Petro propôs uma reunião, ainda sem data, entre Colômbia, Brasil, Equador e Venezuela para a elaboração de um plano conjunto para o enfrentamento do problema [18]. Ainda que a situação seja sentida com mais gravidade na Amazônia brasileira, o aumento da temperatura da água e a estiagem severa deixam todo o ecossistema vulnerável.

A Amazônia colombiana registrou a perda de cerca de 150 botos, animais importantes para o ecossistema local, que são indicadores de saúde dos rios em grandes bacias hidrográficas. Por isso, entre os dias 23 e 24 de outubro, a Colômbia foi sede da construção de um movimento global que, junto a representantes de outros países e lideranças da sociedade civil, visou a desenvolver soluções conjuntas para a crise hídrica e a conservação dos botos, resultando no comprometimento de 11 países [19] com a promoção de ações para a manutenção da saúde dos rios e o fortalecimento de legislações nacionais voltadas para a qualidade das águas e conservação daqueles animais [20].

A seca de outubro agravou a mortalidade da fauna aquática do país [21], que ocorre há anos em um contexto em que a cobertura total da superfície de água está sendo reduzida. De acordo com a MapBiomas, nos últimos 10 anos, a Amazônia colombiana perdeu em torno de 9% de sua superfície de água [22]. As previsões indicam que o ecossistema pode ficar ainda mais vulnerável com a chegada do El Niño [23]. Em 12 de outubro, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do país e a Unidade Nacional de Gestão de Risco de Desastres anunciaram a alocação de 2,2 trilhões de pesos colombianos (aproximadamente US\$ 550 milhões de dólares) para a implementação do Plano Nacional de Gestão. Seu propósito é prevenir e responder emergências relacionadas ao El Niño [24].

176 municípios colombianos possuem alto risco de emergência e baixas capacidades operacionais diante do El Niño [24]. Assim, o governo federal pretende reduzir a vulnerabilidade dos territórios por meio tanto do fortalecimento da capacidade de resposta e preparação de instituições e comunidades, quanto da definição de estratégias internas e coordenação entre atores locais e internacionais. Sobre este último aspecto, está em andamento uma coordenação com Brasil, Equador e Peru para atender possíveis emergências. Altas temperaturas já provocaram incêndios na fronteira com o Brasil [25].

Além disso, no dia 27 de outubro, representantes de quatro povos indígenas da Amazônia colombiana tiveram uma audiência no Tribunal Superior de Bogotá, onde exigiram que o governo federal respeite seus direitos à vida e à livre determinação e os inclua em programas e decisões que afetem seus territórios. A declaração tem relação com a sentença nº 4360, publicada em 2018 pelo Supremo Tribunal de Justiça, que ordenou que a presidência da Colômbia e as autoridades regionais adotem um plano para proteger a Amazônia do desmatamento [26]. A mesma sentença ganhou notoriedade por reconhecer a Floresta Amazônica como sujeito de direitos. Os representantes dos povos Andoke, Nonuva, Muinane e Uitoto afirmam que não foram levados em consideração na formulação das políticas ordenadas pela decisão e acreditam que o Estado não está respondendo



corretamente ao desmatamento da floresta [27].

Além disso, em 28 de outubro, o chanceler colombiano Álvaro Leyva discursou na Cúpula das Três Bacias, Ecossistemas de Biodiversidade e Florestas Tropicais, na República do Congo. O objetivo da cúpula foi o de forjar alianças para a proteção de 80% das florestas tropicais do mundo, com foco nas bacias do Amazonas, Congo e Borneo-Mekong (no Sudeste Asiático). Leyva reafirmou o compromisso colombiano com o meio ambiente, a luta contra as mudanças climáticas e a conservação das três bacias [28]. Ademais, durante o seu discurso, Leyva ressaltou o papel de liderança do Brasil e da Colômbia na convocatória da Reunião Técnico-Científica de Leticia, ocorrida em julho de 2023, e na cúpula da Amazônia em Belém, em agosto do mesmo ano. Nestes encontros, segundo o chanceler, foram firmados acordos com os países da região para tratar da deterioração da Amazônia, além da proposição de uma nova agenda de responsabilidade mundial para a proteção do bioma. Desta maneira, a participação colombiana buscou o estabelecimento de conexões com outras regiões do mundo que enfrentam problemas similares, como perda de biodiversidade, desmatamento e degradação ambiental [29].

Por fim, apesar da liderança brasileira e colombiana em esforços de preservação da Floresta Amazônica, a divergência entre os dois países sobre a exploração de petróleo na região foi novamente posta em evidência em outubro. No dia 10, durante um evento promovido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), o Ministro de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, Germán Umaña Mendoza, reafirmou o compromisso colombiano com a não-exploração de combustível fóssil na Amazônia. A posição do governo sobre o tema vem sendo questionada pelo meio empresarial do país, uma vez que o principal produto de exportação colombiana é o petróleo, colocando em dúvidas a capacidade do país de financiar a transição energética [30]. O ministro lembrou que, apesar de os dois países terem assumido compromissos em realizar a transição, o Estado colombiano entende a necessidade de ensinar à humanidade que esta precisa ocorrer mais rapidamente [31].

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 18 de outubro, o Ministério de Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) do Equador inaugurou o Centro de Coleta de Madeira Sustentável da comunidade indígena Achuar Kupatas. Segundo o órgão, o objetivo do centro será promover o manejo sustentável e inclusivo de bosques naturais com responsabilidade social e ambiental. Como parte do projeto de Manejo Florestal Sustentável (MFS) voltado para paisagens da Amazônia equatoriana, a iniciativa conta com o apoio de instrumentos de cooperação internacional firmados junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) [32]. O funcionamento da nova instituição visa a fortalecer as capacidades e a articulação da cadeia de valor a partir da extração de madeira legal. É previsto que cerca de 60 famílias se beneficiarão com a abertura do centro [33].

Além disso, no dia 19 de outubro, foi noticiada a restauração de 4.000 hectares de áreas degradadas nas comunas Yamanunka de Shushufindi (província de Sucumbíos) e Tiwiram, Río Tiputini e Justicia Social de Orellana (província de Orellana). O projeto recebeu um investimento de mais de 1 milhão de dólares e foi apoiado por organismos internacionais, como o PNUD, e nacionais, como o Proyecto Nacional de Restauración del Paisaje, a organização PROAmazônia (*Programa Integral Amazónico de Conservación de Bosques y Producción Sostenibles*) e a Universidad San Francisco de Quito (USFQ). As ações realizadas apoiarão o estabelecimento e o fortalecimento de empreendimentos comunitários com enfoque de gênero e inclusão, tais como turismo e produção agropecuária. O propósito da restauração, além de recuperar a funcionalidade dos ecossistemas, é permitir a evolução dos processos naturais em áreas degradadas e manter os serviços ecossistêmicos ativos na região das paisagens da Amazônia norte. É esperada a participação de 4.100 habitantes e 35 comunidades indígenas para a execução do projeto [34].

Guiana

Por **Guilherme Fritz**

No mês de outubro, a Guiana deparou-se com um clima seco que provocou diversas queimadas, principalmente na região 10, o que levou o governo a pedir apoio à população para que alertasse autoridades sobre possíveis focos de incêndio [35]. Além disso, no dia 26 de outubro, o governo da Guiana anunciou a descoberta de “reservas significativas” de petróleo no território de Essequibo. O anúncio é um novo elemento que se soma na tensão entre Guiana e Venezuela pela definição das fronteiras em torno da região. A República Bolivariana da Venezuela agendou um referendo popular para o dia 3 de dezembro que tratará de estabelecer uma posição do país sobre as reivindicações territoriais [36].

Convém lembrar que o governo da Guiana é irredutível quanto à sua soberania territorial sobre Essequibo, baseando-se na decisão de uma arbitragem internacional de 1899 [37]. Em face da convocação do plebiscito venezuelano, a Guiana recebeu apoio da CARICOM e exige que a questão seja resolvida à luz do direito internacional, pela corte de Haia, tribunal que a Venezuela não reconhece. Além disso, o governo guianense manifestou uma denúncia sobre a mobilização de cerca de 200 soldados venezuelanos na fronteira. Um conflito na região representaria um distúrbio na floresta amazônica em si, presente em Essequibo [38].

Além de Essequibo abrigar reservas de petróleo, também é um ativo financeiro sob a perspectiva da venda de créditos de carbono, já que a maior parte da região é coberta por florestas. A descoberta de mais combustível fóssil na região tende a estimular o plano do governo guianense de combinar exportação de petróleo *offshore* e venda de créditos de carbono no mercado financeiro internacional. A preservação florestal, segundo diversos discursos do presidente Irfaan Ali, deve vir acompanhada da equalização de prosperidade entre os países [39]. Desta forma, as florestas na Guiana são, cada vez mais, vistas como sinônimo de ativos financeiros e acesso à riqueza. A tarefa de preservar mistura-se com a obtenção de lucro. O país possui mais de 2/3 de seu território coberto por florestas, sendo um dos países com maior percentual de mata nativa no planeta. Junto com o Suriname, é o país com maior percentual de floresta amazônica preservada. Tais características situam-no como uma peça estratégica nessa quadra histórica, pois é um ator ímpar no combate à degradação climática.

Por sua vez, os desafios gerados pelo aumento da extração de petróleo na Guiana – não apenas em Essequibo, como também em outros pontos do território nacional – incluem um potencial processo de migração interna do interior para o litoral e também oriunda dos países caribenhos, sem que haja garantia de empregabilidade pelo setor de óleo e gás. A oferta ilimitada de mão-de obra (nos termos do economista Arthur Lewis), sem um cenário que consiga absorver trabalhadores e trabalhadoras em empregos de maior qualidade, pode implicar um assentamento desordenado da população, que, de forma especulativa, pode avançar sobre territórios florestais e aumentar o desmatamento [40].

Bolívia

Por **Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento**

No mês de outubro, a Amazônia teve pouco destaque na agenda política do governo peruano. Cabe mencionar que o Peru e o Reino Unido celebraram 200 anos de relações diplomáticas e, neste marco, a ministra das Relações Exteriores do Peru, Ana Cecilia Gervasi, se reuniu, em Londres, com o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores do Reino Unido, James Cleverly, no dia 10. Ambos acordaram fortalecer a cooperação ambiental, com ênfase na Amazônia. Gervasi destacou a importância de se proteger e promover o desenvolvimento das comunidades indígenas da região. Em seguida, no dia 11 de outubro, o Ministério do Meio Ambiente peruano e o Departamento de Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais do Reino Unido assinaram um memorando de entendimento para a cooperação com



o Fundo de Paisagens Biodiversas na Paisagem Andes Amazônico (BLF, na sigla em inglês), com o objetivo de combater as mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e reduzir a pobreza. A Ministra do Meio Ambiente peruana, Albina Ruiz, considerou o documento como um marco para o país no que tange ao empoderamento das comunidades nativas, principalmente das mulheres destas comunidades [41] [42].

Suriname

Por **Guilherme Fritz**

Nos dias 2 e 3 de outubro, o Ministro do Trabalho, Emprego e Juventude do Suriname, Mac Andrew, junto com a Secretária Geral da Organização Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Alexandra Moreira, inaugurou um *workshop* nacional de implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAS) [43]. O evento aconteceu na capital do Suriname, Paramaribo, e conforma desdobramentos da Cúpula da Amazônia, realizada em agosto de 2023. Houve capacitação do público em relação ao fortalecimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) da bacia amazônica, um programa da ONU de políticas públicas com o objetivo de promover uma gestão sustentável de tais recursos [44]. O evento contou com a participação de representantes governamentais e não governamentais, incluindo setores universitários e representantes indígenas [45].

Ainda sobre mecanismos de combate ao desmatamento e à degradação devido à crise climática, o Ministro de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, Marciano Dasai, declarou que o Suriname estabeleceu um preço de US\$ 30,00 para os créditos de carbono que serão lançados sob as determinações do Acordo de Paris. Esse recurso será fundamental para que uma combinação entre preservação e desenvolvimento econômico seja possível, pois pode se tornar uma ferramenta eficiente contra o garimpo de ouro no Suriname ao servir como outra possibilidade de geração de recursos [46].

Por fim, o Suriname, assim como a Guiana, a Guiana Francesa e os países caribenhos, carece de segurança alimentar (pauta presente no discurso do presidente Chan Santokhi na 78ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2023). Diante deste desafio, algumas propostas vêm emergindo do setor privado. Em outubro, a imprensa do país noticiou que a empresa *Terra Invest Suriname & Guyana* apresenta projetos para o governo de Suriname, desde 2021, de compra de terras e instalação nelas de famílias menonitas (tronco do cristianismo que descende dos anabatistas). A empresa planeja utilizar cerca de 30.000 hectares para assentar aproximadamente 1.000 famílias. Entretanto, o projeto envolve necessariamente o desmatamento de áreas florestais na Amazônia, o que suscita alertas por parte da comunidade internacional vigilante quanto à preservação florestal. Críticos apontam que as famílias menonitas não costumam utilizar-se de uma agricultura tecnologicamente sofisticada, mas sim de uma de baixa produtividade e necessariamente extensiva em relação ao uso da terra. As dívidas do país e a condição de insegurança alimentar criam condições para o governo viabilizar o negócio, mas ainda não há nenhuma decisão concreta tomada.

Venezuela

Por **Taís Jesinski Batista e Stephanie Braun**

Em outubro de 2023, a região amazônica não esteve entre os principais tópicos da agenda das políticas doméstica e externa da Venezuela. Destaca-se, no entanto, a participação do chanceler Yván Gil na Cúpula das Três Bacias [48]. O evento aconteceu na República do Congo, no dia 28 de outubro. O encontro teve como objetivo debater a governança global em torno de políticas de cooperação e financiamento para as principais bacias hidrográficas do planeta – a amazônica, a africana e a asiática. Essas três bacias comportam a maior parte da biodiversidade e da água doce do mundo.

Além do chanceler Gil, a delegação venezuelana contou com a presença do Ministro



do Poder Popular para o Ecosocialismo, Josué Lorca. A posição da Venezuela no encontro se orientou pela defesa da construção de um novo modelo econômico, que proteja o meio ambiente e que esteja de acordo com uma nova ordem mundial. Ademais, os representantes venezuelanos defenderam os chamados “direitos da Mãe Terra”, que desde os governos de Hugo Chávez estão presentes no quinto “objetivo histórico do Plano da Pátria”. Segundo ele, a Venezuela buscaria “contribuir com a preservação da vida no planeta e com a salvação da espécie humana”.

O Ministro do Poder Popular para as Relações Exteriores apresentou quatro pilares para a conformação de uma melhor proteção ambiental em escala global [49]: 1) que a cooperação Sul-Sul englobe o intercâmbio de práticas ecológicas e sustentáveis, além de políticas para o uso responsável dos recursos naturais; 2) a aplicação de planos conjuntos sobre reflorestação, regeneração e conservação das florestas, que contem com a participação direta de povos ancestrais e comunidades locais – o que engloba a criação de um banco de sementes nas três bacias hidrográficas; 3) a elaboração de um plano conjunto para a erradicação da mineração ilegal; e 4) o aprofundamento do intercâmbio científico e acadêmico entre os países participantes da cúpula, bem como a cooperação governamental e dos povos indígenas.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Durante o mês de outubro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) promoveu diferentes atividades para a proteção de recursos naturais no Brasil, na Bolívia e na Colômbia. Em 9 de outubro [50], foi noticiada a execução de um projeto na região da Terra do Meio, localizada no município de Altamira, no Pará, entre os rios Xingu e Iriri, com ênfase na restauração das margens dos rios, nascentes e outros corpos de água. A intervenção, denominada “Cadeia de Sementes da Floresta: restauração ecológica e pagamentos por serviços socioambientais na bacia do Xingu”, tem duração prevista de dois anos e conta com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA) e coordenação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico do Brasil (ANA). Seu objetivo é manter a provisão de serviços ecossistêmicos com o apoio de comunidades indígenas, ribeirinhos e agroextrativistas, conjugando a partilha de conhecimentos tradicionais com a geração de renda. As ações previstas incluem: a preparação do solo e o plantio de florestas em áreas prioritárias. O território da Terra do Meio cobre aproximadamente 8 milhões de hectares de áreas protegidas e a execução do projeto beneficia, direta e indiretamente, 3.200 pessoas. A OTCA prevê que, dentro de um ano, 25 dos 50 hectares de áreas degradadas sejam restaurados.

Em 11 de outubro [51], foi realizado o workshop “Cooperação internacional pela Amazônia: caminhos para a implementação da Declaração de Belém”, uma parceria entre a OTCA e a Plataforma CIPÓ, que reuniu representantes dos oito países membros da organização, autoridades da União Europeia, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e das bacias hidrográficas da República do Congo e da Indonésia. No evento, foram discutidas estratégias para colocar em prática os objetivos acordados durante a Cúpula da Amazônia em prol de uma agenda comum para a promoção do desenvolvimento sustentável. A reunião incentivou a criação de Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento, de um Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia e de uma “Coalizão Verde” composta pelos bancos de desenvolvimento de cada país.

No dia 17 do mesmo mês [52], a OTCA publicou os resultados de uma expedição realizada entre os meses de abril e maio nas cordilheiras nevadas de Carabaya e Apolobamba, no altiplano peruano, para a instalação de duas estações de monitoramento glaciológico e meteorológico e duas estações hidrométricas. A ação, que faz parte do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para gestão integrada dos recursos hídricos na Amazônia, visa a desenvolver propostas para o uso eficiente dos recursos e oferecer alternativas

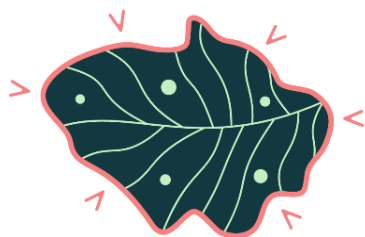


de abastecimento de água às comunidades que dependem das geleiras, principalmente em Quiaca, na província de Sandía, e Ayapata, na província de Carabaya. A iniciativa, implementada pela OTCA, também conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Também no dia 17 [53], foi divulgada a conclusão de um estudo realizado entre Brasil e Colômbia que mapeou as condições de vulnerabilidade e os riscos no uso de recursos hídricos subterrâneos nas cidades de Letícia e Tabatinga, na fronteira entre os dois países. Como parte do PAE, o projeto resultou na proposta de criação de uma rede binacional de monitoramento da qualidade e do nível das águas subterrâneas coordenada por autoridades locais.

A gestão de recursos hídricos também foi pauta na Bolívia [54][55]. No dia 30 de outubro, a OTCA noticiou a instalação de equipamentos de monitoramento de geleiras pelo Instituto de Hidráulica e Hidrologia (IHH) da *Universidad Mayor de San Andrés*. Com o objetivo de garantir o abastecimento de água para a população que depende do recurso, principalmente nas cidades bolivianas de La Paz e El Alto, a ação visa implementar um modelo de gestão para o uso eficiente da água coordenado pelo IHH. Entre as ações estruturais sugeridas estão: a implementação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável (SUDS) e a construção de tanques pluviais. A iniciativa é executada pelo Ministério de Relações Exteriores da Bolívia e o Ministério do Meio Ambiente e Água (MMAyA).





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Novembro de 2023

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em novembro de 2023. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Bolívia

Por **Marília Closs e Débora Bedim**

No mês de novembro de 2023, a Bolívia iniciou diversos programas nacionais voltados para a recuperação das áreas atingidas pelas fortes queimadas (criminosas e naturais) das semanas passadas. Os focos de incêndio diminuíram devido, em parte, à incidência de chuvas na região. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente e Água da Bolívia, foi registrada a redução de 8.000 para 193 focos de calor em todo o território do país [56]. Neste cenário de alívio, o presidente Luis Arce colocou em prática diversas ações nacionais com o objetivo de reparar os danos causados pelas queimadas e aumentar o cuidado da Amazônia boliviana.

Através do *Plan Integral Pos-Incendios*, o governo se comprometeu a reconstruir moradias e plantações afetadas [56]. Este plano envolve a coordenação de diversos atores, como o Ministério do Meio Ambiente e Água, responsável por elaborar políticas que incentivem o reflorestamento e a proteção de animais silvestres. Além disso, no dia 20 de novembro, foi lançado o *Plan Nacional de Forestación Pos-Incendios*, por meio do qual o governo destinará recursos econômicos para realizar as atividades previstas [57]. Já o Ministério da Defesa continua envolvido em atividades de ajuda humanitária, como a entrega de alimentos não perecíveis e rações secas [58].

No que se refere à ajuda internacional para o combate dos incêndios, a Bolívia contou com o apoio da Venezuela e da França, que enviaram dezenas de bombeiros [56]. Por sua vez, o Ministério das Relações Exteriores da Bolívia organizou, no dia 20 de novembro, um encontro com embaixadores e representantes de Estado com o objetivo de coordenar ações conjuntas no combate aos incêndios. Além de Venezuela e França, outros países envolvidos nesses esforços foram Brasil, Espanha, Chile, Colômbia, Rússia, China e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esta reunião reforçou o compromisso dos



países em cooperar para a proteção da Amazônia, “pela importância que ela representa para toda a humanidade”, segundo nota emitida pelo órgão [59]. Da parte da Bolívia, esta reunião representou uma forma de o Estado se comprometer em viabilizar e agilizar procedimentos técnicos de combate aos incêndios florestais, além de reforçar a cooperação internacional [59].

Outro encontro regional em que a pauta ambiental foi importante para a política externa boliviana foi a Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, que aconteceu no dia 23 de novembro, em Brasília. Nesta reunião, a Bolívia levou como proposta a criação de um “Comando Conjunto”, que seria um mecanismo de coordenação para prevenir os desastres climáticos em nível regional. A chanceler da Bolívia, Maria Nela Prada, afirmou que esta proposta tem como objetivo enfrentar as consequências da crise climática “de maneira efetiva, unindo esforços”. Ainda acrescentou em sua fala um agradecimento “aos países que estão nos apoiando neste momento na luta contra os incêndios” [60]. A delegação boliviana também sugeriu uma participação expressiva de mulheres, jovens, povos indígenas e movimentos sociais no “Comando Conjunto”, para que se fortalecessem as ações do Consenso de Brasília (documento final da Cúpula de Presidentes da América do Sul, ocorrida em maio de 2023), assim como a integração regional [60].

Além disso, no dia 26 de novembro, aconteceu o encontro dos Ministros das Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), no âmbito da XIV Reunião de Chanceleres da OTCA. Esta reunião foi convocada com o objetivo de dar seguimento aos compromissos acordados na Cúpula de Presidentes da OTCA de agosto de 2023, na cidade de Belém. No encontro, foram aprovadas mais de 29 resoluções, entre elas propostas apresentadas pela delegação da Bolívia para a criação de um Mecanismo Amazônico para os Povos Indígenas e de redes de trabalho sobre água, florestas, ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentável, entre outras. Além disso, a chanceler Maria Nela Prada destacou a necessidade de os países sul-americanos terem uma posição conjunta e coordenada sobre a Amazônia para apresentar durante a COP-28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, entre o final de novembro e o início de dezembro [61].

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

A agenda política do governo para a Amazônia foi marcada por dois eventos principais em novembro: o envolvimento de autoridades no imbróglgio entre Venezuela e Guiana sobre a soberania da região de Essequibo (que integra o bioma amazônico) e a participação do presidente Lula na COP-28 do Clima, em Dubai. No caso de Essequibo, a tensão fronteiriça remonta a cerca de 200 anos e foi reaberta pelo presidente venezuelano Nicolás Maduro, no último dia 28 de outubro, quando anunciou um plebiscito, para o dia 3 de dezembro, a respeito da legitimidade da soberania da Guiana sobre o território, decidida por uma arbitragem internacional em 1889 [62].

No dia 9 de novembro, Lula participou de uma videoconferência com seu homólogo guianense, Irfaan Ali. O pleito da Venezuela não foi mencionado na nota do Palácio do Planalto sobre a reunião, que, em vez disso, destacou a disposição de Lula em estreitar uma cooperação entre Brasil e Guiana em infraestrutura, a fim de avançar a integração sul-americana [63]. Por sua vez, no dia 22 de novembro, Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência, viajou para Caracas e se encontrou com Maduro, a fim de estimular uma negociação sobre o caso [64]. Segundo a imprensa, a convocação de um plebiscito ligou alertas no governo brasileiro de que uma vitória daria a Maduro uma licença para anexar Essequibo nos moldes da invasão russa à Crimeia, em 2014 [62].

Ainda no dia 22, o Brasil sediou, no Palácio do Itamaraty, a Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, convocada



por meio de convite do Ministro de Defesa brasileiro, José Múcio, e do chanceler do país, Mauro Vieira, a seus homólogos. O evento buscou dar sequência à cúpula presidencial sul-americana realizada em 30 de maio, cujo documento final (“Consenso de Brasília”) estipulou a retomada de um processo de integração. A declaração final da reunião não menciona Essequibo, mas registra que a América do Sul deve ser uma região de cooperação, resolução pacífica de controvérsias, integridade territorial e não intervenção [65]. Em declaração à imprensa após a reunião, Mauro Vieira informou que o Brasil pediu aos governos de Venezuela e Guiana que busquem uma solução pacífica para o conflito entre os dois países [66].

No dia 29, o Ministro da Defesa brasileiro, José Múcio, publicou uma nota em que anunciava que o país reforçaria sua presença militar na região Norte, especialmente em Roraima, devido à crise provocada pelo plebiscito venezuelano e após pedido do senador Hiran Gonçalves (PP-RR) [66]. No dia seguinte, o Itamaraty afirmou que estava acompanhando com preocupação o que chamou de crise diplomática entre Venezuela e Guiana [66]. A secretária de América Latina e Caribe do órgão, Gisela Padovan, salientou que o governo brasileiro considera o plebiscito como um “assunto interno” da Venezuela e que não caberia opinar sobre a sua realização [66].

Entrementes, a presença de Ministros de Relações Exteriores sul-americanos em Brasília foi aproveitada, no dia 23 de novembro, para a realização da XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Esta reunião procurou dar sequência à cúpula presidencial da OTCA, realizada em agosto de 2023, cujo documento final (“Declaração de Belém”) estipulou uma revitalização da instituição. Na declaração emitida após a reunião, os ministros saudaram a reativação de comissões temáticas dentro da OTCA e exortaram a elaboração, por meio de um grupo de trabalho, de uma Estratégia Amazônica de Gestão de Risco de Desastres frente ao fenômeno El Niño [67].

Cabe registrar que a OTCA criou uma comissão temática para lidar com segurança pública e crime transfronteiriço na Amazônia. A medida é positiva em face de um aumento da presença de facções criminosas brasileiras na região. Segundo relatório divulgado pelo Fórum de Segurança Pública, em 30 de novembro, 59% da população da Amazônia Legal vive em territórios com presença de organizações criminosas, especialmente o PCC e o Comando Vermelho. Em 2022, a taxa de mortes violentas foi 45% mais alta do que no restante do Brasil, enquanto a taxa de feminicídio foi 30,8% superior à média nacional [68].

Ainda na dimensão regional, nos dias 16 e 17 de novembro, foi realizada a XVIII reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do Mercosul. A Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sonia Guajajara, ressaltou que os indígenas do continente são indispensáveis para a integração do Mercosul e devem ser sujeitos do processo. Parte da agenda prevê a formação de políticas públicas do Mercosul com a participação dos povos indígenas, além do estabelecimento de um grupo de trabalho para preparar a participação dos povos indígenas do bloco na COP 30, que acontecerá em Belém, no ano de 2025 [69].

Ainda sobre o Mercosul, em 28 de novembro, o Senado brasileiro aprovou a entrada da Bolívia no bloco. A medida, que ainda deve ser promulgada pelo presidente Lula, fará com que o bloco comercial passe a contar com um terceiro país amazônico, além de Brasil e Venezuela (suspensa desde 2017). O protocolo de adesão da Bolívia ao Mercosul foi assinado em 2015, mas apenas neste ano foi votado pelas duas casas do Congresso brasileiro [70]. No ano passado, durante a eleição presidencial, Celso Amorim defendeu a aprovação da medida, salientando que a Bolívia é estratégica na integração sul-americana por ser o único país que integra os três grandes ecossistemas da região: Amazônia, Prata e Andes [71].

Por sua vez, a viagem de Lula à COP-28 transcorreu entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro. A delegação brasileira no evento foi a maior entre todos os países, totalizando 1.337 pessoas, entre integrantes do Estado (400 pessoas, incluindo políticos das esferas federal, estadual e municipal, tanto do Executivo quanto do Legislativo) e da sociedade civil. [72] Em discurso proferido na abertura do evento, Lula reivindicou maiores ambições de governantes nos esforços contra as mudanças climáticas e uma descarbonização mais



acelerada das economias. Citou a Amazônia ao lembrar que a região amarga uma das secas mais trágicas de sua história, mas que seu governo já conseguiu reduzir drasticamente o desmatamento da floresta e que pretende zerá-lo até 2030 [73].

Durante a cúpula, a delegação do governo brasileiro propôs a criação de um fundo (chamado por ora de “Florestas Tropicais para Sempre”) para financiar a conservação de florestas tropicais em 80 países, com a expectativa inicial de captar US\$ 250 bilhões em recursos de fundos soberanos. A proposta prevê pagamentos a países que mantiverem suas florestas tropicais em pé, com um valor fixo anual por hectare conservado ou restaurado. Os recursos dos países doadores seriam depositados em um organismo global, que faria a captação através da emissão de títulos de baixo risco e liberaria os pagamentos a partir da rentabilidade líquida dos investimentos do fundo. O Brasil defende que um país receptor deve ter mecanismos de alocação de recursos definidos e transparentes, direcionando-os às comunidades que preservam as florestas, e adotar um método confiável de medição do desmatamento [74].

Além disso, no dia 30, quando estava em viagem ao Catar, Lula defendeu a criação de uma governança global para as questões climáticas com autonomia para os governos tomarem decisões sem passar pelos parlamentos. Nas suas palavras: “Se você toma uma decisão qualquer em benefício do mundo e ela tiver que votar internamente pelo seu Congresso Nacional, significa que ninguém vai cumprir. [...] Até hoje os EUA não cumpriram o Protocolo de Kyoto. [...] O Acordo de Paris não foi cumprido em quase nenhum lugar do mundo” [75]. Durante a COP-28, Lula voltou ao tema quando declarou o seguinte em evento de diálogo com a sociedade civil: “A gente tem que se preparar para entender que ou nós construímos uma força democrática capaz de ganhar o poder Legislativo, o poder Executivo, e fazer a transformação que vocês querem, ou nós vamos ver acontecer o que aconteceu com o Marco Temporal. Querer que uma raposa tome conta do nosso galinheiro é acreditar demais” [76]. Lula se referia às pressões da bancada ruralista para fixar um marco temporal para a demarcação de terras indígenas, áreas importantes para a contenção do desmatamento que seriam enfraquecidas com a medida. Em reação, a Frente Parlamentar do Agronegócio emitiu uma nota em que acusou o presidente brasileiro de criminalizar a produção rural e enfraquecer a democracia [77].

Além disso, ainda durante a COP-28, Lula anunciou que, após convite da Arábia Saudita, ingressará o Brasil na Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Aliados (OPEP+), na qualidade de país observador. O presidente brasileiro minimizou avaliações de que a participação em um cartel de petróleo era contraditória com o discurso de enfrentamento das mudanças climáticas. No seu entendimento, o Brasil entraria na OPEP+ para pautar a importância de se superar o uso de combustíveis fósseis e fomentar uma transição energética a partir dos recursos do petróleo [78]. Entretanto, o anúncio levou a Climate Action Network, uma rede de 1,3 mil ONGs de todo o mundo, a conceder o “antiprêmio” Fóssil do Dia ao Brasil, com críticas sobretudo ao Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e a pressões dentro do governo para se abrir uma nova fronteira de exploração de petróleo no mar da Margem Equatorial, próxima à Amazônia [79].

Por fim, cabe registrar que Manaus seguiu sofrendo com o avanço de nuvens de fumaça neste mês, fenômeno que ocorre desde agosto, mas que teve o pico de poluição no dia 6 de novembro. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os sensores não conseguiam diferenciar fumaça e nuvens. Em declaração à imprensa, Karla Maria, pesquisadora do INPE, afirmou que nunca tinha visto um fenômeno com essas dimensões. Segundo a pesquisadora, a origem da fumaça são os estados do Maranhão e do Pará, uma consequência do padrão de circulação dos ventos da região. Contudo, haveria também uma dimensão política herdada do governo Bolsonaro, pois, ainda segundo a pesquisadora, no final do ano passado, alguns grupos aproveitaram a política de liberação do desmatamento para desmatarem o máximo possível, deixando os restos para secar. Esta condição, somada ao El Niño deste ano, proporcionaram uma “combinação perfeita”, resultando em grandes queimadas e aumento da poluição atmosférica em Manaus [80].



Colômbia

Por Isabella Pereira e Julia Furtado Reis

No dia 7 de novembro, o governo da Colômbia anunciou que o desmatamento na Amazônia caiu cerca de 70% em 2023 em relação a janeiro e setembro do ano passado, de acordo com dados do Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais [81]. Todavia, a Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, reforçou que, apesar de os dados serem encorajadores, existem locais de perda florestal crítica e indícios de possibilidade de aumento do desmatamento no último trimestre do ano, o que torna o trabalho de conservação fundamental. Nesse sentido, no dia 10 de novembro, foi lançado o programa “Conservar Paga”, que visa a expandir incentivos econômicos a quem se comprometer com a proteção e a preservação da Amazônia colombiana [82]. O programa federal tem como público-alvo os habitantes da região de Guaviare e Caquetá que tenham território na Amazônia e busca atingir 16 mil famílias [83].

Ainda visando à redução do desmatamento na Amazônia e à mitigação do impacto das mudanças climáticas, o governo colombiano lançou um fundo que disponibilizará cerca de US\$ 980 milhões até 2026 para proteger seus ecossistemas. Criado por meio de decreto do presidente Gustavo Petro, em 18 de outubro, o “Fundo para Vida e Biodiversidade” está pronto e entregará seus primeiros recursos até o final de 2023, de acordo com anúncio do governo colombiano feito em 17 de novembro [84]. O fundo será o principal mecanismo financeiro do Sistema Nacional Ambiental colombiano e financiará a adaptação do país às alterações climáticas, a contenção do desmatamento e o planejamento do acesso à água.

No entanto, algumas ações controversas da agenda energética e climática de Petro têm chamado a atenção. Em anúncio de 18 de novembro, durante uma visita a Caracas, o presidente colombiano anunciou a possibilidade de associação da Ecopetrol, estatal energética da Colômbia, à estatal venezuelana Petróleos de Venezuela (PDVSA) com o intuito de explorar gás e petróleo na Venezuela [85]. A afirmação vai de encontro à posição presidencial contrária à exploração de recursos fósseis no mundo, sobretudo no bioma amazônico, de onde parte dos mais de 700 mil barris diários produzidos pelo Estado venezuelano são advindos. Tal fato, no entanto, não impediu o anúncio do governo colombiano [86].

A declaração levantou críticas pelo país devido às inconsistências políticas apresentadas pelo governo, não somente pelo compromisso interno de conservação ambiental e transição energética, mas também devido ao número de empregos que poderiam deixar de ser gerados na Colômbia e migrariam para o Estado venezuelano. Já o mandatário colombiano, por sua vez, entende a parceria como uma forma de garantir a segurança energética dos dois países, protegendo-os “de qualquer agravamento da crise climática e caminhando em direção ao que devem ser dois países com economias descarbonizadas” [87].

No dia 29 de novembro, o governo colombiano anunciou o “Portfólio de Ação Climática e Transição Energética e Socioecológica na Colômbia”, documento que será apresentado pelo presidente Gustavo Petro entre os dias 1 e 3 de dezembro na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-28), em Dubai. A estratégia de Petro é explorar oportunidades de cooperação e atrair apoio técnico e financeiro para os seguintes setores: meio ambiente e desenvolvimento sustentável, agricultura e desenvolvimento rural, comércio, indústria e turismo, minas e energia, e transporte [88].

O presidente espera promover um marco histórico na COP-28, que discutirá a criação do Fundo Mundial de Perdas e Danos causados pelas Mudanças Climáticas, o qual traria benefícios a muitos países em desenvolvimento e já possui apoio de países como Alemanha, França e Quênia. Além de apoiar o fundo, as outras duas ações-chave de Petro no evento serão o apoio tanto à troca de dívida externa por ação climática, quanto à redução gradual em direção à completa extinção do uso de combustíveis fósseis. Para esta última, Petro propõe que haja maior adesão a um tratado de não proliferação de combustíveis fósseis, que deve incluir um planejamento econômico.



Cabe ressaltar que estes são temas recorrentes na agenda externa do governo Petro para o clima, tendo posicionamentos similares sido adotados em outras conferências, como na Cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em agosto, e na Cúpula da Ação Climática, da ONU, em setembro. As ideias também já foram impulsionadas em outros fóruns internacionais, como na COP-27, nas Assembleias Gerais das Nações Unidas de 2022 e 2023 e na Cúpula sobre Novo Pacto Financeiro Global de 2023 [89].

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 14 de novembro [90], o governo equatoriano promoveu um evento para marcar o encerramento da primeira fase do Programa Integral Amazônico de Conservação de Bosques e Produção Sustentável – PROAmazônia, estabelecido em cooperação com organizações ambientalistas. O evento, realizado na comunidade Kichwa Shandia, localizada na Amazônia equatoriana, reuniu autoridades nacionais e internacionais, povos e nacionalidades indígenas e membros do *Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica* (MAATE) e do *Ministerio de Agricultura y Ganadería* (MAG) do Equador. O projeto conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo Verde para o Clima (GCF), do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) e do Plano de Ação REDD+ do Equador que, juntos, investiram mais de 53 milhões de dólares em um período de seis anos.

O aporte financeiro foi direcionado para ações de redução do desmatamento e da emissão de CO₂ no país e para a proteção florestal. As ações beneficiaram cerca de 79 mil pessoas, incluindo membros de comunidades indígenas, produtores agropecuários e governos autônomos. Os resultados iniciais do programa incluem: a atualização do Plano Integral Amazônico com o acréscimo de critérios de mudança climática e conservação, a capacitação de 807 pessoas e a transformação de 93 mil hectares para a produção sustentável. Patricia Serrano, Gerente do PROAmazônia, destacou que a implementação das ações também incorporou a “cosmopercepção” dos povos indígenas nas políticas de cuidado e manejo dos bosques, como forma de integrar o conhecimento ancestral à promoção do desenvolvimento sustentável do bioma.

Guiana

Por Guilherme Fritz

A disputa territorial com a Venezuela pela região de Essequibo foi o principal tema no que tange a governança amazônica do país em novembro, em meio à preparação de um plebiscito venezuelano sobre a soberania do território, a ser realizado em 3 de dezembro [91] [92]. Qualquer escalada das tensões que leve a um embate armado representaria um conflito na própria floresta. O cenário de guerra seria um “cenário verde”, na borda da Amazônia. Essa possibilidade implicaria um dano ambiental importante: se cada árvore é responsável por certa captura de gás carbônico da atmosfera, um conflito seria, em si, um potencial degradador físico da floresta.

A tensão não emergiu de forma abstrata. A região de Essequibo corresponde a praticamente 70% do território da Guiana e é habitada por cerca de 125 mil guianeses. O território faz parte do Maciço Guianês, formação geológica que possui riquezas minerais, como ouro, cobre, diamante, ferro, bauxita e alumínio. O argumento do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, é que a região de Essequibo faz uma fronteira natural entre Venezuela e Guiana. Além das riquezas citadas, reservas de petróleo vêm sendo descobertas na Guiana desde 2015 e, em outubro, foram anunciadas novas reservas, justamente em Essequibo [93]. A empresa ExxonMobil, encarregada da exploração, está no centro da disputa, pois, por ser uma empresa estadunidense, desperta desconfiança por parte do governo venezuelano. Surgiu, assim, um cenário potencial de guerra, cujo motivo é, além de outros, o petróleo.

Ironicamente, o imbróglio ocorre às vésperas da COP-28 do Clima, em Dubai [94]. As contradições do desenvolvimento econômico de um país do Sul se manifestam de forma clara neste caso. Por um lado, a descoberta do petróleo possibilita que a Guiana cresça de forma galopante, criando condições para maiores investimentos em outros setores da economia, além de possivelmente contribuir com a resolução de questões estruturais, como a insegurança alimentar. Por outro lado, a exploração de petróleo vem sendo tema de críticas no debate mundial, justamente por conta do consenso acerca da crise climática e da necessidade da transição energética. A exploração de petróleo parece emergir, assim, na “contramão” das necessidades globais presentes.

O presidente do país, Irfaan Ali, sustenta, em seu discurso, uma estratégia que envolve o aproveitamento da exploração do petróleo – que, no caso da Guiana, acontece sobretudo de forma offshore – e também a captação de recursos via mercado financeiro para créditos de carbono vendidos devido à conservação florestal. A intenção de Ali é mitigar as contradições entre a exploração de petróleo e a preservação ambiental [95]. A estratégia parece ter algum alinhamento com os interesses da ExxonMobil. O CEO da empresa, Darren Wood, ressaltou, na COP-28, o papel que o setor de óleo e gás pode cumprir como um vetor de financiamento para transições ecológicas [96]. Entrementes, uma opinião em favor da reformulação dos contratos entre ExxonMobil e Guiana vem crescendo, pelo menos por parte do partido de oposição Alliance For Change (AFC) [97]. De acordo com os críticos, o país poderia se beneficiar mais dos lucros petrolíferos. Inclusive, alguns dizem que a empresa controla o país, como é a opinião de Nicolás Maduro [98].

Entretanto, quando uma atividade petrolífera avança, surgem contradições intrínsecas a este próprio avanço. A manutenção da área florestal na Guiana será um desafio perante o avanço econômico encabeçado pela atividade petrolífera. Irfaan Ali anunciou um investimento de US\$ 200 milhões para incentivar a atividade agrícola realizada por jovens, justamente na região de Essequibo [99]. Em maio de 2023, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou um relatório em que tratava da subnutrição infantil, quesito no qual a Guiana é campeã na América do Sul [100]. Os programas de incentivo à agricultura emergem, pois, para dar conta do problema da fome. Sendo assim, a renda petrolífera pode, ao mesmo tempo, criar vetores negativos quanto à preservação ambiental, mas ao mesmo tempo proporcionar que o governo reduza o cotidiano degradante de um país subdesenvolvido. A dinâmica da economia política da Guiana parece guardar uma tensão cada vez maior, portanto, entre a exploração do petróleo, o avanço da fronteira agrícola e a preservação da Amazônia.

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

Em novembro, houve a renúncia da chanceler do Peru, Ana Cecilia Gervasi, que foi substituída por Javier González-Olaechea Franco [101]. Em seu discurso de posse, no dia 7 de novembro, o diplomata expôs as principais diretrizes da política externa peruana para sua gestão. Entre os pontos abordados, destacou a preservação da Amazônia e informou sua participação na reunião de chanceleres da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), realizada em Brasília, a fim de implementar os acordos celebrados na última cúpula presidencial, em agosto, que contou com a participação da presidente peruana, Dina Boluarte [102]. Durante sua fala, o novo chanceler expressou inquietação com relação às mudanças climáticas, destacando a importância da Amazônia como um recurso vital não apenas para o Peru, mas para o mundo [103].

Javier González-Olaechea Franco mencionou também sua preocupação com países que buscam ter presença na região amazônica do país e ressaltou a possibilidade de promoverem uma forma de “soberania internacional compartilhada”. Como evidência disso, citou uma tentativa antiga, por parte de outros países, em declarar a Amazônia como patrimônio de toda a humanidade. Como contraponto, retomou em seu discurso a importância de se respeitar as fronteiras soberanas reconhecidas sobre a Amazônia. Nesse sentido, deu ênfase



na delimitação das fronteiras e na aplicação das leis nacionais para garantir o controle sobre a Amazônia, enfatizando o discurso da soberania nacional. Em resumo, o discurso denotou certo comprometimento de sua futura gestão com relação às questões ambientais, mas sem deixar de lado as dinâmicas geopolíticas envolvendo a região.

Em apresentação à Comissão de Relações Exteriores do Congresso acerca das Diretrizes da Política Externa Reforçada, Javier González-Olaechea Franco expôs os objetivos estratégicos e políticos do Estado em eixos temáticos e reforçou a questão amazônica como estratégica para o engajamento em assuntos multilaterais e globais. Assim, ratificou um “compromisso em vários fóruns especializados com a conservação da biodiversidade biológica e áreas naturais protegidas, assim como com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” [104]. Na sua equipe, o novo diretor da “Chancelaria Amazônia”, Iván Silva, iniciou suas atividades reforçando uma disposição à cooperação com as autoridades da região para intensificar a promoção econômica, turística e cultural [105].

Estas sinalizações indicam um aumento de relevância da região amazônica e de temas sustentáveis na atual política externa do Peru, no rol de tentativas do governo Boluarte em mostrar-se mais ativo nas relações internacionais. No quadro de ações, destaca-se o projeto “*Fortalecimiento de la gestión técnica y empresarial de la industria forestal maderable del Perú*”, desenvolvido através de uma parceria entre a embaixada do Peru no Japão, a Organização Internacional da Madeira Tropical (OIMT) e o Japão (sede da OIMT), cujo governo destinará US\$ 180.000,00 para apoiar a indústria florestal madeireira peruana [106]. O projeto terá duração de 30 meses, com o objetivo de promover formalidade, eficiência e competitividade das empresas florestais que exportam produtos de madeira provenientes de fontes legais na Amazônia peruana. Esta iniciativa facilitará a interação entre as empresas madeireiras e os produtores florestais, refletindo na inserção nacional e internacional desses produtores. Entre outros benefícios que se espera do projeto, ressalta-se a melhoria na qualidade de vida da população amazônica, tendo em vista a promoção de produtos madeiráveis legais e o benefício à balança comercial com o aumento das exportações de origem amazônica.

Ademais, a cooperação internacional, no mês de novembro, também incluiu uma parceria cultural entre Peru e Colômbia. A embaixada do Peru na Colômbia apresentou uma exposição amazônica, materializando um laço cultural que une estes dois países [107].

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em abril de 2023, o governo do Suriname anunciou um plano para atrair investidores para a exploração de bauxita na região oeste do país, mais precisamente em Bakhuis. Chan Santokhi, presidente do Suriname, trabalha para a construção de infraestruturas que permitam o escoamento do mineral extraído, principalmente por vias fluviais. Apesar da empreitada, os governantes pretendem manter a “imagem verde” do país e para isso não desejam que os potenciais investidores se envolvam com as comunidades locais. No mês de novembro, o governo iniciou uma chamada pública para investidores interessados [108].

No dia 16 de novembro, foi realizada a primeira Cúpula Saudita-CARICOM, em Riad, na Arábia Saudita. O Sultão Al-Marshad assinou um acordo que viabilizou ao bloco cerca de 2,5 bilhões de dólares através do Fundo Saudita para o Desenvolvimento (SFD). Por ser integrante da CARICOM, o Suriname também terá acesso a parte da quantia. Os investimentos possuem como principais finalidades o investimento em infraestrutura e no desenvolvimento sustentável, principalmente no que tange os créditos de carbono, segundo o próprio presidente Santokhi. Além disso, a exportação de água por parte do Suriname também é um interesse saudita [109].

No dia 17 de novembro, foi realizado um workshop pelo Ministério do Ordenamento do Território e Ambiente do Suriname (ROM) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Um dos objetivos foi a troca de experiências e pontos de



vista sobre a aceleração do financiamento climático. Segundo o Ministro Marciano Dasai, é necessário que a economia tradicional do Suriname seja resiliente às questões climáticas e que seja convertida em uma economia de baixo carbono [110].

No dia 23 de novembro, uma reunião governamental tratou de assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável, alinhando essa meta ao combate à pobreza. O Ministro Marciano Dasai, junto com o Grupo de Trabalho para o Planejamento e Transformação do Setor Madeireiro, apresentou propostas que buscam tornar a exploração de madeira uma atividade sustentável. O presidente Santokhi enfatizou a necessidade de uma proposta final relacionada à estratégia de venda de crédito de carbono [111].

Por fim, no dia 24 de novembro, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, visitou o Suriname. O motivo foi a comemoração do 48º aniversário de independência do país, ex-colônia holandesa. Além do simbolismo que reforça as relações entre Brasil e Suriname, o ministro encontrou-se com o presidente Santokhi e diversos temas foram discutidos, como por exemplo, a proteção da floresta amazônica [112].

Venezuela

Por **Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun**

Em novembro de 2023, as agendas de política doméstica e externa da Venezuela estiveram concentradas na campanha para o plebiscito sobre a região do Essequibo, a ser realizado no dia 3 de dezembro. Além disso, houve menção à região amazônica apenas durante a participação da Venezuela na XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que aconteceu no dia 23 de novembro, em Brasília [113].

Em preparação para esta reunião, o vice-ministro para Temas Multilaterais do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores, Rubén Darío Molina, participou da 23ª Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica da OTCA, no dia 21 de novembro. Nessa ocasião, Molina reiterou a disposição da Venezuela em cooperar para a proteção da Amazônia e afirmou que o país tem avançado na agenda estabelecida em agosto, na Cúpula da Amazônia [114].

AXIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA contou com a participação de Molina e do chanceler do Estado venezuelano, Yván Gil. O chanceler compartilhou, em suas redes sociais, que a participação da Venezuela na reunião buscou dar continuidade ao trabalho de preservação da Amazônia e de seus recursos naturais [115]. Segundo nota disponível no site do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE), a participação do chanceler na reunião demonstrou “o compromisso do governo bolivariano com o cumprimento do 5º Objetivo Histórico do Plano da Pátria, impulsionado pelo presidente Hugo Chávez, de preservar a vida no planeta e salvar a espécie humana” [116].

OTCA

Por **Beatriz Bandeira de Mello**

No dia 6 de novembro [117], foi realizado um evento em Caracas, na Venezuela, organizado pelo Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo e pela OTCA, sobre gestão integrada de águas amazônicas. Como parte do ciclo de Workshops Nacionais de Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) do Projeto Bacia Amazônica, o objetivo da ação é preparar agentes do governo e da sociedade civil para a execução de ações estratégicas previstas no PAE, além de fortalecer a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) e a adaptação das instituições locais frente às mudanças climáticas. Os workshops também contam com um treinamento de gênero e incluem aspectos culturais e educacionais locais relevantes para a promoção do conhecimento e o desenvolvimento do tema da água na região.

No dia 10 [118], a Secretária-Geral da OTCA, Alexandra Moreira, participou do 26º Fórum dos Governadores da Amazônia Legal em Manaus, no Brasil. O evento discutiu o envolvimento

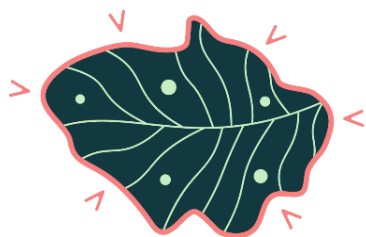


e o protagonismo de entidades subnacionais no processo de conservação e no desenvolvimento sustentável da Amazônia. A iniciativa dialoga com a Declaração de Belém e a proposta de criação do Fórum de Cidades Amazônicas como um caminho para estreitar a parceria entre a OTCA e os governos locais. Como parte dos eventos preparatórios para a COP-28, o Fórum também sugeriu ações para o fortalecimento da cooperação entre autoridades estaduais e municipais dos Estados que compõem a OTCA, principalmente em áreas fronteiriças.

Durante a XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do TCA, em 23 de novembro [119], chanceleres dos 8 países amazônicos aprovaram 29 novas resoluções. Presidida por Mauro Vieira, Ministro de Relações Exteriores do Brasil, as autoridades traçaram estratégias em prol do desenvolvimento sustentável e da preservação da Amazônia, com foco na saúde das populações locais, no combate à exploração ilegal de madeira, na promoção da ciência e da tecnologia e na melhoria das condições de vida das famílias. Na reunião, que deu continuidade às tratativas da Cúpula de Belém, a Secretária-Geral da OTCA destacou que, para além das discussões sobre transição energética, era tecnológica digital e era biológica, é importante garantir serviços básicos e obrigações sociais e econômicas para os povos que vivem na floresta. As autoridades presentes também pontuaram a continuidade da cooperação regional como um aspecto central para a construção de uma agenda comum para o uso sustentável dos recursos da Amazônia.

Após a Reunião de Ministros, em 24 de novembro [120], foi publicada a Declaração de Brasília, que formalizou as resoluções aprovadas e as últimas atividades da OTCA, tais como: o acolhimento dos mandatos presidenciais contidos na Declaração de Belém, a reativação das Comissões Especiais, a criação da Comissão de Segurança Pública e Crimes Transfronteiriços e a realização da Primeira Reunião da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento, em 22 de novembro. A Declaração ainda pontuou a preocupação dos Ministérios com a grave seca na Amazônia, provocada pelo fenômeno El Niño, e o compromisso com a implementação do Acordo de Paris. No final, o documento anunciou a XV Reunião de Ministros Exteriores da OTCA, que será realizada em Paramaribo, no Suriname, no ano que vem.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Dezembro de 2023

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em dezembro de 2023. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em dezembro de 2023, grande parte da agenda socioambiental da Bolívia esteve voltada para a 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-28), realizada em Dubai, entre 30 de novembro e 13 de dezembro. De acordo com pronunciamentos oficiais, os temas prioritários para a Bolívia, na conferência, foram adaptação, mitigação, transferência de tecnologia, perdas e danos, transição energética justa, agricultura, gênero e povos indígenas [121]. Cabe registrar que a participação do país na conferência ocorreu enquanto graves incêndios florestais tomavam conta da Amazônia boliviana e, no entanto, a agenda para a COP-28 não esteve particularmente focada no combate ao desmatamento.

Como de costume, o discurso boliviano enfatizou a denúncia do capitalismo (apontado como principal vilão da crise climática global), o respeito ao princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas (países desenvolvidos devem assumir custos maiores nas ações climáticas) e à defesa da *Madre Tierra* (destacando a importância dos povos indígenas originários camponeses para a preservação ambiental) [122]. A delegação boliviana foi composta por David Choquehuanca, vice-presidente; Celinda Sosa, chanceler; Rubén Mendez, ministro de Meio Ambiente e Água; Sergio Cusicanqui, ministro de Planejamento do Desenvolvimento; e Freddy Mamani, vice-ministro de Relações Exteriores. Em relação à Amazônia, destaca-se apenas a participação de Celinda Sosa e de Freddy Mamani no painel *Avances en la construcción de la Plataforma de Pueblos Indígenas Amazónicos en el marco de la OTCA como contribución al cumplimiento del Acuerdo de París* [123].

No dia 11 de dezembro, a Bolívia realizou um ato em parceria com a China, que lhe fez uma doação financeira de US\$ 100 mil para auxiliar no combate aos incêndios florestais que aumentaram no país. Os recursos serão destinados, especificamente, à etapa



pós-incêndio e serão executados pelo Ministério das Relações Exteriores em parceria com o Ministério da Defesa boliviano. Edmundo Novillo, ministro da Defesa, enfatizou que a etapa pós-incêndio é importante, pois consiste na reposição, reconstrução e restauração das áreas afetadas [124].

Além disso, em dezembro, a entrada da Bolívia no Mercosul foi ratificada, após um longo processo iniciado em 2015. Em discurso sobre a adesão boliviana, Luis Arce, presidente do país, fez menção à crise climática e à importância de mobilizar recursos para combatê-la, especialmente no caso dos países amazônicos [125]. Cabe lembrar que a Bolívia é, agora, o único país sul-americano que faz parte de todos os grandes blocos de integração regional, como o Mercosul, a Comunidade Andina e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), tendo interlocução com países presentes em todos os ecossistemas sul-americanos.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

A primeira metade do mês de dezembro de 2023 foi marcada pelo encerramento da COP-28. Conforme registrado no monitor de novembro de 2023, a participação brasileira no evento foi caracterizada, inicialmente, pelo comparecimento do presidente Lula, pela proposta de criação de um fundo global para o combate ao desmatamento de florestas tropicais e pelo anúncio de adesão do Brasil como membro observador da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP+) [126]. ONGs ambientais presentes no evento apontaram que o compromisso do Brasil com o enfrentamento da emergência climática era contraditório, pois propunha a proteção da Amazônia, por um lado, e ambicionava a abertura de novas fronteiras de exploração de petróleo, como no litoral da floresta, por outro [126].

No dia 6 de dezembro, outro crítico se somou à condenação da busca por petróleo na Margem Equatorial brasileira: Volker Turk, Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos, tendo assumido o cargo em outubro de 2022, sucedendo Michelle Bachelet. Em entrevista coletiva, quando perguntado sobre as ambições do governo brasileiro no tema, Turk defendeu um fim gradual (“phase out”) e equitativo do uso e da exploração de combustíveis fósseis como garantia do direito humano a um meio ambiente saudável e afirmou que, “se há um apelo a ser feito, é o de mantê-los sob a terra e encontrar alternativas o mais rapidamente possível” [127].

Nas semanas finais da COP-28, a diplomacia brasileira tratou de refinar a posição do país sobre energia fóssil. No dia 6 de dezembro, a diplomata Liliam Chagas, diretora do Departamento de Clima do Ministério das Relações Exteriores, leu, em uma plenário do evento, uma declaração do BASIC (fórum de articulação sobre clima entre Brasil, África do Sul, Índia e China) de que o grupo não se oporia a uma menção em favor de uma eliminação (“phase out”) ou redução (“phase down”) do uso de combustíveis fósseis em documentos da COP-28, mas que incitava os países desenvolvidos a assumirem a liderança na eliminação gradual da sua própria produção e consumo, de forma acelerada, consoante o princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas [128].

Por sua vez, no dia 7 de dezembro, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, entusiasta da adesão do Brasil à OPEP+, defendeu, em entrevista à imprensa, a continuidade de investimentos brasileiros em novos poços de petróleo, que seguirá importante, na sua visão, para a produção de energia e plástico, mesmo com o aumento de fontes e matérias-primas alternativas. Nas suas palavras: “Daqui a 40 anos, o mundo vai estar consumindo petróleo. De quem será esse petróleo produzido é a questão que o mundo vai decidir. Eu preferiria que fosse do Brasil. É por isso que a gente acha que tem que haver reposição de reservas, ao menos nesses estertores da era do petróleo” [129].

A declaração final da COP-28, emitida em 13 de dezembro, incluiu uma recomendação sobre combustíveis fósseis, pela primeira vez na história das COPs, que instou todos os



países a promoverem uma transição em direção ao fim do seu uso (“transition away”) de forma justa, ordenada e equitativa. Em discurso na plenária final do evento, a Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, reafirmou a interpretação da diplomacia de que “é fundamental que os países desenvolvidos tomem a dianteira da transição rumo ao fim dos combustíveis fósseis e assegurem os meios necessários para os países em desenvolvimento poderem implementar suas ações de mitigação e adaptação” [130]. Marina Silva também comemorou a aprovação de Belém, cidade amazônica, como sede da COP-30, em 2025 [130].

Paralelamente aos desdobramentos da COP-28, também ocorreu uma escalada das tensões entre Guiana e Venezuela, dois países que fazem fronteira com o Brasil. Diante de uma possível disputa bélica em plena floresta amazônica, permeada por interesses relacionados à exploração de petróleo (conforme também explicado no monitor de novembro de 2023), o Brasil interveio por meio de manobras diplomáticas. Celso Amorim, Assessor-Chefe da Presidência da República, foi enviado para participar da mediação de uma reunião entre os presidentes Irfaan Ali e Nicolás Maduro, no dia 14 de dezembro, em São Vicente e Granadinas. Ambos os presidentes se comprometeram a resolver a questão de forma pacífica [131].

Entrementes, no dia 7 de dezembro, o presidente Lula anunciou que destinará US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 50 bilhões) em apoio financeiro e técnico para projetos de infraestrutura na América do Sul, com grande destaque para obras logísticas no território amazônico [132]. Em evento realizado no dia 12 de dezembro, a ministra brasileira do Planejamento, Simone Tebet, detalhou que o governo federal pretende concluir, até 2027, cinco grandes rotas de integração do Brasil com a América do Sul, a fim de expandir o comércio com a vizinhança e também com a Ásia. Serão concluídas ou finalizadas 124 obras, como rodovias, hidrovias, ferrovias, pontes, portos, aeroportos e linhas de transmissão de energia elétrica [133].

As cinco rotas planejadas são as seguintes: 1) Ilha das Guianas (conexão de Amapá e Roraima a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela), 2) Multimodal Manta-Manaus (conexão de Amazonas, Pará, Amapá e Roraima a Colômbia, Peru e Equador), 3) Quadrante Rondon (conexão de Acre, Rondônia e Mato Grosso a Peru e Bolívia), 4) Capricórnio (conexão de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina a Paraguai, Argentina e Chile), e 5) Porto Alegre-Coquimbo (conexão do Rio Grande do Sul a Argentina, Uruguai e Chile) [133].

Os recursos para as obras serão oriundos tanto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujos valores ainda não foram divulgados, quanto do fundo “Rotas para Integração”, que será criado e somará cerca de R\$ 50 bilhões por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, R\$ 15 bilhões), do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF, R\$ 15 bilhões), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, R\$ 17 bilhões) e do Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata, R\$ 3 bilhões) [133].

Por fim, o ano de 2023 terminou com o anúncio do Imazon de que, entre janeiro e novembro, o desmatamento na Amazônia foi reduzido em 62% [134]. A área desmatada voltou a patamares de 2017. A taxa, porém, ainda preocupa, pois representa 1,2 mil campos de futebol de floresta por dia. Pará, Amazonas e Mato Grosso são os estados onde houve mais casos de desmatamento [134]. Para contribuir no processo de conservação da floresta, a Noruega anunciou, em 11 de dezembro, a doação de US\$ 50 milhões ao Fundo Amazônia. O valor corresponde a aproximadamente R\$ 245 milhões e consolida o país europeu (importante produtor de petróleo que busca compensar suas emissões com este tipo de ação) como o maior investidor do fundo desde a sua criação, em 2008, totalizando cerca R\$ 3 bilhões [135].

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

Durante a COP-28, o presidente colombiano Gustavo Petro foi uma das vozes mais ativas em favor do abandono dos combustíveis fósseis – petróleo, gás e carvão – por vê-



lo como essencial para se alcançar resultados significativos na redução do impacto das mudanças climáticas e na preservação da Amazônia. No dia 2 de dezembro, a Colômbia aderiu a uma coalizão de 13 países que buscam a negociação de um acordo de eliminação gradual e equitativa de combustíveis fósseis: o Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis [136]. O apoio da Colômbia é significativo, já que se trata do segundo país produtor de hidrocarbonetos a aderir à iniciativa, após a entrada do Timor-Leste no acordo, em setembro de 2023 [137]. A ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Susana Muhamad, convidou o Brasil a aderir ao movimento, já que o apoio brasileiro poderia gerar o fato político necessário para a evolução do acordo por se tratar de “uma economia que tem grande influência, que está na presidência do G20 este ano” [138].

O pedido de apoio ao governo brasileiro em relação às iniciativas de eliminação de combustíveis fósseis também foi feito pelo presidente Gustavo Petro, em uma entrevista realizada no âmbito da COP-28, na qual reconheceu que Colômbia e Brasil discordam em relação à exploração de hidrocarbonetos na Amazônia. Para o presidente colombiano, o Brasil precisa “mudar sua mentalidade” para evitar a destruição do ecossistema amazônico, pois o desejo de retorno financeiro está se sobrepondo à proteção do ecossistema [139]. Nas suas palavras: “Na Colômbia entendemos a importância da floresta, embora existam fatores predatórios em ação que têm a ver com a mineração ilegal. [...] Mas, no Brasil, a ideia de transformar a floresta em grandes plantações agrárias, em latifúndios, vem se desenvolvendo há muito tempo. Muitos líderes indígenas e ambientalistas morreram, foram assassinados por causa dessa luta” [140].

Ainda que exista dissonância em relação ao abandono de combustíveis fósseis, ambos os países entendem o combate à mineração ilegal como uma prioridade para a proteção do ecossistema amazônico. No dia 6 de dezembro, a Colômbia liderou uma operação histórica contra a mineração ilegal na região, na qual contou com a cooperação de autoridades brasileiras [141]. A operação policial “Maloca Grande” destruiu 19 pontos de extração ilícita de ouro nos parques nacionais de Río Puré e Amacayacu, onde mais de 23 quilos de ouro eram extraídos por mês, avaliados em R\$ 7,3 milhões, e cerca de 140 quilos de mercúrio eram despejados nos rios Puré e Puretém, contaminando 68 milhões de litros de água [142].

Ao mesmo tempo, o Estado colombiano vem adotando uma série de medidas para conter o aumento do desmatamento no departamento de Caquetá, na Amazônia colombiana. O Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável trabalha em conjunto com o Conselho Nacional de Luta Contra o Desmatamento (Conaldelf), monitorando e investigando grupos que se apropriam ilegalmente de terras ateando fogo na região. Estes utilizam-se dos efeitos causados pelo fenômeno El Niño para cometer tais crimes contra a Floresta Amazônica. As medidas estão sendo tomadas tendo em vista que o departamento de Caquetá passou a registrar uma tendência de aumento de desmatamento, durante a temporada do El Niño, revertendo uma diminuição de 79% desta taxa no início de 2023 [143].

Cabe ressaltar que um estudo produzido pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) e a rede MapBiomias constatou que três a cada quatro hectares desmatados na Pan-Amazônia foram destinados à pecuária nos últimos 40 anos. O estudo, apresentado durante a COP-28, evidenciou que, dos 86 milhões de hectares desmatados no período, 66,5 milhões foram convertidos em pastos. No que tange à atividade de mineração, ainda que uma parte marginal tenha sido destinada à mesma, a pesquisa apontou um crescimento alarmante da atividade na região, que cresceu cerca de 1.367% em 38 anos [144].

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Entre 4 e 7 de dezembro, membros do Programa Amazônia Sem Fogo (PASF) do Equador participaram do I Curso Internacional para a Geração de Planos Técnicos



Interinstitucionais para a Gestão de Incêndios Florestais e Manejo Integral do Fogo (PIIF), na província de Imbabura, no norte do país [145]. Cerca de 40 representantes, provenientes não só do Equador, mas também da Bolívia, da Venezuela e do Peru, participaram do evento para definir ações estratégicas para o controle de incêndios florestais.

O curso contou com o apoio da União Europeia, do Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica, do Corpo de Bombeiros, do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP), de autoridades vinculadas aos governos autônomos descentralizados e do Conselho Consultivo Local de Educação Ambiental (CCLEA) de Imbabura. Em termos de financiamento, o PASF recebe recursos de instituições como o *Fondo Ítalo Ecuatoriano para el Desarrollo Sostenible* (FIEDS), o *Fondo de Inversión Ambiental Sostenible* (FIAS), a Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS), a *Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas* (FIIAP) e a *Expertise France* (EF).

Além disso, no âmbito da OTCA, representantes equatorianos participaram do Primeiro Workshop Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo, realizado entre os dias 13 e 15 de dezembro, em Brasília [146]. No encontro, foram discutidos os avanços de cada país amazônico na implementação do Manejo Integrado do Fogo e ações que podem contribuir para a construção do Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Mútua para o Gerenciamento Integrado de Incêndios entre os Países Membros da OTCA (MoU IFM) e, posteriormente, para a Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF). A iniciativa contou com financiamento do Ministério para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha e da União Europeia.

Guiana

Por Guilherme Fritz

A região de Essequibo, que faz parte da floresta amazônica e está situada na fronteira entre Guiana e Venezuela, continuou sendo objeto de uma escalada de tensão entre os dois países, em dezembro de 2023. O território é reivindicado por ambos, em uma controvérsia que tem origem no século XIX e que foi resolvida em favor da Guiana. Contudo, o início da exploração do petróleo em Essequibo, nos últimos anos, reacendeu a disputa de soberania. Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, é crítico da presença da transnacional Exxon Mobil na região, associando a empresa petrolífera ao imperialismo estadunidense [147].

No dia 3 de dezembro, Maduro realizou um plebiscito convocando a população a opinar sobre a anexação de Essequibo. O presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), Elvis Amoroso, divulgou que o número total de votos foi de 10,5 milhões, dos quais cerca de 95% optou pelo “sim”, ou seja, pela anexação do território que faz parte da Guiana. A oposição ao presidente venezuelano, liderada por Henrique Capriles, acusou o governo de não divulgar o número efetivo de participantes, mas apenas o número de votos, o que poderia ter proporcionado uma inflação dos números, já que cada pessoa respondia a cinco perguntas. A oposição aponta que o total de votos corresponde a 5 vezes o número de eleitores [148].

Apesar das suspeitas sobre a lisura do processo, o resultado do plebiscito elevou o grau de tensão em torno do assunto. Maduro anunciou uma série de medidas no dia 5 de dezembro, tais como: um projeto de lei para criar o Estado de Guiana Essequiba, a nomeação do general Alexis Rodriguez Cabello como autoridade única da região, a montagem de um posto militar na cidade de Tumeremo (perto da fronteira da Guiana), a ordem para que a empresa Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) distribísse licenças para a exploração de petróleo na região e a sugestão de entrega de carteiras de identidade venezuelanas para a população de Essequibo. Prontamente, Irfaan Ali, presidente da Guiana, qualificou as atitudes como “ameaça direta” [149].

As consequências desta série de atos extrapolaram os países em evidência e mobilizaram atores do cenário geopolítico regional e global. A imprevisibilidade de um



possível conflito militar fez com que o Exército Brasileiro enviasse 16 blindados para a fronteira com a Venezuela [150]. Por sua vez, o Comando Sul dos Estados Unidos (US SOUTHCOM), em colaboração com as Forças de Defesa da Guiana (GDF), anunciou que realizará operações de voo como exercícios de cooperação militar [151]. Além disso, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, viajou para a Guiana no dia 6 de dezembro para encontrar-se com Irfaan Ali. Na ocasião, Blinken reforçou o apoio dos Estados Unidos à integridade do território guianês [152].

No dia 14 de dezembro, Irfaan Ali e Nicolás Maduro reuniram-se em São Vicente e Granadinas para um diálogo. A reunião foi intermediada por Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República do Brasil. Ambos os presidentes assinaram uma declaração e se comprometeram a não utilizar a força como meio de resolução, sob quaisquer circunstâncias. Um próximo encontro será realizado no Brasil em três meses. Entretanto, a Guiana não descarta a implementação de uma base militar estadunidense na região, segundo Irfaan Ali. Por sua vez, Celso Amorim defendeu que a questão seja tratada no âmbito da CELAC, em vez da OEA por exemplo, pois dessa forma se evitaria que uma superpotência aprofundasse sua participação em um assunto da região sul-americana [153].

Entretanto, no dia 24 de dezembro, o Reino Unido entrou em cena e anunciou “medidas participativas” no caso, o que significou o envio de um navio de guerra para a Guiana como um “gesto de apoio diplomático e militar” [154]. A contramedida de Maduro foi anunciar o envio de tropas para a fronteira com a Guiana: cerca de 5.600 militares [155]. Nota-se, assim, que, enquanto países da América Latina, como o Brasil, buscam mediações pacíficas para o conflito, algumas atitudes por parte de países extrarregionais, como EUA e Reino Unido, incitam o aprofundamento das tensões.

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No mês de dezembro de 2023, a Amazônia apareceu na agenda do Ministério de Relações Exteriores (MRE) do Peru durante a participação do país na COP-28 e em eventos culturais organizados na França, no Marrocos e na capital peruana, Lima. Em relação à COP-28, o MRE publicou uma nota à imprensa na qual apresentou pontos positivos da ação peruana na conferência que demonstraram a sua “ambição” de promover a agenda climática [156]. O primeiro ponto refere-se ao Fundo de Perdas e Danos, voltado para compensar os países mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas. O MRE informou que o Peru será titular do comitê responsável por administrar o fundo nos próximos três anos.

Um segundo ponto refere-se à Declaração Conjunta de Intenções (DCI), iniciativa da Noruega para reduzir desmatamentos que prevê a criação e a implementação de políticas públicas em âmbito nacional e regional, mediante o financiamento de US\$ 10 milhões em 2024 e 2025 para países comprometidos com a defesa do meio ambiente [157]. O MRE peruano afirmou que a COP-28 foi um espaço importante para fortalecer a cooperação com a Noruega em torno dessa questão.

Além disso, um terceiro ponto é que o Peru, juntamente com outros países localizados nos trópicos, anunciou a criação de uma plataforma global que reconhece a proteção dos direitos dos povos indígenas e demais comunidades que habitam as florestas tropicais, sobretudo no que tange à posse de seus territórios, como uma medida eficaz para enfrentar as mudanças climáticas. A Parceria de Líderes pelas Florestas e pelo Clima é um espaço conformado por governos, organizações dos povos originários e das comunidades locais, além de financiadores [158].

O Fundo Climático para Mulheres Indígenas foi outra inovação importante da COP-28 que recebeu apoio do Peru, segundo o MRE. Tal medida permite que 3 milhões de mulheres indígenas tenham acesso a recursos destinados para o fortalecimento de capacidades e lideranças socioambientais com o fim de mitigar a vulnerabilidade associada à mudança



climática. Cingapura, Noruega e Alemanha manifestaram interesse em aportar verbas para a construção do Fundo.

A Itália, por sua vez, assinou um Memorando de Entendimento com o Peru pelo qual os países ratificam seu compromisso de cumprir o Acordo de Paris, que tem o objetivo de evitar que o aumento da temperatura global ultrapasse 1.5°C. O acordo envolve um aporte bilateral de 3,2 milhões de euros para a adoção de projetos de cooperação para promoção do desenvolvimento sustentável em ambos os países [159].

Além de promover, na COP-28, discussões de temas que impactam diretamente a preservação da Amazônia, o MRE organizou, no mês de dezembro, eventos culturais cuja temática tinha relação com a floresta. No dia 7 de dezembro, em Rabat, capital do Marrocos, a Embaixada do Peru no país projetou o filme *Ainbo: el espíritu del Amazonas* para estudantes entre 14 e 15 anos. O longa-metragem, do diretor Richard Claus, lançado em 2021, conta a história de uma menina aventureira que salva a floresta amazônica dos madeireiros e mineiros. No evento, houve ainda um debate sobre o tema para educar os adolescentes sobre os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas na Amazônia peruana [160].

Em Paris, está sendo exibida a exposição *Visiones chamánicas, el arte de la ayahuasca en la Amazonía peruana*. O evento artístico, de curadoria do antropólogo francês David Dupuis, retrata a experiência da ayahuasca, chá preparado com ervas amazônicas muito usado em rituais religiosos terapêuticos e práticas xamânicas. Os responsáveis pelo financiamento da exibição foram a Embaixada da França no Peru; o Centro Cultural Inca Garcilaso, que pertence ao MRE peruano; a Embaixada do Peru na França; o Museu do Quai Branly, que acolhe o maior repositório dedicado às culturas das Américas na França; além de colecionadores e patrocinadores privados [161].

Por fim, em Lima, no dia 6 de dezembro, o Centro Cultural Inca Garcilaso produziu dois eventos sobre a Amazônia: a inauguração da exposição *Ticuna, el arte de resistencia* e a apresentação do catálogo *Amazonía expuesta*. A exposição apresenta obras do artista Nolberto Fernández, cujas pinturas retratam a luta dos povos indígenas da etnia ticuna para preservar sua cultura e seu território. O catálogo, por sua vez, reúne todas as mostras feitas no Centro Cultural ao longo de 18 anos, que dão conta da importância da cultura e do conhecimento dos povos originários da Amazônia, bem como das ameaças e dos riscos a que estão submetidos [162].

Suriname

Por Guilherme Fritz

A disputa fronteiriça entre Guiana e Venezuela pela região de Essequibo, que integra a Amazônia, levou o Suriname a posicionar-se quanto à questão, em dezembro de 2023. O país declarou apoio a integridade do território de Essequibo como território da Guiana, tanto por declarações de figuras políticas do alto escalão do governo, como foi o caso do Ministro das Relações Exteriores, Albert Ramdin, quanto pelo apoio ao posicionamento da Comunidade do Caribe (CARICOM) no mesmo sentido [163].

A estabilidade e a segurança política na região são fundamentais para o sucesso dos planos econômicos do governo do Suriname, que, assim como a Guiana, também envolvem a exploração de petróleo *offshore*. O possível conflito trouxe à tona questões envolvendo territorialidade e uso de recursos da terra, que ultrapassam a questão do petróleo em si, pois se referem também ao uso dos recursos da floresta para compensar poluições atmosféricas causadas por combustíveis fósseis. O “cenário verde” é cada vez mais visto, pelo governo, como um sinônimo de impulsionamento econômico, seja por vias turísticas, seja pelos mercados de crédito de carbono.

Por mais que seja o lado oeste do território da Guiana que esteja em evidência, cabe lembrar que, no lado leste – ou seja, na fronteira da Guiana com o Suriname –, também há uma disputa fronteiriça desde, pelo menos, 1969. A questão envolve a região do Tigri,



reivindicada por ambos os países. Contudo, a forma com que os vizinhos lidam com a questão é bem diferente daquela que prevalece em Essequibo, como foi explicitado pelo ministro Ramdin [164]. Ainda assim, a soma de possíveis tensões revela uma porção da região amazônica sujeita a conflitos territoriais latentes.

Além disso, o mês de dezembro foi marcado pela COP-28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A conferência, que procurou traçar planos capazes de frear a crise climática, foi muito criticada por conta da presença de representantes da indústria petrolífera. Entre eles, estava a Total Energies, empresa transnacional com sede na França, que anunciou a assinatura de um contrato de exploração de petróleo offshore no Suriname [165] [166]. Por sua vez, o presidente do país, Chan Santokhi, compareceu à conferência, afirmou que as alterações climáticas afetam o Suriname mesmo sendo ele um dos únicos países de emissão negativa de carbono e defendeu que é necessário que meios de financiamento sejam capazes de alavancar a dinâmica econômica para que uma economia de baixo carbono possa ser estruturada [167].

Venezuela

Por Thaís Batista e Stephanie Braun

Em dezembro de 2023, a agenda política da Venezuela se manteve concentrada nos desdobramentos do referendo, realizado no dia 3, sobre a região de Essequibo, conforme já exposto na seção sobre Guiana deste mesmo monitor. Além disso, a região amazônica apareceu no noticiário nacional devido à morte de 12 pessoas, após o colapso de uma mina no estado de Bolívar, no dia 6 de dezembro [168]. Esse foi o segundo deslizamento na região em menos de um mês. A ONG SOS Orinoco denunciou que o número de mortes pode ter chegado a 18 [169]. A atividade de mineração ilegal é uma das principais ameaças à preservação da vida humana e à conservação da floresta amazônica na Venezuela.

Na agenda oficial do governo, questões ligadas às mudanças climáticas foram debatidas durante a COP-28, ainda que a Amazônia não tenha sido especialmente abordada. Em discurso durante a conferência, no dia 9 de dezembro, o ministro do Poder Popular para o Ecosocialismo, Josué Lorca, criticou o sistema capitalista e a destruição da natureza dele decorrente. Defendeu, ainda, que as ações inseridas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) devem ser implementadas imediatamente, observando o princípio de Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas [170]. Por fim, no dia 10 de dezembro, o ministro Lorca teve uma reunião com Simon Stiell, Secretário Executivo da UNFCCC. O ministro ressaltou o compromisso venezuelano com os encaminhamentos da COP-28 e destacou o avanço simbolizado pela criação do Fundo de Perdas e Danos, que beneficiará os países mais vulneráveis [171].

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

O mês de dezembro foi repleto de ações organizadas e mediadas pela OTCA. No dia 7, foi realizada mais uma oficina de capacitação de gênero no marco do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a gestão integrada e sustentável da Bacia Amazônica [172]. Os encontros, que acontecem desde agosto, buscam incorporar a dimensão de gênero aos processos de tomada de decisão, uma vez que as participantes são profissionais que também trabalham na área de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH).

Considerando que as mulheres atuam não somente na economia do cuidado, mas em setores ligados à agricultura familiar, no cultivo de produtos básicos e no manejo de recursos naturais, a realização das oficinas – que já passaram por Colômbia, Suriname e Peru – tem sido fundamental para a ampliação dos conhecimentos sobre gerenciamento de recursos hídricos e na identificação de desigualdades de gênero em processos de tomada de decisão e planejamento. A principal ferramenta utilizada nos treinamentos é o *Gender Mainstreaming*

Scanner, criado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e pela GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*), agência de cooperação alemã, em 2021. O objetivo do scanner é identificar se um determinado projeto é indiferente, limitado, sensível ou transformador em relação a gênero. A partir desta identificação, novas abordagens são desenvolvidas para introduzir mecanismos operacionais nos projetos.

No dia 8 de dezembro, a OTCA e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) assinaram uma carta de acordo para estabelecer uma cooperação entre a instituição e os oito países pan-amazônicos em prol do fortalecimento da segurança alimentar e da redução dos níveis de pobreza na região [173]. O acordo prevê uma série de iniciativas conjuntas, tais como a implementação de programas, planos e estratégias para a melhoria dos indicadores relativos à fome e à segurança alimentar da população amazônica. A assinatura do acordo aconteceu durante o evento “Fechando as Lacunas do Desenvolvimento Socioeconômico: Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional na Região Amazônica”, que faz parte da agenda de atividades proposta durante a IV Reunião de Presidentes dos Estados Parte da OTCA e da Cúpula Amazônica.

Nos dias 12 e 13 de dezembro, aconteceu a reunião dos “Pontos Focais do Plano de Contingência para a Proteção da Saúde em Povos Indígenas de Alta Vulnerabilidade e em Projeto de Contato Inicial”, mediada pela OTCA com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) [174]. Na ocasião, especialistas responsáveis pela implementação do projeto consideraram que os três principais componentes do plano foram atendidos: o diagnóstico da situação de saúde dos povos indígenas; a atenção ao tratamento dispensado à COVID-19; e o fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços de saúde, dos mecanismos indígenas de alerta precoce e dos sistemas locais de informação em saúde. Além disso, foram discutidas novas ações, tais como o monitoramento epidemiológico por meio de aplicativos e o fortalecimento de cordões sanitários entre as comunidades.

Na mesma semana, em 14 de dezembro, autoridades dos oito países amazônicos se reuniram na sede da OTCA, em Brasília, para participar do “Primeiro Workshop Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo” [175]. Representantes da agência alemã GIZ e da União Europeia também estiveram presentes na condição de organizações financiadoras. Os objetivos do *workshop* foram mapear e avaliar o progresso do Manejo Integrado do Fogo nos países membros da OTCA, trocar informações sobre iniciativas em desenvolvimento que possam contribuir para a implementação do “Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Mútua para o Gerenciamento Integrado de Incêndios entre os Países Membros da OTCA” (MoUIFM) e construir esforços para a implementação da Rede Amazônica do Manejo Integrado do Fogo (RAMIF). A parceria entre a OTCA e a GIZ foi formalizada no dia 19 de dezembro [176].

No dia 20 de dezembro, a OTCA e o governo do Suriname anunciaram a continuidade do projeto que prevê a restauração, a proteção e a conservação dos manguezais ao norte da capital surinamesa de Paramaribo [177]. A ação faz parte do Projeto Bacia Amazônica – Implementação de Programas de Ações Estratégicas (PAE) e deve beneficiar aproximadamente 2.500 pessoas. O projeto incentiva a participação de mulheres que residem nas comunidades costeiras a partir do tema “Floresta Azul para uma Economia Azul”, aplicada pelo *Institute of Green Economy*, que enfatiza o desenvolvimento de ecossistemas marinhos e sua importância como motores econômicos a partir do gerenciamento sustentável.

Também em termos de resultados, no dia 21 de dezembro, a OTCA noticiou a realização da 4ª Reunião Técnica dos Coordenadores das Unidades Nacionais de Coordenação do Projeto Bacia Amazônica, projeto que conta com o apoio do PNUMA e financiamento do GEF [178]. As reuniões de caráter periódico têm a finalidade de aprofundar e consolidar a comunicação entre os participantes do projeto, dentre coordenadores e atores locais, para garantir o progresso e a implementação de atividades regionais e nacionais para a gestão dos recursos hídricos da Bacia Amazônica. Durante a reunião, os participantes destacaram os esforços para a garantia da igualdade de gênero durante as oficinas que aconteceram na Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.



Ao todo, foram planejadas 17 intervenções no âmbito do Projeto Bacia Amazônica, dentre elas: a consolidação de sistemas operacionais de previsão e alerta precoces para responder a eventos hidroclimáticos extremos, a adoção de soluções baseadas em infraestrutura natural, o uso eficiente da água e a proteção de fontes de água subterrâneas. Os representantes também apresentaram um plano de trabalho para a criação de uma série de sistemas de monitoramento interligados para toda a Bacia Amazônica – o Sistema Integrado de Monitoramento de Recursos Hídricos – que integrará a Rede Regional de Qualidade da Água e a Rede Hidrometeorológica Amazônica que já faz parte do Módulo Redes Amazônicas do Observatório Regional Amazônico (ORA). Segundo as autoridades, os dados gerados por esse sistema serão disponibilizados por meio de uma plataforma online. Por fim, foi anunciado o planejamento de um estudo para monitorar a situação atual da poluição por mercúrio na região amazônica, baseado na quantificação das fontes de emissões e mapeamento das áreas de risco e de vulnerabilidade à contaminação.

Em termos de cooperação, também em 21 de dezembro, houve um encontro entre membros da OTCA e da Organização Meteorológica Mundial (OMM) durante a reunião do Grupo de Trabalho em Hidrologia e Recursos Hídricos da América do Sul, realizada em Assunção, no Paraguai, entre os dias 29 de novembro e 2 de dezembro [179]. A participação da OTCA na reunião é resultado da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) entre as duas instituições, que prevê o compartilhamento de informações sobre questões científicas, tecnológicas e de desenvolvimento. Na ocasião, representantes da OMM mostraram interesse em cooperar com o Observatório Regional Amazônico (ORA) e estreitar parcerias junto ao Sistema de Observação Hidrológica da OMM (WHOS).

Outros quatro eventos encerraram o mês de atividades da OTCA. O primeiro foi a divulgação, em 21 de dezembro, de um compilado de informações sobre o ciclo de Workshops Nacionais realizado nos marcos do Programa de Ações Estratégicas em seis dos oito países pan-amazônicos (Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) durante o segundo semestre de 2023 [180]. Realizados pelos governos nacionais com o apoio da Secretaria Permanente da OTCA, os workshops objetivaram identificar os avanços e os desafios para a implementação do PAE. Ao final, estima-se que os encontros produzirão insumos para a construção de um Plano de Ação Nacional (PAN) voltado para a gestão de recursos hídricos na Bacia Amazônica. Outros pontos, como a necessidade de desenvolvimento de um plano de emergência regional e o treinamento para otimização da GIRH, também foram discutidos. Um dos destaques dos workshops foi a inclusão de ações culturais, que incluíram apresentações artísticas e falas sobre a valorização do conhecimento local dos povos indígenas, além das já mencionadas capacitações de gênero. A previsão é que Brasil e Equador realizem seus workshops no início de 2024.

No mesmo dia, foi noticiada a conclusão do projeto “Estabelecimento de Redes de Monitoramento da Quantidade e Qualidade das Águas Subterrâneas em Importantes Aquíferos Urbanos da Bacia do Rio Madeira”, na Bolívia, que estabeleceu redes de monitoramento em dois aquíferos da região [181] – um deles em Santa Cruz de la Sierra, e o outro em Sacaba, que abastecem populações de 1,5 milhão e 172 mil pessoas, respectivamente. Essa intervenção é coordenada pela Direção Geral de Limites e Águas Internacionais Transfronteiriças do Ministério de Relações Exteriores e pelo Ministério do Meio Ambiente e Água (MMAyA), da Bolívia, ao lado de cooperativas das regiões citadas e dos sub-municípios de El Abra e Tunari. Os dados obtidos pelas redes de monitoramento serão usados para o planejamento de políticas para a proteção dos sistemas aquíferos e sua gestão sustentável e incorporados ao Sistema de Informações sobre Águas Subterrâneas da Bolívia (SIASBO) e do Centro Regional de Gestão de Águas Subterrâneas para a América Latina e o Caribe (CeReGAS), além do Observatório Regional Amazônico (ORA), da OTCA.

Também em 21 de dezembro, a OTCA divulgou a publicação “Avaliação Rápida da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos da Bacia/Região Amazônica”, que analisou as tendências da diversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos da Bacia/Região Amazônica em cinco dimensões (biológica, social, cultural, econômica e política) [182]. Uma das conclusões do estudo é que a região amazônica está enfrentando uma perda significativa



de recursos naturais e biodiversidade como resultado de um modelo de desenvolvimento insustentável e de atividades extrativistas ilegais, como mineração, tráfico de espécies e tráfico de drogas. Para lidar com esses problemas, as soluções propostas pelo documento incluem: a adoção de perspectivas indígenas, a interdependência natureza-cultura e a valorização de economias não monetárias, que passam pela articulação de estratégias globais e regionais e pelo incentivo a abordagens bioculturais baseadas nos princípios de inclusão, cooperação transfronteiriça e reconhecimento dos direitos da natureza.

De acordo com a OTCA, a publicação é a primeira avaliação sub-regional elaborada a partir da metodologia desenvolvida pela Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), sendo capaz de fornecer informações para o desenvolvimento de políticas públicas nos oito países-membro da OTCA e demais agentes (governamentais ou não) que atuam no território amazônico. Ao final, mais de 110 profissionais, alocados nos diferentes países amazônicos, trabalharam na produção do documento acompanhados por um Comitê Científico composto por especialistas com experiência em questões ambientais e de biodiversidade e apoiado pela Secretaria de Apoio Técnico da OTCA e pelo Instituto Alexander von Humboldt da Colômbia. Espera-se que os dados gerados pela Avaliação integrem futuramente o Painel Técnico-Científico Intergovernamental Amazônico da OTCA.

Por fim, em 21 de dezembro, a Organização noticiou, valendo-se de dados disponibilizados pela Análise Diagnóstica Regional Transfronteiriça da Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF), estudos sobre a região fronteiriça entre Bolívia, Brasil e Peru, no sudoeste da Amazônia, sobre o aumento da vulnerabilidade local frente à riscos e desastres naturais [183]. Segundo o documento, eventos como secas e inundações são potencializados tanto pela construção de megaprojetos de integração da infraestrutura regional, como por fenômenos naturais como o El Niño. Nesse quesito sobressai a implementação do Sistema de Alerta Precoce (SAP) e as informações projetadas no Atlas de Vulnerabilidade Hidroclimática da Amazônia, realizados no âmbito do Projeto GEF Amazônia: Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas, implementado pela OTCA entre 2011 e 2018, com o apoio do PNUMA e financiamento do GEF.

Atualmente, para complementar e ampliar o escopo de atuação do SAP Trinacional, está sendo implementado o projeto “Integrando fronteiras: Sistema de Alerta Precoce nas Bacias dos Rios Madeira, Alto Purús e Alto Juruá” no marco do Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF), cujo alcance pode chegar a uma área de 54.463.000 hectares que cobrem um total de 28 municípios da região, nos quais habitam cerca de 1,6 milhão de pessoas. Em novembro do ano passado, representantes da Bolívia, do Brasil e do Peru, se reuniram para a organização do Workshop Inicial Trinacional, como parte dos preparativos para a criação de uma agenda comum. A união entre governos, lideranças locais, organizações indígenas e camponesas e universidades visa facilitar a troca de informações e a interoperação dos sistemas nacionais para a prevenção e mitigação dos efeitos provocados por secas, inundações e aumento do nível do mar na Região Amazônica. O projeto ainda conta com a previsão de estabelecimento de mais dois SAPs: um na bacia do rio Mantaro, no Peru, e outro na bacia do Casiquiare, no Rio Negro, Venezuela.



Notas e fontes

Bolívia

- [1] Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/defensa-civil-los-incendios-en-el-pais-estan-controlados> 345260.
- [2] Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/las-10-represas-de-agua-de-la-paz-y-el-alto-estan-al-43-de-su-capacidad-segun-la-alcaldia> 345122.
- [3] Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/incendios-forestales-se-reinstala-el-bloqueo-de-yucumo-de-forma-indefinida> 345002.
- [4] Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/incendios-gobierno-asegura-que-no-es-necesario-declarar-emergencia-y-tampoco-pedir-ayuda-internacion> 344777.
- [5] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/10/03/10648/?fbclid=IwAR00jeyLTzhXvQ7G8TnTCv-LQCHS9g-OguhZV9lnqyu42wV1fXRtuY5jfSw>.
- [6] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/webmre/node/5352?fbclid=IwAR2jMYTdTpwzlnVymIKz3evnRhx-KcyFY3xg6L2nrzJ17XD70yjXJOV368o>.
- [7] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/10/14/11515/?fbclid=IwAR3AjTi1hH-xZvIFb7rzsSLK0Utp3XkUmycvl6wyWWtRSvopCfRZYeCq1Is>.

Brasil

- [8] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/08/como-a-ciencia-explica-a-seca-historica-na-amazonia>.
- [9] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/10/fumaca-cobre-teatro-do-amazonas-e-derruba-qualidade-do-ar-em-manaus.shtml>.
- [10] Disponível em: <https://bandnewstv.uol.com.br/conteudo/bandnews-tv-entrevista-o-governador-do-amazonas-sobre-a-seca-historica-que-atinge-o-estado>.
- [11] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/10/19/governo-libera-quase-r-650-milhoes-para-conter-efeitos-da-seca-na-amazonia/>.
- [12] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2023/10/19/lula-e-gustavo-petro-conversam-sobre-seca-na-amazonia.htm>.
- [13] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-abertura-do-seminario-mobilidade-sustentavel-dialogos-sobre-etanol-jacarta-9-de-outubro-de-2023>.
- [14] Disponível em: <https://www.africanews.com/2023/10/30/global-summit-in-brazzaville-leaders-convene-to-protect-tropical-forests-and-combat-climat/>.
- [15] Disponível em: https://www.thethreebasinsummit.org/wp-content/uploads/2023/10/PT-Declaracao_CUPULA_DAS_TRES_BACIAS_S3B2.pdf.
- [16] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/militares-dos-estados-unidos-serao-treinados-na-amazonia>.
- [17] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/10/04/mudancas-no-clima-entram-na-agenda-da-agencia-de-inteligencia.ghtml>.

Colômbia

- [18] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/10/lula-conversa-com-o-presidente-da-colombia-gustavo-petro-sobre-seca-na-amazonia>.
- [19] Bangladesh, Bolívia, Brasil, Camboja, Colômbia, Equador, Índia, Nepal, Paquistão, Peru e Venezuela assinaram a declaração.
- [20] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-protagonista-en-la-declaracion-global-por-la-proteccion-y-conservacion-de-los-delfines-de-rio/>.

[21] Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/mundo/la-amazonia-muestra-la-caras-cruel-de-la-crisis-climatica/>.

[22] Disponível em: <https://plataforma.agua.mapbiomas.org/water/4.053498/-74.296255/4.2/panAmazon/countryPanAmazon/3/biomeCountryPanAmazon/surface/2000/2022>.

[23] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/fenomeno-de-el-nino-sequia-incendios-y-otros-eventos-que-generaria-en-colombia-816460>.

[24] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-nacional-destina-2-2-billones-para-plan-de-prevencion-y-atencion-de-emergencias-por-fenomeno-de-el-nino/>.

[25] Disponível em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/atencion-gobierno-nacional-destina-22-billones-para-prevenir-y-atender-emergencias-por-fenomeno-de-el-nino/202345/>.

[26] Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/amazonas/indigenas-viajaron-a-bogota-para-recordar-que-no-fue-tan-util-declarar-la-amazonia-como-sujeto-de-derechos/>.

[27] Disponível em: <https://www.eluniversal.com.co/colombia/indigenas-de-la-amazonia-exigieron-al-gobierno-respetar-sus-derechos-DE9341612>.

[28] Disponível em: <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/colombia-reafirma-su-compromiso-enfrentar-crisis-ambiental-mundo-cumbre-tres-cuencas>.

[29] Disponível em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/canciller-reafirma-en-africa-compromiso-para-enfrentar-crisis-ambiental-colombia-esta-convencida-de-emprender-acciones/202313/>.

[30] Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/colombia-e-brasil-olham-para-um-periodo-de-transicao-energetica-diferente-diz-ministro-de-petro,ad1075ed7da8e0b60eb894be37146c6e0x3bxs17.html>.

[31] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/brasil-e-colombia-estao-em-lados-distintos-na-transicao-energetica-diz-ministro-colombiano.shtml>.

Equador

[32] GEF – Amazonia Sustainable Development of the Ecuadorian Amazon: Integrated Management of Multiple Use Landscapes and High Value Conservation Forests. Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/projects/gef-amazonia-sustainable-development-ecuadorian-amazon-integrated-management-multiple-use-landscapes-and-high-value-conservation#:~:text=El%20proyecto%20trata%20sobre%20promover%20un%20modelo%20de,los%20diferentes%20productores%20y%20dem%C3%A1s%20beneficiarios%20del%20proyecto>.

[33] Disponível em: <https://www.teorema.com.mx/biodiversidad/ecuador-beneficia-a-60-familias-de-la-comunidad-achuar-kupatas-mediante-uso-sustentable-de-bosques/>.

[34] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/news/4000-hect%C3%A1reas-de-bosques-ser%C3%A1n-restauradas-en-la-amazon%C3%ADa-ecuatoriana#:~:text=Con%20el%20objetivo%20de%20mitigar%20los%20efectos%20del,Jivino%20y%20Yamanunka%2C%20en%20la%20provincia%20de%20Sucumb%C3%ADos>.

Guiana

[35] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/prolonged-dry-season-almost-5-acres-of-forest-destroyed-by-wildfire-in-region-10/> . Acesso em 28/10/2023.

[36] Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/conflitos-territoriais-a-disputa-entre-venezuela-e-guiana-britanica-pela-regiao-do-essequibo/>.

[37] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2023/10/23/guyana-rejects-venezuelas-attempts-to-undermine-its-territorial-integrity-2/>.

[38] Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/10/5138085->



[guiana-anuncia-descoberta-de-petroleo-em-aguas-reclamadas-pela-venezuela.html](#).

[39] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2023/10/14/guyana-set-to-boost-revenue-from-carbon-credits/>.

[40] Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2023/10/21/news/guyana/hundreds-of-trinidadians-rush-for-guyana-oil-and-gas-jobs>.

Peru

[41] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/848612-minam-y-reino-unido-firman-memorando-de-entendimiento-para-proteger-nuestra-amazonia-y-contribuir-a-la-accion-climatica>.

[42] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/848612-minam-y-reino-unido-firman-memorando-de-entendimiento-para-proteger-nuestra-amazonia-y-contribuir-a-la-accion-climatica>.

Suriname

[43] Disponível em: <https://twitter.com/OTCAnews/status/1708940359672238351>.

[44] Disponível em: <https://www.unep.org/explore-topics/disasters-conflicts/where-we-work/sudan/what-integrated-water-resources-management#:~:text=Integrated%20Water%20Resources%20Management%20>.

[45] Disponível em: <https://twitter.com/OTCAnews/status/1709265345129664586>.

[46] Disponível em: <https://www.reuters.com/article/climate-change-suriname-carboncredits-idAFL1N3BG2GU>.

[47] Disponível em: <https://news.mongabay.com/2023/10/plan-to-bring-mennonite-farmers-to-suriname-sparks-deforestation-fears/>.

Venezuela

[48] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/politica/167277/canciller-yvan-gil-arriba-al-congo-para-participar-en-la-cumbre-de-las-tres-cuencas>.

[49] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/politica/167451/venezuela-insta-a-la-unidad-para-hacerle-frente-a-la-crisis-climatica>.

OTCA

[50] Disponível em: <http://otca.org/pt/projeto-combina-geracao-de-renda-em-comunidades-tradicionais-com-recuperacao-de-areas-degradadas-na-amazonia-brasileira/>.

[51] Disponível em: <http://otca.org/pt/workshop-cooperacao-internacional-pela-amazonia-caminhos-para-a-implementacao-da-declaracao-de-belem/>.

[52] Disponível em: <http://otca.org/pt/monitoramento-de-geleiras-tropicais-busca-maior-seguranca-hidrica-no-peru/>.

[53] Disponível em: <http://otca.org/pt/brasil-e-colombia-concluem-estudo-que-servira-de-base-para-a-construcao-de-politicas-de-protecao-e-uso-das-aguas-subterraneas-na-fronteira-amazonica/>.

[54] Disponível em: <http://otca.org/pt/o-monitoramento-de-geleiras-tropicais-na-bolivia-contribui-para-a-seguranca-hidrica-em-la-paz-e-el-alto-trazendo-beneficios-para-a-bacia-amazonica/>.

[55] Disponível em: <http://otca.org/pt/bolivia-instala-estacoes-de-monitoramento-de-geleiras-e-avanca-na-protecao-da-agua-que-abastece-18-milhao-de-pessoas-em-la-paz-e-el-alto/>.



Bolívia

[56] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2023/11/reducen-considerablemente-los-focos-de-calor-en-el-pais-pero-el-gobierno-no-baja-la-guardia/>.

[57] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2023/11/gobierno-anuncia-plan-de-reforestacion-para-recuperar-los-bosques-en-el-pais/>.

[58] Disponível em: <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/seguridad/bolivia-no-registra-quemas-y-se-encamina-el-plan-posincendios>.

[59] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/11/20/12536/>.

[60] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/11/23/12589/>.

[61] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/11/26/12631/>.

Brasil

[62] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/11/20/plebiscito-na-venezuela-para-anexar-parte-da-guiana-acende-alerta-no-governo-brasileiro.ghtml>.

[63] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/presidente-lula-conversa-por-videoconferencia-com-o-presidente-da-republica-cooperativa-da-guiana>.

[64] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/11/22/amorim-viaja-a-caracas-em-meio-a-disputa-territorial-entre-venezuela-e-guiana.ghtml>.

[65] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/primeira-reuniao-sul-americana-de-dialogo-entre-ministros-da-defesa-e-das-relacoes-exteriores#decmalvinsa.

[66] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/11/crise-entre-venezuela-e-guiana-faz-brasil-reforcar-fronteira-norte.shtml>.

[67] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-da-xiv-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca.

[68] Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/extra/2023/11/30/Crime-organizado-cresce-na-Amaz%C3%B4nia-Legal-aponta-estudo>.

[69] Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/desafio-da-xviii-reuniao-de-autoridades-sobre-povos-indigenas-do-mercosul-e-aprofundar-participacao-indigena>.

[70] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/11/senado-do-brasil-aprova-entrada-da-bolivia-no-mercosul.shtml>.

[71] Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/presidente-bolivia-lula-fala-amazonia-integracao-latino-americana/>.

[72] Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/governo/com-1-337-pessoas-delegacao-do-brasil-e-a-maior-da-cop-28-1.3287961>.

[73] Disponível em: <https://pt.org.br/confira-a-integra-do-discurso-de-lula-na-abertura-da-cop-28-em-dubai/>.

[74] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/12/01/brasil-apresenta-fundo-global-de-conservacao-de-florestas-com-previsao-de-captar-us250-bilhoes.htm>.

[75] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/cop28/noticia/2023/11/30/no-catar-lula-defende-governanca-global-para-o-clima-com-autonomia.ghtml>.

[76] Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/cop28-lula-cita-marco-temporal-e-compara-congresso-a-raposa-cuidando-do-galinheiro-02122023>.

[77] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/12/03/bancada-do-agro-reage-a-falas-de-lula-na-cop-criminaliza-producao-rural.htm>.

[78] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/brasil-nao-vai-apitar-nada-na-opep-diz-lula/>.



[79] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/12/04/brasil-vence-anti-premio-na-cop28-por-adesao-a-opep.htm>.

[80] Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/11/07/encoberta-desde-agosto-manaus-teve-pico-de-fumaca-na-segunda-6-aponta-inpe.ghtml>.

Colômbia

[81] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Deforestacion-en-la-Amazonia-se-ha-reducido-70-por-ciento-en-2023-231102.aspx>.

[82] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-aumentara-incentivos-para-quienes-cuiden-la-selva-amazonica/>.

[83] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/le-contamos-quienes-podran-acceder-al-bono-de-900-mil-que-entregara-gobierno-nacional-826967>.

[84] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Listo-nuevo-fondo-que-movilizará-4-billones-de-pesos-en-proteccion-ambiental-231117.aspx>.

[85] Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/gustavo-petro-anuncia-que-ecopetrol-seria-socio-de-empresa-de-petroleos-de-venezuela-PD23138601>.

[86] Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expreso/2023/08/26/Como-C3%A9-a-explora-C3%A7-C3%A3o-de-petr-C3%B3leo-nos-pa-C3%ADses-da-Amaz-C3%B4nia>.

[87] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/economia/sectores/ecopetrol-los-puntos-a-favor-y-en-contra-en-alianza-con-pdvsa-de-venezuela-827337>.

[88] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Portafolio-de-oportunidades-para-inversion-en-accion-climatica-en-Colombia-presentara-presidente-Petro-en-la-COP-231129.aspx>.

[89] Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/presidente-gustavo-petro-ya-esta-en-dubai-con-sus-propuestas-para-combatir-cambio-climatico-HH23241710>.

Equador

[90] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/proamazonia-el-impacto-positivo-que-potencia-el-desarrollo-sostenible-en-ecuador#:~:text=La%20comunidad%20kichwa%20Shandia%20ubicada%20en%20la%20parroquia,Conservaci%C3%B3n%20de%20Bosques%20y%20Producci%C3%B3n%20Sostenible%20%E2%80%93%20PROAmazon%C3%ADA>.

Guiana

[91] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2023/11/07/our-position-is-non-negotiable/>.

[92] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/agora-sim-vamos-recuperar-o-essequibo-diz-maduro-frente-a-guiana-vigilante/>.

[93] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k29pdkypxo>.

[94] Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/events/conference/conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-mudanca-do-clima-unfccc-cop-28>.

[95] Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/78/guyana>.

[96] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2z9vtJSuvAg>.

[97] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2023/11/18/govt-should-slap-exxon-with-financial-penalties-for-abusing-guyanas-oil-profits-afc> ; <https://www.kaieteurnewsonline.com/2023/11/18/citizens-would-erupt-in-massive-protest-for-renegotiation-if-exxon-updates-stabroek-block-resources-patterson/>.

[98] Disponível em: <https://sputniknewsbr.com.br/20230920/maduro-acusa-eua-de-usar-exxonmobil-para-exercer-controle-sobre-essequibo-30410953.html>.

[99] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=waqCZDl_eGc&t=102s.

[100] Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240073791>.

Peru

[101] Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2023/11/07/gonzalez-olaechea-jura-como-canciller-de-peru-orix/>.

[102] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/863847-canciller-gonzalez-olaechea-expuso-lineamientos-de-su-gestion>.

[103] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/864435-palabras-del-canciller-javier-gonzales-olaechea-con-ocasion-de-su-ceremonia-de-presentacion>.

[104] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/874585-lineamientos-de-la-politica-exterior-reforzada-presentacion-del-senor-canciller-ante-la-comision-de-rr-ee-del-congreso-de-la-republica>.

[105] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/875154-cancilleria-amazonas-refuerza-su-cooperacion-con-las-autoridades-para-la-promocion-economica-turistica-y-cultural-de-la-region>.

[106] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/873976-mision-diplomatica-y-delegacion-peruana-gestionaron-aporte-de-japon-para-financiamiento-de-proyecto-de-la-industria-forestal-maderable>.

[107] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/871610-embajada-del-peru-en-colombia-presenta-exposicion-amazonica-que-fortalece-los-lazos-culturales-entre-ambos-paises>.

Suriname

[108] Disponível em: <https://www.waterkant.net/suriname/2023/11/05/regering-doet-open-oproep-aan-potentiele-investeerdere-bakhuis-gebied/>.

[109] Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2023/11/20/president-santokhi-merkt-tijdens-caricom-saoedi-arabie-top-veel-saoedische-interesse-voor-suriname/>.

[110] Disponível em: <https://www.waterkant.net/suriname/2023/11/18/minister-dasai-suriname-moet-transformeren-naar-klimaatbestendige-economie/>.

[111] Disponível em: <https://gov.sr/regeringsvergadering-legt-basis-voor-duurzame-voortgang-suriname/>.

[112] Disponível em: <https://gov.sr/braziliaanse-minister-mauro-vieira-in-suriname/>.

Venezuela

[113] Disponível em: <http://otca.org/pt/declaracao-de-brasilia-xiv-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica/>.

[114] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/11/21/venezuela-reitera-en-brasil-su-compromiso-con-la-proteccion-de-la-amazonia/>.

[115] Disponível em: <https://11nk.dev/i8J82>.

[116] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/11/23/canciller-yvan-gil-reitera-desde-brasil-compromiso-de-venezuela-con-la-preservacion-de-la-amazonia/>.

OTCA

[117] Disponível em: <http://otca.org/pt/venezuela-celebra-esta-semana-o-workshop-nacional-de-implementacao-do-pae-para-abordar-a-gestao-integrada-e-sustentavel-da-bacia-amazonica/>.



[118] Disponível em: <http://otca.org/pt/secretaria-geral-da-otca-promove-cooperacao-e-desenvolvimento-local-no-26o-forum-de-governadores-da-amazonia-legal/>.

[119] Disponível em: <http://otca.org/pt/xiv-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-aprova-29-resolucoes/>.

[120] Disponível em: <http://otca.org/pt/declaracao-de-brasilia-xiv-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica/>.

Bolívia

[121] Disponível em: <https://l1nk.dev/YPxp2>.

[122] Disponível em: <https://l1nk.dev/KDJmC>; <https://l1nk.dev/IT2gW>; <https://acesse.dev/eeDUo>.

[123] Disponível em: <https://l1nk.dev/XhbR4>.

[124] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/12/12/13062/?fbclid=IwAR2RjonoY361-6jMOGyUqvyHu72u1G8GBMfBorOhppV4o525LK1MVTBaBfQ>.

[125] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/12/07/12958/?fbclid=IwAR2BR20P-xmShOUYRILUR-w75kGrLS1aAhTvWwg9oXsqrzpzKMGQC7pYZUg>.

Brasil

[126] Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Novembro-2023.pdf>.

[127] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/12/06/chefe-da-onu-manda-recado-ao-brasil-deixe-o-petroleo-sob-a-terra.htm>.

[128] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/12/07/brasil-nao-se-opoe-a-compromisso-para-eliminar-combustiveis-fosseis.ghtml>.

[129] Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/12/07/petroleo-ainda-vai-ser-usado-pelas-proximas-quatro-decadas-afirma-prates.ghtml>.

[130] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/cop28-aprova-transicao-para-fim-do-uso-de-combustiveis-fosseis>.

[131] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/caso-de-essequibo-deve-ser-discutido-na-celac-diz-amorim/>.

[132] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/bndes-e-tebet-anunciam-r-50-bi-para-obras-na-america-do-sul/>.

[133] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/com-124-obras-brasil-lancara-plano-de-integracao-sul-americana/>; <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/12/12/governo-preve-conclusao-ate-2027-das-5-grandes-rotas-de-integracao-do-brasil-com-al.ghtml>.

[134] Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/desmatamento-na-amazonia-registra-queda-de-62-entre-janeiro-e-novembro-16656573>.

[135] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/noruega-anuncia-mais-r-245-milhoes-para-o-fundo-amazonia>.

Colômbia

[136] Disponível em: <https://fossilfuelstreaty.org/endorsements>.

[137] Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2023/dec/02/colombia-joins-international-alliance-calling-for-treaty-to-end-use-of-fossil-fuels>.

[138] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/colombia-quer-adesao-do-brasil-ao-tratado-para-eliminar-uso-de-petroleo/>.

[139] Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2023/dec/09/middle-class-fear-green-policies-fuels-rise-of-far-right-colombias-petro-warns-aoe>.

[140] Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2023/dec/09/middle->



[class-fear-green-policies-fuels-rise-of-far-right-colombias-petro-warns-aoe.](#)

[141] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Historica-operacion-contramineria-ilegal-en-la-selva-amazonica-231206.aspx>.

[142] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/12/07/mega-operacao-na-colombia-destroi-12-garimpos-ilegais-ligados-a-facciao-criminosa-do-brasil.ghtml>.

[143] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/amazonia-investigacion-sobre-deforestacion-y-ganaderia-833889>.

[144] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/minambiente-emiteo-alerta-ante-posible-incremento-de-la-deforestacion-en-caqueta-839749>.

Equador

[145] Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/delegations/ecuador/la-uni%C3%B3n-europea-apoy%C3%B3-capacitaci%C3%B3n-para-la-gesti%C3%B3n-integral-de-incendios-forestales-en-ecuador-es?s=161>.

[146] Disponível em: <http://otca.org/pt/primeiro-workshop-regional-da-rede-amazonica-de-gestao-integrada-do-fogo-no-mbito-da-otca-e-realizado-em-brasilia/>.

Guiana

[147] Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/84444/marcelo-zero-referendo-sobre-essequibo-foi-erro-diplomatico-e-guiana-nao-e-vil>.

[148] Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/oposicao-da-venezuela-classifica-referendo-de-maduro-sobre-essequibo/304896>.

[149] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czr2ze2gpjv>.

[150] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/exercito-manda-16-blindados-para-a-fronteira-do-brasil-com-a-venezuela>.

[151] Disponível em: <https://gy.usembassy.gov/southcom-to-conduct-flight-over-guyana/>.

[152] Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/12/7/us-throws-weight-behind-guyana-in-territorial-dispute>.

[153] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/caso-de-essequibo-deve-ser-discutido-na-celac-diz-amorim/>.

[154] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ck743mljzpo#:~:text=Em%20um%20gesto%20de%20apoio,que%20disputa%20com%20a%20Guiana>.

[155] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/maduro-reforca-tropas-na-fronteira-com-a-guiana-apos-reino-unido-anunciar-envio-de-navio-militar/>.

Peru

[156] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/883497-cop-28-conoce-los-principales-logros-del-peru-en-la-cumbre-global-del-clima>.

[157] Disponível em: <https://especial.larepublica.pe/la-republica-sostenible/2023/12/19/cop-28-peru-alcanza-seis-logros-durante-cumbre-climatica-1197988>.

[158] Disponível em: <https://especial.larepublica.pe/la-republica-sostenible/2023/11/22/peru-se-adhiere-a-la-asociacion-de-lideres-para-los-bosques-y-el-clima-873972>.

[159] Disponível em: <https://www.apnoticias.pe/peru/la-primera/el-peru-e-italia-suscriben-memorando-de-entendimiento-para-impulsar-accion-climatica-1144666>.

[160] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/879909-embajada-del-peru-en-marruecos-proyecta-largometraje-peruano-sobre-la-amazonia-peruana-a-estudiantes-de-rabat>.

[161] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/877588-exposicion>.



[visiones-chamanicas-el-arte-de-la-ayahuasca-en-la-amazonia-peruana-en-el-museo-del-quai-branly-en-paris.](#)

[162] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/879599-centro-cultural-inca-garcilaso-presenta-el-catalogo-amazonia-expuesta-y-ticuna-el-arte-de-la-resistencia>.

Surinames

[163] Disponível em: <https://caribbean.loopnews.com/content/caricom-leaders-reiterate-support-guyana-border-dispute>.

[164] Disponível em: <https://www.jamaicaobserver.com/latest-news/despite-its-own-border-issue-suriname-supports-guyanas-position-in-dispute-with-venezuela/>.

[165] Disponível em: <https://petroleohoje.editorabrasilenergia.com.br/totalenergies-assina-contrato-de-partilha-do-bloco-64-no-suriname/>.

[166] Disponível em: <https://www.reuters.com/sustainability/climate-energy/totalenergies-cop28-says-renewables-way-phase-out-fossil-fuels-2023-12-06/>.

[167] Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/SURINAME_cop28cmp18cma5_HLS_ENG.pdf.

Venezuela

[168] Disponível em: <https://efectococuyo.com/sucesos/autoridades-elevan-a-12-cifra-de-mineros-fallecidos-en-bolivar/>.

[169] Disponível em: <https://efectococuyo.com/sucesos/sos-orinoco-denuncia-la-muerte-de-18-personas-en-mina-del-estado-bolivar/>.

[170] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/12/09/ministro-lorca-cop28-sistema-capitalista-sigue-profundizando-crisis-climatica/>.

[171] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/12/10/ministro-lorca-converso-secretario-ejecutivo-cop28/>.

OTCA

[172] Disponível em: <http://otca.org/pt/a-otca-trabalha-para-incrementar-e-tornar-mais-efetiva-a-participacao-das-mulheres-na-gestao-da-agua-na-regiao-amazonica/>.

[173] Disponível em: <http://otca.org/pt/ootca-e-fao-assinam-acordo-de-cooperacao-para-fortalecer-a-seguranca-alimentar-na-amazonia/>.

[174] Disponível em: <http://otca.org/pt/otca-realiza-reuniao-dos-pontos-focais-do-plano-de-contingencia-para-protecao-da-saude-em-povos-indigenas-de-alta-vulnerabilidade/>.

[175] Disponível em: <http://otca.org/pt/primeiro-workshop-regional-da-rede-amazonica-de-gestao-integrada-do-fogo-no-mbito-da-otca-e-realizado-em-brasilia/>.

[176] Disponível em: <http://otca.org/pt/otca-e-giz-formalizam-projeto-para-gestao-integrada-do-fogo/>.

[177] Disponível em: <http://otca.org/pt/projeto-de-restauracao-de-manguezais-no-suriname-oferecera-incentivos-financeiros-a-contribuicao-socioambiental-de-comunidades-que-dependem-desses-ecossistemas/>.

[178] Disponível em: <http://otca.org/pt/coordenadores-nacionais-do-projeto-bacia-amazonica-destacam-avancos-e-desafios-em-4a-reuniao-tecnica/>.

[179] Disponível em: <http://otca.org/pt/a-otca-e-a-organizacao-meteorologica-mundial-omm-exploram-oportunidades-de-cooperacao-para-fortalecer-o-monitoramento-integrado-dos-recursos-hidricos-da-amazonia/>.

[180] Disponível em: <http://otca.org/pt/paises-membros-da-otca-reunem-tomadores-de-decisao-especialistas-e-sociedade-civil-para-promover-acoes-estrategicas-para-a-gestao-integrada-das-aguas-amazonicas/>.



[181] Disponível em: <http://otca.org/pt/bolivia-estabelece-redes-de-monitoramento-para-a-gestao-sustentavel-dos-aquiferos-que-abastecem-mais-de-15-milhao-de-habitantes-da-bacia-do-rio-madeira/>.

[182] Disponível em: <http://otca.org/pt/nota-otca-divulga-avaliacao-rapida-da-biodiversidade-e-dos-servicos-ecossisticos-na-bacia-regiao-amazonica/>.

[183] Disponível em: <http://otca.org/pt/bolivia-brasil-e-peru-mobilizam-atores-governamentais-e-sociais-para-a-ampliacao-do-sistema-trinacional-de-alerta-precoce-na-regiao-map/>.

